

MESTRADO EM HISTÓRIA DA ARTE, PATRIMÓNIO E CULTURA VISUAL
HISTÓRIA DA ARTE

O Monte da Luz: dinâmicas de um lugar

Carolina Gonçalves de Azevedo Furtado

M

2019



Carolina Gonçalves de Azevedo Furtado

O Monte da Luz: dinâmicas de um lugar

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, orientada pela Professora Doutora Maria Leonor César Machado de Sousa Botelho e coorientada pela Professora Doutora Ana Cristina Correia de Sousa

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2019

O Monte da Luz: dinâmicas de um lugar

Carolina Gonçalves de Azevedo Furtado

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, orientada pela Professora Doutora Maria Leonor César Machado de Sousa Botelho e coorientada pela Professora Doutora Ana Cristina Correia de Sousa

Membros do Júri

Professor Doutor Hugo Daniel da Silva Barreira
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Maria Leonor César Machado de Sousa Botelho
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 19 valores

Sumário

Declaração de honra	7
Agradecimentos.....	8
Resumo.....	10
Abstract	11
Lista de abreviaturas e siglas.....	12
Introdução	13
Capítulo 1 - O Monte da Luz, ponto estratégico na Foz do Douro	25
1.1 Dificuldades de navegação e marcas de referência na entrada da barra do Douro	25
1.2. O Monte da Luz, ponto estratégico na linha de costa	28
1.3. O Monte da Luz, durante o Cerco do Porto	40
Capítulo 2 - Arquiteturas no Monte da Luz	45
2.1. Uma ermida <i>com hua Torre Velha Unida</i>	45
2.2. O Farol	52
2.2.1. O edifício: evolução histórica.....	52
2.2.2. O edifício do Farol na atualidade	58
2.2.3. O sistema de iluminação	60
2.3. A casa do faroleiro	66
2.4. A estação telegráfica do Monte da Luz.....	67
2.4.1. O edifício: usos e funções	67
2.4.2. Os homens do telégrafo.....	79
Capítulo 3 - O culto e a capela da Senhora da Luz na Foz do Douro.....	82
3.1. A origem do culto de Nossa Senhora da Luz na Foz do Douro	82
3.2. A capela de Nossa Senhora da Luz	84
3.2.1. Capela ou ermida?.....	84
3.2.2. O edifício.....	85
3.2.3. O retábulo da Senhora da Luz	90
3.3. As imagens de Nossa Senhora da Luz da igreja de São João da Foz do Douro.....	95
3.3.1. A eventual imagem proveniente da capela de Nossa Senhora da Luz	95
3.3.2. A imagem da Senhora da Luz de marfim.....	102
3.3.3. A imagem da Senhora da Luz com relicário	104
3.4. A manutenção do culto.....	106
3.5. As práticas religiosas. O dia de Nossa Senhora da Luz	110

3.6. A capela de Gondarém e a «concorrência» do culto da Senhora da Luz	117
Considerações finais.....	121
Fontes e Bibliografia	125
1. Fontes manuscritas e impressas.....	125
2. Imprensa Periódica.....	126
3. Bibliografia	126
Índice de Imagens	135
Anexos.....	144
Anexo 1	144

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 27 de setembro de 2019

Carolina Gonçalves de Azevedo Furtado

Agradecimentos

A presente dissertação, apesar do seu carácter pessoal, resultou de inúmeros contributos, pelo que a considero um projeto coletivo. Agradeço a forma generosa e empenhada como todos, sem exceção, comigo colaboraram. Este trabalho é-lhes dedicado.

Um agradecimento muito especial à minha orientadora, Professora Doutora Leonor Botelho, com quem sempre pude contar, ao longo do meu percurso académico: pelo seu entusiasmo contagiante, pelo rigor e empenho com que sempre acompanhou o meu trabalho, pelos constantes incentivos, pela permanente disponibilidade.

Agradeço à Professora Doutora Ana Cristina Sousa o seu valioso contributo, como coorientadora desta dissertação. O meu trabalho não teria ido tão longe sem os seus desafios, a sua atitude investigativa e a sua motivação.

Foi um privilégio e um prazer ser orientada por ambas!

Aos professores e colegas do Mestrado de História da Arte, pelas aprendizagens, disponibilidade e simpatia, o meu obrigada.

Uma palavra de agradecimento aos professores José Augusto Sottomayor-Pizarro e Maria de Jesus Sanches, pelo contributo para a minha investigação.

Quero ainda agradecer: à Isabel Osório, a sua disponibilidade, partilha de conhecimentos e a cedência de imagens; à Dra. Maria da Paz Camiña, da Associação Comercial do Porto, pela forma amável como me recebeu e disponibilizou materiais de estudo; ao Comandante Cambraia Duarte e Sr. Duarte Rodrigues, da Autoridade Marítima Nacional, pelas informações prestadas e disponibilidade de acesso ao espaço do Farol.

Uma palavra de gratidão às gentes da Foz, pelo imenso apoio prestado: à D. Manuela e D. Idalina, curadoras e verdadeiras guardiãs da Igreja de S. João da Foz, sempre prontas a ajudar e a partilhar informações; ao Francisco Piedade e Celeste Pacheco, pelo seu testemunho, tão genuíno; ao Joaquim Pinto da Silva, da associação cultural «O Progresso da Foz», pela enorme disponibilidade na partilha de informações e

de imagens. Em todos senti o enorme orgulho em serem fozeiros e o gosto em conhecer e partilhar informação sobre o seu património.

Finalmente, à minha família, peço desculpa pelas minhas ausências prolongadas e agradeço o apoio incondicional.

Resumo

O Monte da Luz, na Foz do Douro, é o objeto de estudo do presente trabalho. A partir de uma leitura holística, entende-se o lugar numa dimensão abrangente, no tempo e no espaço, que envolve elementos naturais e culturais, tangíveis e intangíveis, ligados às memórias, aos afetos ou às devoções.

A sua localização privilegiada, à entrada da perigosa barra do Douro, conferiu-lhe funções relevantes, documentadas a partir do século XVI, de vigilância e sinalização da costa, por meio de uma luz, que ficou perpetuada no topónimo. Aqui se erguiam estruturas que, fontes do século XVIII, permitem identificar como uma capela e um farol. Anexo a este último edifício, surgirá, a casa do faroleiro e, mais tarde, a estação telegráfica, que se revelou fundamental para a comunicação entre as embarcações e a terra. Traça-se a evolução histórica, descrevem-se as estruturas arquitetónicas e referem-se os usos e funções do conjunto edificado no Monte da Luz.

Ligado a este lugar, surgiu o culto da Senhora da Luz. Aborda-se este tema, bem como o património material com ele relacionado: a capela, destruída durante as lutas liberais, o retábulo da Senhora da Luz e as imagens que chegaram até nós. Descreve-se, ainda, as práticas religiosas e a celebração do dia de Nossa Senhora da Luz. Finalmente, é referido o surgimento de um novo local de culto, com a mesma invocação: a capela da Senhora da Luz, na rua de Gondarém.

Palavras-chave: Foz do Douro, Monte da Luz, Capela de Nossa Senhora da Luz, Farol de Nossa Senhora da Luz, Nossa Senhora da Luz.

Abstract

Monte da Luz, in Foz do Douro, is the subject of this dissertation. Through an holistic approach, this landmark is analysed comprehensively in both time and space, encompassing elements that are natural and cultural, tangible and intangible, connected to memories, affections and devotions.

Its privileged location, on the way in of the Douro's dangerous river's mouth, assigned relevant functions to Monte da Luz, documented from the 16th century onwards, of surveillance and signalling to the coast through a light beam, which was thus immortalized in its name. There lay structures identified as a chapel and lighthouse by 18th century sources. Adjacent to this building were built a lighthouse keeper's residence and, later on, a telegraphic station, which proved to be essential for communication between vessels and land. This dissertation outlines the historical evolution of Monte da Luz, describes its architectonic structures and explains its functions and uses.

Associated with this landmark is the cult of Senhora da Luz. This cult is also addressed in this dissertation, alongside the physical heritage associated with it: the chapel, destroyed during the liberal wars, the altarpiece of Senhora da Luz and the images that survived. Additionally, the dissertation describes the religious practices and the celebration of the day of Senhora da Luz. Finally, it highlights the emergence of a new house of worship with the same inspiration: the Senhora da Luz chapel, in Rua de Gondarém.

Keywords: Foz do Douro, Monte da Luz, Nossa Senhora da Luz chapel, Nossa Senhora da Luz lighthouse, Nossa Senhora da Luz.

Lista de abreviaturas e siglas

A.C.P. - Associação Comercial do Porto
A.D.P. - Arquivo Distrital do Porto
A.E.P. - Arquivo Episcopal do Porto
A.H.M.P. - Arquivo Histórico Municipal do Porto
A.P.F. - Arquivo da Paróquia de S. João Baptista da Foz do Douro
B.P.M.P. - Biblioteca Pública Municipal do Porto
C.M.P. - Câmara Municipal do Porto
U.C.P. - Universidade Católica Portuguesa
U.P. - Universidade do Porto

AA.VV. - Autores vários

c. - cerca de

cap. - capítulo

cf. - conferir

dir. - direção

doc.- documento

f.- fólio

fasc. - fascículo

in - em (incluído na obra)

p., pp. – página, páginas

s.a. – sem autor

s.d. – sem data

s.e. - sem editor

s.l. – sem local de edição

s.p. - sem página

v. - verso

vd. – *vide* (ver)

vol. - volume

Introdução

«O espírito do lugar é definido como os elementos tangíveis [...] e intangíveis [...] isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar.[...] Assume ao longo do tempo um carácter plural e dinâmico capaz de possuir múltiplos sentidos e peculiaridades de mudança, e de pertencer a grupos diversos.»

Declaração de Québec sobre a preservação do *Spiritu loci*, 2008¹

A *Senhora da Luz*, topónimo muito vivo, ainda hoje, na Foz do Douro, tem merecido pouca atenção por parte da comunidade académica e, cremos, é mal conhecida pela comunidade local. Mais do que uma artéria movimentada ou uma praia, este nome remete-nos para um lugar, cujo espírito foi emergindo e fazendo sentido ao longo da nossa investigação. É nosso objeto de estudo esse lugar que, embora disperso e multifacetado, designaremos, genericamente por *Monte da Luz*.

A proximidade, geográfica e afetiva, em relação à Foz do Douro, zona onde sempre residimos, apelava-nos a estudar o seu património. Essa circunstância, por outro lado, iria facilitar-nos o acesso a locais, pessoas e instituições, ao longo da nossa investigação.

A nossa incursão por temáticas relacionadas com esta zona da cidade iniciou-se no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com trabalhos desenvolvidos nas unidades curriculares de Imagem e Contexto I², Território e Espaço Urbano³ e Estudos de Arquitetura I.⁴

Nessas investigações iniciais, apercebemo-nos da importância de uma leitura do Monte da Luz, no tempo longo. A devoção à Senhora da Luz, enraizada na comunidade da Foz, estava ligada a este Monte, onde brilhava uma luz, a primeira que os mareantes viam, na sua aproximação à costa, conforme refere uma fonte do século XVII. Mais tarde,

¹ ICOMOS - Declaração de Québec sobre a preservação do 'Spiritu Loci', 2008. [Em-linha] Disponível em: [Declaração](#). (acedido em 28 de janeiro de 2019).

² *Nossa Senhora da Luz na Igreja de S.João da Foz*.

³ *A Foz do Douro antes do Cerco do Porto*.

⁴ *O Farol de Nossa Senhora da Luz*.

durante o Cerco do Porto, o Monte da Luz iria revelar-se um ponto estratégico fulcral para as forças liberais.

Tanto em relação ao edificado no Monte da Luz, como ao culto mariano com essa invocação, constatámos a fragilidade dos conhecimentos. Por outro lado, a imagem da Senhora, hoje na igreja de S. João da Foz, a capela, destruída no século XIX, e o farol, parado no tempo, no alto do Monte, pareciam-nos fragmentos de um todo que, de início, não conseguíamos descortinar.

Objetivos

Esclarecer as múltiplas camadas históricas que se foram acumulando no Monte da Luz, fruto das suas características naturais e culturais, moldadas pela ação humana, até compreender o significado do lugar, tornou-se o objetivo geral do nosso trabalho.

Vários objetivos parcelares se formularam, nesse sentido:

- Compreender a importância estratégica do Monte da Luz, na diacronia;
- Indagar o tipo de ocupação humana e de estruturas erguidas no local;
- Localizar no tempo a construção do farol da Senhora da Luz e identificar o seu comitente. Sobre esta matéria, apercebemo-nos da divergência de opiniões entre os vários autores e da sua falta de fundamentação documental;
- Conhecer, do ponto de vista formal e funcional, as estruturas arquitetónicas que se erguiam no Monte da Luz, estabelecendo a sua cronologia.

Inicialmente, propúnhamo-nos estudar apenas a capela e o farol, os edifícios mais emblemáticos do Monte da Luz. Acabámos, porém, por alargar a nossa investigação ao conjunto do edificado, isto é, aos edifícios contíguos ao farol: a casa do faroleiro e a estação telegráfica. O nosso objeto de estudo tornou-se, assim, mais abrangente, e novas questões foram surgindo, relacionadas, nomeadamente, com a comunicação entre as

embarcações e a terra. Era um mundo novo a perscrutar, que envolvia códigos, mecanismos e ofícios que desconhecíamos.

A capela, destruída aquando do cerco do Porto, em 1833, constituiu, para nós, um desafio. Transportou-nos para o que Vítor Serrão designou de *Cripto-História da Arte*, que «atenta no papel que as obras já desaparecidas na voragem dos séculos possam ter assumido em determinadas circunstâncias [...], contribui para dar vida a tais espécimes.» Segundo o autor, «pode fazer-se História da Arte objetiva [...] recorrendo-se a *objetos mortos*, à sua hoje diluída memória, às breves cicatrizes deixadas como rasto.»⁵ Deparámo-nos, porém, com a ausência quase total de fontes iconográficas ou escritas que nos permitissem *dar vida* àquele edifício.

- Entender o culto da Senhora da Luz na Foz do Douro, desde o seu aparecimento até à atualidade, relacionando-o com o local de devoção e as imagens existentes na igreja matriz.

Estado da arte

Quanto à bibliografia, deparámo-nos com a escassez de obras publicadas sobre a Nossa Senhora da Luz na Foz do Douro.

No que toca a trabalhos académicos, verifica-se, mesmo, a total ausência de estudos sobre este tema. Apenas uma dissertação de mestrado em arquitetura⁶, aborda a história dos faróis estatais portugueses, apresentando como um dos estudos de caso, o Farol da Senhora da Luz. Faz uma leitura do objeto arquitetónico, desde o século XVIII até à atualidade, revelando, no entanto, lacunas do ponto de vista histórico.

⁵ SERRÃO, Vítor – *A Cripto-história de Arte: Análise de Obras de Arte Inexistentes*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 11e 13.

⁶ MOREIRA, Jorge Manuel Dobrões – *Terra à vista. Os primeiros faróis estatais no século XVIII*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009 [Em-linha] Disponível em: [estudo geral](#) (acedido em 30/11/18).

Nos anos sessenta e setenta do século passado, Coutinho Lanhoso, em artigos das revistas *O Tripeiro*⁷ e *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*⁸, aborda a capela, o farol e o culto da Senhora da Luz. Cita fontes do Arquivo Episcopal, muito interessantes, que não identifica. Para além disso, nem sempre é claro na distinção entre as citações das fontes e as suas próprias palavras. Também num artigo da revista *O Tripeiro*⁹, Flórido de Vasconcelos debruça-se, com mais profundidade e espírito crítico, sobre a capela, o farol, o culto e as imagens da Senhora da Luz. Baseia-se nas mesmas fontes de Coutinho Lanhoso, divergindo, por vezes, deste, na sua interpretação. Pela primeira vez, há uma alusão às gravuras rupestres, pondo o autor a hipótese de um culto ancestral no Monte da Luz.

Autores contemporâneos, como Mário Barroca¹⁰, Isabel Queirós¹¹, Rafael Moreira¹², Marta Oliveira¹³ e Ferrão Afonso¹⁴, em monografias ou obras de carácter académico, ao abordarem a obra de D. Miguel da Silva na Foz do Douro, referem, lateralmente, o Farol da Luz. Sobre este, formulam, essencialmente, hipóteses. Para além disso, tratam o Farol isoladamente e não integrado num lugar, o Monte da Luz.

⁷ LANHOSO, Coutinho - Farol da Senhora da Luz... Um farol que já não há. *O Tripeiro*, Número especial, Ano XIV, 1974, pp. 33-36.

⁸ LANHOSO, Coutinho Nossa Senhora Protetora dos Mareantes do Velho Burgo do Porto. *Boletim Cultural da C.M.P.*, vol. XXIX, 1966, pp.45-50.

⁹ VASCONCELOS, Flórido - A Senhora da Luz na Foz do Douro. *O Tripeiro*, Série VII, Ano XV, agosto de 1996, pp.258-262.

¹⁰ BARROCA, Mário - *As fortificações do litoral portuense*. Lisboa: Edições Inapa, 2001.

¹¹ QUEIRÓS, Isabel - A reabilitação da barra do Douro no século XVI, *II Encontro CITECEM, 2011* [Em-linha] Disponível em: [CITECEM](#) (acedido em 8/10/18).

¹² MOREIRA, Rafael - Arquitectura: Renascimento e Classicismo. In PEREIRA, Paulo (dir.) - *História da Arte em Portugal*, vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores, 1995; Um exemplo: S. João da Foz, de Igreja a Fortaleza. In AA.VV.- *A arquitetura militar na expansão portuguesa*, Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

¹³ OLIVEIRA, Marta - *Porto: S. Miguel o Anjo: uma torre, farol e capela - memória para uma intervenção na obra*. Porto, 2005. [Em-linha]. Disponível em: [repositório aberto u.p.](#) (acedido em 16 de novembro de 2018).

¹⁴ AFONSO, José Ferrão - *A Herança do Muratore*. Porto: Dafne Editora, 2018.

Marta Oliveira e Amândio Barros¹⁵, debruçaram-se sobre as coordenadas de navegação marítima junto à barra do Douro, desde a Idade Moderna, pelo que estas obras nos auxiliaram a compreender a dimensão estratégica do Monte da Luz.

A obra de Joaquim Boiça¹⁶ foi fundamental para compreendermos a estrutura, funcionamento e cronologia do farol, desmistificando a ideia generalizada que este foi fundado aquando do alvará do Marquês de Pombal, corroborando, aliás, a hipótese por nós levantada.

Carlos Alberto Ferreira de Almeida¹⁷ é um autor incontornável, no que concerne ao estudo das devoções e práticas religiosas. O culto mariano na época moderna e a religiosidade popular são temáticas que destacamos na sua bibliografia e que enriqueceram o nosso trabalho.

O estudo de Pedro Penteado sobre o santuário da Nazaré¹⁸, apesar de respeitar uma realidade diferente, esclareceu aspetos fundamentais relativos à manutenção do culto da Senhora da Luz.

Robert Smith¹⁹, suporte seguro, no que toca à análise do retábulo da Senhora da Luz, abriu, surpreendentemente, novas hipóteses, no que se refere à existência de outras peças retabulares alusivas à iconografia da Senhora da Luz, na Igreja de S. João da Foz.

Finalmente, não podemos deixar de destacar as monografias do Cónego Rui Osório²⁰, obras que se debruçam sobre a história e património da Foz do Douro,

¹⁵ BARROS, Amândio - *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*. Dissertação de Doutoramento em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: [edição do autor], 2004.

¹⁶ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira - *O Forte e Farol do Bugio. S. Lourenço da Cabeça Seca*. Lisboa: Fundação Marquês de Pombal, 2004.

¹⁷ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de- O culto a Nossa Senhora, no Porto, na época moderna: perspetiva antropológica. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. II, 1979; Religiosidade popular e ermidas. *Estudos Contemporâneos*, nº 6, Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984.

¹⁸ PENTEADO, Pedro- *Peregrinos da Memória- O santuário de Nossa Senhora de Nazaré-1600-1785*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa. U.C.P., 1998. [Em-linha]. Disponível em: [repositório u.c.p.](#) (acedido em 1 de junho de 2019).

¹⁹ SMITH, Robert- *A talha em Portugal*, Lisboa: Livros Horizonte, 1962.

²⁰ OSÓRIO, Cónego Rui – *Foz do Douro de 1216 a 2016. 800 anos da Paróquia de S. João Batista*, Porto: Paróquia de S. João Batista da Foz do Douro, 2015; *Tesouro Barroco da Foz do Douro*, Porto: Paróquia de S. João Batista da Foz do Douro, 2010.

enriquecidas pela vivência pessoal do autor, como pároco desta freguesia entre 2006 e 2018. As suas obras informaram-nos sobre as três imagens de Nossa Senhora da Luz, existentes na Igreja matriz da Foz, revelando dados importantes sobre o respetivo culto.

No que concerne a fontes publicadas, destacamos as *Memórias Paroquiais de 1758*²¹ e os *Apontamentos para a verdadeira História Antiga e Moderna da Cidade do Porto*²², redigido por Sousa Reis em 1872. Fontes amplamente utilizadas por historiadores de arte e autores de monografias, estas obras forneceram-nos informações relevantes sobre a capela, o farol e a sua localização, bem como sobre a imagem da Senhora da Luz e o seu culto. No *Projecto de alumramento marítimo para a costa de Portugal...* Francisco Maria Pereira da Silva faz um relatório detalhado sobre o farol da Senhora da Luz em 1865²³. Estas fontes carecem, no entanto, do confronto com outras e de uma crítica interna, não podendo as informações nelas veiculadas adquirir foro de verdades inquestionáveis.

As obras acima referidas constituem apenas uma parte da bibliografia consultada e citada. Seleccionámos aqui aquela que, a nosso ver, mais contribuiu para um conhecimento inicial dos temas que iríamos investigar.

Metodologia

O nosso trabalho iniciou-se com a revisão bibliográfica, concretamente partindo do que já fôra escrito sobre a temática que queríamos abordar. Como vimos, não encontramos qualquer obra de carácter científico que se tenha debruçado sobre o nosso objeto de estudo. As informações compulsadas assemelhavam-se a um círculo vicioso: surgiam sempre os mesmos dados, a partir das mesmas fontes iconográficas, geralmente o desenho de Cardoso Vilanova, e das mesmas fontes escritas: as *Memórias Paroquiais*

²¹ Memórias Paroquiais na divisão administrativa do Porto em 1758 - S. João da Foz. *O Tripeiro*, Série VI, Ano V, julho de 1965, pp. 193- 196.

²² REIS, Henrique Duarte Souza - *Apontamentos para a verdadeira História Antiga e Moderna da Cidade do Porto*, vols. I e IV. Porto: B.P.M.P., 1984.

²³ SILVA, Francisco Maria Pereira da - Projecto de alumramento marítimo para a costa de Portugal: descrição de todos os pharoes ali existentes e melhoramentos de que careciam em 1865. *Revista de obras públicas e minas*. Lisboa. Tomo III, nºs 26 e 27, 1872, pp. 146 - 148.

e os *Apontamentos para a verdadeira História Antiga e Moderna da Cidade do Porto*, de Sousa Reis.

Percebemos que, para dar um passo em frente e responder às questões que se foram levantando, teríamos que cruzar essas fontes, sem dúvida fundamentais, com outras, de índole diversa.

1. Fontes arquivísticas

A pesquisa arquivística revelou-se fundamental para o nosso trabalho. De facto, foi possível acedermos a um conjunto significativo de fontes inéditas que trouxeram dados novos relativamente ao nosso objeto de estudo. Serão transcritos excertos das mesmas, sempre que for pertinente.

Uma fonte de 1680, do Arquivo Episcopal do Porto, divulgada por Coutinho Lanhoso, foi fundamental para a nossa investigação. Apesar de alguma falta de cuidado, por parte do autor, na citação desta fonte, como iremos referir adiante, assumimos que se trata de um documento fidedigno. Não o pudemos consultar, dado o seu paradeiro ser desconhecido, no A.E.P. Tivemos acesso, porém, a outra fonte, inédita, que nos informou que a capela de Gondarém, na Foz do Douro é, igualmente, dedicada a Nossa Senhora da Luz.

Arquivo Histórico Municipal do Porto: este arquivo contém um acervo importante de documentação relativa ao Cerco do Porto. Das séries por nós compulsadas, destacámos, nos *Autos de declaração e vistoria dos danos causados pelos projéteis dos rebeldes*, apresentados pelos lesados da Foz do Douro, entre 1833 e 1837, dois documentos, referentes a danos causados à capela e farol da Senhora da Luz. Analisámos, ainda, a *Correspondência da Câmara Municipal da Foz (1834-1837)*. Trouxe-nos dados novos relativamente à construção da casa da estação telegráfica. Uma *Licença de obra (1887)* acrescentou mais informação sobre este edifício.

No Arquivo Distrital do Porto, após aturada investigação, não logamos encontrar referência documental sobre o capitão Francisco Coelho, que teria mandado reconstruir

a Capela da Senhora da Luz, em 22 de agosto de 1680²⁴. No fundo *Legados e obrigações de Missas (1695-1696)*, da Paróquia de S. João da Foz, o documento intitulado *Confraria de Nossa Sra. da Luz*, forneceu-nos informações de grande relevância sobre o culto da Senhora da Luz.

Arquivo da Paróquia de S. João Baptista da Foz do Douro: este arquivo é constituído por cerca de 190 livros, que se encontram numerados, embora não organizados. Analisamos os primeiros 48 livros, respeitantes à Confraria do Santíssimo Sacramento, encarregada da administração dos bens paroquiais. Estas fontes, que julgamos inéditas, revelaram-nos informações sobre o culto e as imagens de N. Sra. da Luz e abriram-nos caminho a um novo tema de investigação: a «concorrência» devocional da capela da Senhora da Luz de Gondarém.

Arquivo da Associação Comercial do Porto: analisamos os *Relatórios dos Trabalhos* desta associação, entre o ano de 1837 e 1934, cujas informações constituem o *corpus* do subcapítulo 2.4. - *A estação telegráfica do Monte da Luz*. Forneceram-nos, ainda, dados importantes sobre o farol da Luz.

Arquivo Histórico da Marinha: este arquivo contém um pequeno acervo respeitante ao farol da Senhora da Luz. Foi relevante a fonte que confirma que o encerramento do farol se deu em 1926, e não em 1945, conforme tem sido referido em muitas obras consultadas. Destacamos, ainda, um desenho de um aparelho ótico, de 1905, que, pela sua novidade e qualidade, enquanto fonte visual, incluímos nos anexos.

2. Imprensa periódica

Os periódicos *O Comércio do Porto* e *O Progresso da Foz* informaram-nos sobre a romaria e a celebração religiosa de N. Sra. da Luz. O primeiro, foi consultado entre os anos de 1880 e 1920. O segundo periódico foi analisado na sua totalidade, dado que foi apenas publicado entre 1907 e 1911. Procuramos concentrar a nossa análise neste período

²⁴ A existência desta fonte no A.D.P. é referida por Óscar Fangueiro (FANGUEIRO, Óscar - Foz do Douro. Contribuição para o Estudo Evolutivo da População e suas Actividades. *Boletim Cultural da C.M.P.*, 2ª série, vol. 5/6, 1987/88, p. 174).

de tempo, de forma a coincidir, sensivelmente, com a cronologia das fontes compulsadas do Arquivo Paroquial e, assim, podermos cruzar informações das diversas fontes.

3. Fontes iconográficas

A análise cuidada de fontes iconográficas referentes ao Monte da Luz (fotografia, desenho, pintura, cartografia) auxiliou-nos a compreender melhor o lugar, na sua pluralidade. Salienta-se, no entanto, a escassez deste tipo de fontes.

O estudo das estruturas arquitetónicas, por exemplo, baseou-se na análise comparada do desenho de Cardoso Vilanova e das fotografias de William Flower, a que acrescentámos a observação de fotografias atuais. Estas fontes introduziram, ainda, novas questões, como a existência de um telégrafo no local, no século XIX. Justifica-se, portanto, a sua constante utilização.

A cartografia revelou-se, igualmente, fundamental para a nossa investigação. Permitiu-nos consolidar a ideia, veiculada pelas fontes escritas e iconográficas, da importância estratégica do Monte da Luz e do seu isolamento, no lugar, até ao século XIX.

4. Observação *in loco*

Percorremos diversas vezes o local. Observámos cuidadosamente o conjunto edificado que é nosso objeto de estudo: o farol, a casa do faroleiro e a estação telegráfica. Examinámos, ainda, os vestígios da capela. Do terraço da antiga estação telegráfica, observámos a longa extensão de costa; da ponta do molhe de Felgueiras, avançado no mar, pudemos, ainda, distinguir, acima da mancha construída, o farol e a torre da estação telegráfica.

Na capela de Santa Anastácia, examinámos o retábulo da Senhora da Luz. Finalmente, na igreja de S. João da Foz, observámos as imagens da Senhora da Luz, particularmente a que se encontra exposta. Pudemos testemunhar as manifestações vivas de um culto que teima em manter-se, através dos fiéis que ainda hoje procuram e rezam devotamente perante a imagem.

5. Testemunhos e coisas que se contam

As fontes orais complementaram o conhecimento do nosso objeto de estudo, nas suas várias componentes.

Vizinhos do Monte da Luz ou de outras zonas da Foz, todos contribuíram para reconstituir a memória do lugar: através de conversas informais, telefonemas, *e-mails* ou *posts* nas redes sociais, aludiram ao funcionamento do telégrafo, aos «faroleiros», aos naufrágios e à importância do trabalho dos pilotos. Afastaram-se, por vezes, do nosso tema de estudo, pelo que não incluímos, no texto final desta dissertação, todos os seus testemunhos.

As conversas com as curadoras da Paróquia e algumas paroquianas complementaram as nossas informações sobre as imagens da Senhora da Luz, o seu retábulo e o seu culto, nas últimas décadas. Por fim, temos que recordar a conversa que, em outubro de 2017, tivemos com o cónego Rui Osório, então pároco de S. João da Foz, no âmbito do trabalho que estávamos, então, a realizar para a unidade curricular de Imagem e Contexto I. A sua vivência como pároco e homem da cultura, preocupado com o património, em particular o da sua paróquia, foi um testemunho valioso no que respeita às imagens da Senhora da Luz e ao seu culto.

A concluir o nosso percurso metodológico, temos que referir o debate de ideias, sempre vivo, durante as reuniões com a orientadora e coorientadora desta dissertação. Esclarecendo dúvidas, propondo novos caminhos de investigação, sugerindo alterações textuais, aceitando, também, os nossos pontos de vista, foram momentos de enriquecimento para este trabalho.

Estrutura

O presente trabalho estrutura-se em três capítulos que passaremos a apresentar, sumariamente.

No primeiro capítulo, explica-se a importância estratégica do Monte da Luz, na diacronia, integrando o lugar no espaço e no tempo. É destacada a sua localização privilegiada, emergindo, à entrada da perigosa barra do Douro, que conferiu a este monte um papel relevante, documentado desde o século XVI até quase aos nossos dias. Daqui se fazia a vigilância da costa, a comunicação em rede com outros locais estratégicos e se assinalava aos mareantes a proximidade da barra, por meio de uma luz, perpetuada no topónimo. Fontes cartográficas e escritas atestam, ainda, a existência, no local, de estruturas arquitetónicas, que serão abordadas nos capítulos seguintes.

O conjunto edificado atualmente existente no Monte da Luz é tema do segundo capítulo. Desenvolve-se a problemática suscitada por fontes diversas, dos séculos XVII e XVIII, referentes à ermida e ao farol, este último nem sempre identificado como tal. As questões levantam-se, fundamentalmente, a partir das *Memórias Paroquiais* de 1758, de onde retirámos uma expressão que serve de título ao ponto 2.1: *Uma ermida com hua Torre Velha Unida*. Concluímos este ponto com a convicção de que existia, efetivamente, naquele local, uma ermida com uma torre adossada. Em seguida, traça-se a evolução histórica do farol, descrevem-se as suas estruturas arquitetónicas e o seu sistema de iluminação. Os edifícios contíguos ao farol, a casa do faroleiro e a estação telegráfica, são abordados em subcapítulos autónomos. Este último edifício, graças à quantidade e qualidade da informação que pudemos obter, merece um tratamento mais desenvolvido.

O culto e a capela da Senhora da Luz são abordados no terceiro e último capítulo deste trabalho. De início, esboça-se uma interpretação pessoal da origem do culto da Senhora da Luz, na Foz do Douro. Relativamente à capela, e após tecerem-se algumas considerações sobre os termos *ermida* e *capela*, faz-se a reconstituição possível das suas características externas e internas. O retábulo e a imagem da Senhora da Luz, supostamente proveniente da capela, são tratados em subcapítulos autónomos, tal como as outras duas esculturas desta invocação, existentes na igreja de S. João da Foz. Aborda-

se, ainda, a administração do culto, a cargo das confrarias. A partir de fontes inéditas, descreve-se as práticas religiosas, em particular a celebração do dia de Nossa Senhora da Luz, bem como a respetiva festa popular. Concluímos este trabalho com uma temática nova: o surgimento de uma capela com a invocação da Senhora da Luz, na rua de Gondarém, e a *concorrência devocional*, gerada, a partir de então, entre a Senhora da Luz, da igreja de S. João da Foz, e a da capela de Gondarém.

Capítulo 1 - O Monte da Luz, ponto estratégico na Foz do Douro

1.1 Dificuldades de navegação e marcas de referência na entrada da barra do Douro

A vocação marítima da cidade do Porto, que a proximidade do rio e do mar favoreceram, tem sido largamente destacada pela historiografia medieval e moderna. São inúmeros os documentos que atestam as relações comerciais do Porto com o Norte da Europa e o Mediterrâneo, de que é exemplo paradigmático o primeiro tratado internacional português, isto é, o tratado de comércio entre Portugal e Inglaterra, negociado por Afonso Martins Alho, mercador portuense, em 1353²⁵. Também a atividade piscatória, fortemente presente na cidade, em particular nas zonas ribeirinhas, está amplamente documentada a partir do período medieval.²⁶

Entre os imensos perigos que os mareantes, no seu dia a dia, enfrentavam destacava-se a aproximação e a entrada na barra do Douro, parcialmente fechada por uma língua de areia em mutação constante, com baixios e inúmeros rochedos, por vezes submersos. São recorrentes as notícias de naufrágios à entrada da barra, desde a Antiguidade até, praticamente, aos nossos dias²⁷.

Várias marcas orientavam os mareantes, desde a difícil passagem da barra até à cidade do Porto. Pela sua posição na encosta, certas capelas eram usadas como pontos de referência, reconhecendo os pilotos, ao longe, os seus campanários. É, para Amândio Barros, «um fenómeno marcante do ordenamento do litoral em termos religiosos e de

²⁵Tratado de 20 de outubro de 1353, publicado por Thomas Rymer na coleção *Foedera, conventiones, litterae et cuiuscumque generis acta publica inter reges Angliae et alios quosvis imperatores...*, Londres, 1727, vol. 5, p. 763, *apud* CRUZ, António - *O Porto nas navegações e na expansão*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, p. 24 e p. 47, nota 31.

²⁶ Cf. PEREIRA, Olegário- *Em torno da pesca, na costa Norte de Portugal, nos séculos finais da Idade Média*, 2012. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: [edição do autor], 2012.

²⁷ Cf. SILVA, Francisco Ribeiro da - *Tempos modernos*. In RAMOS, Luís O. (dir.). *História do Porto*, Porto: Porto Editora, 1995, pp. 256 - 375 e AMARO, Rui Picarote - *A barra da morte- a foz do rio Douro*, Porto: O Progresso da Foz, 2007.

devoção das gentes do mar.»²⁸ A mais antiga destas ermidas, a de Santa Catarina, foi construída a pedido dos mareantes, em 1395, próximo da barra, num monte sobranceiro às taracenas do Ouro. Formava, juntamente com o monte da Furada, na outra margem, e da Arrábida, uma «interface de relações visuais»²⁹ que orientavam os mareantes na navegação a montante.

Entre as iniciativas tomadas pelas autoridades, com vista a facilitar a entrada da barra, destaca-se a ação do bispo-mecenas D. Miguel da Silva (c. 1480-1556). Embaixador em Roma (1515-1525), então no apogeu do Renascimento, num período em que Portugal gozava, igualmente, de grande prestígio na Europa, D. Miguel integrou-se plenamente no ambiente sofisticado da Cúria Romana. Amigo pessoal dos Papas Médicis Leão X e Clemente VII, D. Miguel conviveu com a elite artística e intelectual de Roma, tornando-se, ele próprio, um humanista de renome, a quem Baltasar Castiglione dedicou a sua obra-prima, *Il Libro del Cortegiano*. De regresso a Portugal, em 1525, foi nomeado escrivão da puridade por D. João III e, por intercessão papal, abade comendatário dos mosteiros de Landim e de Santo Tirso. A este último pertencia o couto de S. João da Foz. Em 1526, D. Miguel da Silva era eleito bispo de Viseu. Nestas regiões do Norte, D. Miguel vai promover um vasto programa de renovação artística, contribuindo para aquilo que Rafael Moreira designou de «Renascimento de granito»³⁰.

Para a Foz do Douro, D. Miguel da Silva concebeu um projeto arrojado, concretizado pelo seu arquiteto privativo, Francisco de Cremona, que o acompanhara no seu regresso a Portugal. Este projeto visava monumentalizar esta pequena vila piscatória e, simultaneamente, regularizar e tornar mais segura a barra do Douro. Sobre as rochas, em frente ao mar, foi construída a nova igreja matriz, edifício inovador em Portugal, que recuperou as ordens clássicas, rompendo com a herança tardo-gótica³¹. Deliberadamente construída num local exposto ao Atlântico, a igreja renascentista de S. João da Foz era a primeira marca monumental, à entrada da barra. A ela se seguiu a construção de um farol-ermida, num pontão rochoso que entrava já nas águas do rio. Erguido em 1528, o Farol

²⁸ BARROS - *Porto: a construção de um espaço marítimo...*, 2004, p. 89.

²⁹ OLIVEIRA - *Porto: S. Miguel o Anjo...*, 2005, p. 38.

³⁰ MOREIRA - *Arquitectura: Renascimento e Classicismo...*, 1995, p.334.

³¹ Cf. BARROCA - *As fortificações...*, 2001, p. 37.

de S. Miguel-o-Anjo é o mais antigo, construído de raiz, em Portugal³². Aqui se acendiam fachos noturnos, a expensas de D. Miguel da Silva, para orientação dos navios que quisessem cruzar a barra do Douro. Em plena foz do rio, o bispo mandou, ainda, erguer, sobre uns penedos, um templete, que abrigava uma estátua de *Portumnus*, o deus romano dos portos, e quatro colunas, que assinalavam rochedos perigosos para a navegação. Estas singulares marcas de referência, à entrada da barra do Douro, desapareceram ao longo do século XVIII. Em 1867, durante uns trabalhos de dragagem na foz do rio, no âmbito das obras para a construção do Passeio Alegre, uns mergulhadores descobriram alguns elementos que faziam parte deste conjunto de marcas, concebidas por D. Miguel³³.

No erudito programa concebido por D. Miguel para a Foz do Douro, encontrou Rafael Moreira uma analogia com o porto de Óstia, antigo porto da Roma imperial. Para mais, segundo o mesmo autor, o «projeto silviano» da Foz do Douro rivalizava com «o conjunto monumental da foz do Tejo, no Restelo, anterior de apenas duas décadas.»³⁴

O Farol de S. Miguel-o-Anjo erguia-se no limiar interior da foz do rio, constituindo, na sua dupla função de marca e farol, uma referência fundamental na entrada da barra do Douro (figura 1). No entanto, como refere Marta Oliveira, a «posição recolhida da obra, na embocadura do rio, não a torna apta a funcionar diretamente como farol da rede costeira.»³⁵.

³² Sobre o farol de S. Miguel-o-Anjo veja-se o citado estudo monográfico de Marta Oliveira.

³³ Cf. BARROCA - *As fortificações...*, 2001, p. 51.

³⁴ MOREIRA - *Arquitectura: Renascimento e Classicismo...*, 1995, p. 336.

³⁵ OLIVEIRA - *Porto: S. Miguel o Anjo...*, 2005, p. 39.



Figura 1 - Perspetiva da entrada da barra da cidade do Porto, 1790. Em primeiro plano, o Farol de S. Miguel-o-Anjo. Em segundo plano, no interior da fortaleza de S. João da Foz, é visível a cúpula da igreja renascentista de D. Miguel da Silva.

1.2. O Monte da Luz, ponto estratégico na linha de costa

As embarcações que navegavam próximo da costa seguiam pontos de referência naturais, como acidentes do relevo ou a embocadura de rios, bem como edificações que se destacavam na linha de costa. As fontes cartográficas compulsadas, holandesas, do século XVI, que representam o litoral português, comprovam a presença destes pontos de referência. O *Spiegel der Zeevaert*³⁶ (*Espelho da Navegação*), do piloto Lucas Waghenaer, publicado em 1584-1585, com cartas datadas de 1583, é o primeiro atlas do mundo a compilar roteiros de pilotos e cartas náuticas³⁷. Uma dessas cartas cobre a costa

³⁶*Spiegel der Zeevaert*, 1584-1585. Biblioteca da Universidade de Utrecht. [Em-linha] Disponível em: bc.library.uu.nl (acedido em 6 de novembro de 2018).

³⁷ALEGRIA, Maria Fernanda e GARCIA, João Carlos- Imagens de Portugal na Cartografia dos séculos XVI e XVII: leituras de uma exposição. In RESENDE, Maria Teresa- *Cartografia impressa dos séculos XVI e XVII- imagens de Portugal e Ilhas Atlânticas*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, pp.9- 27.

entre Viana e *Capo de Mondego* (figuras 2 e 3). Não podemos deixar de destacar a riqueza decorativa deste mapa, apesar da sua falta de rigor, nomeadamente na representação das povoações e dos edifícios.

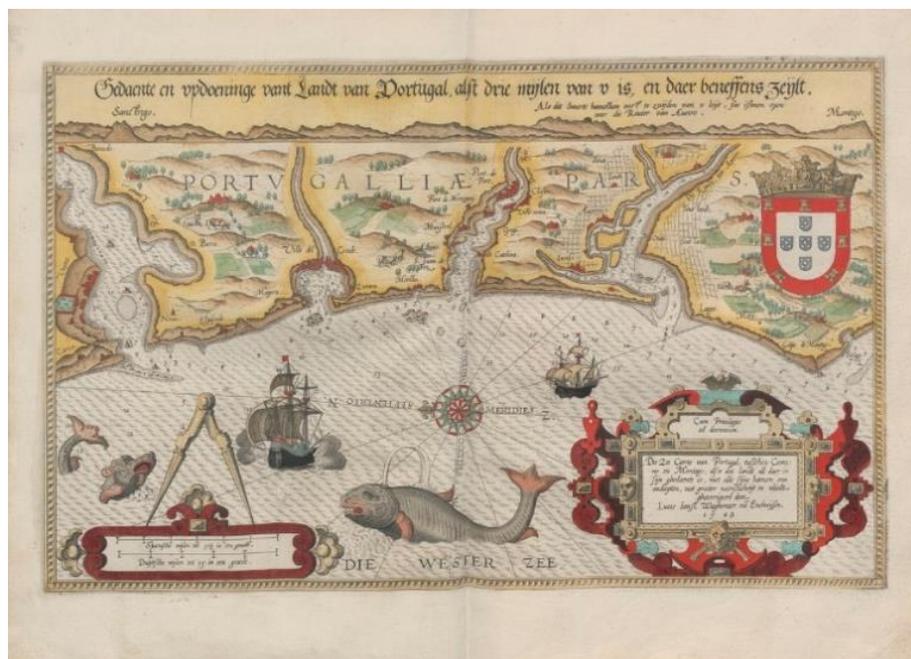


Figura 2 - Carta de Lucas Waghenaer, 1583.



Figura 3 - Carta de Lucas Waghenaer (pormenor).

Num pormenor desta carta, destaca-se a costa entre a foz do Ave e a foz do Douro. Podemos perceber, a meio caminho, a enseada que indica a foz do Leça, junto à qual se esboça uma povoação com o topónimo *Metellin* (Matosinhos?). Penetrando no rio Douro, mesmo junto à sua foz, uma edificação poderá representar o Castelo da Foz, a montante do qual surge a povoação *S. Juan de Foz*. A norte do Castelo da Foz, voltada para o mar, figura uma edificação, na nossa opinião localizada no Monte da Luz, que não é possível identificar.

Baseado nas cartas de Waghenauer, Willem Blaeu publicou, a partir do início do século XVII, vários atlas marítimos, que conheceram inúmeras reedições, com títulos diferentes e em várias línguas. A Biblioteca Municipal do Porto conserva um desses exemplares, datado de 1638 (figuras 4 e 5).

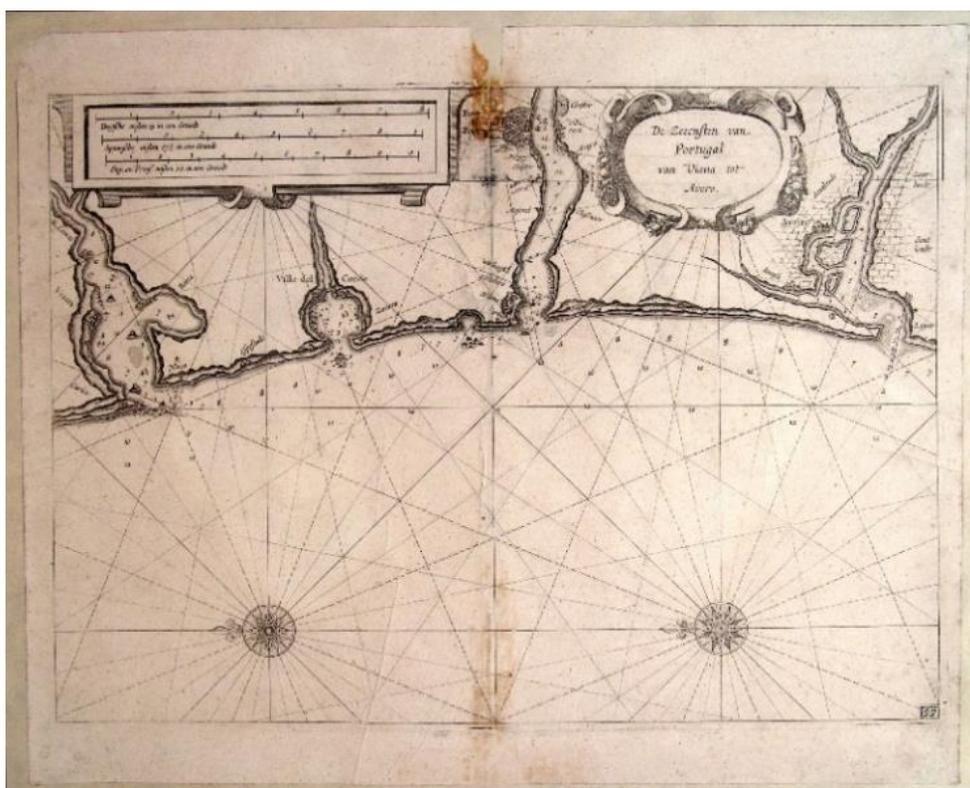


Figura 4 - Carta de Willem Blaeu, 1638.



Figura 5 - Carta de Willem Blaeu (pormenor).

O mapa de Blaeu corresponde, sensivelmente, ao mesmo trecho de costa do mapa de Waghenaer. As semelhanças com este são evidentes, no entanto há diferenças a assinalar. Foquemo-nos na Foz do Douro. O Castelo da Foz, identificado como *Casteel*, surge, aqui, amuralhado. Efetivamente, à data deste mapa, já estava concluída a primeira fase da construção da Fortaleza de S. João da Foz (1570-1578), por ordem de D. Sebastião. Ao castelo, segue-se, para leste, a povoação, *S.^t Ians* e, junto ao rio, parece esboçar-se uma pequena construção (nº 2), nomeada *Capel*, sem dúvida a Capela de S. Miguel-o-Anjo. A norte do Castelo da Foz, voltada para o mar, avulta, tal como no mapa anteriormente referido, uma edificação que nos parece erguer-se no Monte da Luz (nº1). Embora não seja possível identificar a sua tipologia, percebe-se que é rematada por algo que se assemelha a uma cruz ou um facho. Que tipo de estrutura se ergueria no Monte da Luz e qual a sua função? Quando terá sido construída e por iniciativa de quem?

Para uma compreensão alargada deste sítio teremos que o integrar no território. Prospeções arqueológicas realizadas por Fernando Lanhas e por D. Domingos de Pinho Brandão³⁸ nos anos sessenta e setenta do século passado, revelaram a existência de gravuras rupestres (figuras 6 e 7), em rochedos próximos do atual Farol, atestando a

³⁸ Cf. VASCONCELOS, Flório- A Senhora da Luz na Foz do Douro. *O Tripeiro*, Série VII, Ano XV, 1996, p. 258-259; s. a. - *Fernando Lanhas*. Porto: Fundação de Serralves, 2007, pp.147 e 287.

eventual e precoce presença humana no local, embora não tenha sido possível estabelecer a sua cronologia³⁹.



Figura 6 - Gravura rupestre no Monte da Luz, descoberta por Fernando Lanhas em 1972.



Figura 7 - Gravuras rupestres junto ao Farol da Senhora da Luz. [fotografia e marcação de Isabel Osório, 2017)

Presença, cremos, mas não ocupação. De facto, a pequena comunidade piscatória que se fixou junto à foz do rio Douro acantonou-se na faixa interior da barra, voltada para o rio, mais abrigada do Atlântico. As primeiras referências documentais ao lugar de S. João da Foz surgem no século XII. Em 1145 D. Afonso Henriques doa a herdade que possuía na ermida de S. João da Foz do Douro a Roberto e seus confrades de cenóbio, em Riba-Paiva. A presença destes monges na Foz foi efémera, revertendo a herdade para o rei. Meio século mais tarde, em 1196, D. Sancho I doa a D. Mafalda, sua filha, o mosteiro de S. Salvador de Bouças, a que a Foz do Douro pertencia. O couto de S. João da Foz foi outorgado aos monges beneditinos de Santo Tirso por D. Mafalda que, em julho de 1211, confirma essa doação a D. Mendo, Abade de Santo Tirso⁴⁰.

³⁹ Segundo a professora Maria de Jesus Sanches, só o estudo cuidadoso do local, nomeadamente, quanto ao contexto das gravuras e a sua patine, poderá trazer novos dados sobre a sua datação. (e-mail de 23/07/19).

⁴⁰ Vários autores fazem referência a estes acontecimentos, dos quais destacamos: BARROCA - *As fortificações...*, 2001; CRUZ, António- Da Cantareira a Carreiros. A «Póvoa Marítima» e o Couto de S. João da Foz do Douro. *O Tripeiro*. Série Nova. Vol. III. Ano III. Nº 2, 1984; OLIVEIRA - *Porto: S. Miguel o Anjo...*, 2005 ; OSÓRIO - *Foz do Douro...*, 2015.

Assim se inicia a longa ligação dos beneditinos tirsenses a S. João da Foz, vínculo que apenas termina em 1834, com a extinção das ordens religiosas.

Em meados do século XIII, a Foz do Douro era uma pequena póvoa marítima, com escassa população. As *Inquirições* de 1258 revelam que não deveria exceder a centena de habitantes. A Foz era então uma povoação de escassos recursos, com apenas 37 casais e 14 cabanas, onde já se individualizava o lugar da Cantareira (*Cantararia*).⁴¹ A sua população vivia, essencialmente, da pesca, complementada por uma agricultura incipiente. Nos séculos seguintes, a povoação vai crescendo lentamente, próxima do mar, mas voltada para o rio, como se comprova na carta de Willem Blaeu, de 1638 (figuras 4 e 5). O Monte da Luz, rochoso e agreste, sobranceiro à costa, permanece distante e isolado. Em 1758, segundo as *Memórias Paroquiais de S. João da Foz*, este localizava-se ainda «fora do Lugar para aparte do Norte dois, ou três tiros de espingarda»⁴².

No início do século XIX, a Foz do Douro permanecia uma povoação piscatória, ribeirinha, afastada do Porto, estendendo-se no sentido este-oeste, desde a Cantareira até ao mar. O desenvolvimento dos transportes, que a ligaram, definitivamente, à cidade, bem como o advento do turismo balnear vão alterar este paradigma. A mancha construída começa a estender-se, aos poucos, para norte, ao longo da chamada *Estrada de Carreiros*, que ligava a Foz a Leça. Alinham-se novos arruamentos. A Foz voltava-se, finalmente, para o mar.⁴³ Na segunda metade de oitocentos, o ritmo construtivo intensifica-se, aproximando-se do Monte da Luz. Segundo Rio Fernandes, esta área, que designa como *Farol*, mantém, ainda hoje, características próprias:

«O Monte da Senhora da Luz, de 38 metros de altitude e acentuado declive das suas vertentes, obrigou a uma adaptação às condições topográficas, que ficou bem testemunhada pelo túnel existente sob o monte e pelo arredondado das vias que o contornam a sul e a leste.

A altura média das construções é muito baixa e a densidade do espaço construído relativamente elevada. A originalidade da área é-lhe conferida, contudo, pela topografia,

⁴¹ Cf. BARROCA, *As fortificações...*, 2001, p. 150.

⁴² *Memórias Paroquiais na divisão administrativa do Porto[...]. O Tripeiro*, 1965, p. 194.

⁴³ Esta expansão da mancha urbana da Foz do Douro em direção ao mar é desenvolvida por Maria Filomena Barros de Carvalho, na Dissertação de Mestrado em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1997, *Arquitetura e vilegiatura na Foz do Douro 1850-1910*.

com o monte, o farol no cume e o túnel, com os quais se relaciona a toponímia (Rua Monte da Luz, Travessa do Monte da Luz, Rua do Farol, Rua Nova do Túnel).»⁴⁴

Recuemos no tempo. As primeiras fontes escritas conhecidas referentes ao Monte da Luz datam dos finais do século XVI. As notícias frequentes de ataques de piratas a barcos e a povoações deixavam, então, as populações do litoral em sobressalto. Multiplicavam-se as queixas acerca dos prejuízos causados pelo corso ao comércio e à pesca.⁴⁵ É neste contexto que as autoridades decidem reforçar a segurança do litoral. Em 1570, inicia-se a construção da fortaleza de S. João da Foz, por iniciativa de D. Sebastião. O mesmo monarca ordena a reativação dos fachos e atalaias, localizados em pontos estratégicos ao longo da costa: durante o dia, «nas pontas que mais descobrirem ao mar», «de noite nos portos, calhetas, prayas, ou pedras em que parecer que os ditos imigos poderão desembarcar.»⁴⁶

Socorremo-nos de Raphael Bluteau para melhor compreendermos o significado destes termos. Segundo este autor, «Nas torres, & atalaias o *facho* he hum páo alto com outro em cima atravessado, em cuja ponta está huma cadea de ferro, & no fim della, huma caldeirinha vasada, aonde se poem o fogo, quando parece inimigo, de noyte, ou de dia por tempo dos seis mezes, que correm, de Mayo, até o fim de Outubro.»⁴⁷ A *atalaya* era um «pequeno reduto em alguma eminencia, para descobrir algum movimento do inimigo, aonde se fazem sinaes com certo numero de fachas, conforme o grosso dos inimigos, & se he de dia, se faz o sinal com fumos...»⁴⁸. Quanto ao *reduto*, o mesmo autor diz que «Na Architectura Militar, he hua obra menor quadrada, ou algum tanto prolongada, que se faz nas trincheiras.»⁴⁹

⁴⁴ FERNANDES, José Alberto Rio, *A Foz- Entre o rio, o mar e a cidade*. Porto: «O Progresso da Foz», 1989, p. 52.

⁴⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder*, 1988, p. 112.

⁴⁶ SOUSA, António Caetano de- *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, Tiradas dos Instrumentos dos Archivos da Torre do Tombo...*Lisboa: Regia Officina SYLVIANA, 1744, tomo III. [Em-linha]. Disponível em: [archive](#) (acedido em 3 de novembro de 2018).

⁴⁷ BLUTEAU, Raphael- *Vocabulario português e latino...*, 1712-1728, vol.4, p. 9 [Em-linha] Disponível em: [dicionarios](#) (acedido em 3 de novembro de 2018).

⁴⁸ BLUTEAU - *Vocabulario português e latino...*, 1712-1728, vol. 1, p.624.

⁴⁹ BLUTEAU - *Vocabulario português e latino...*, 1712-1728, vol. 7, p.179.

Para Amândio Barros, estas estruturas, «mais ou menos fortes, mais ou menos rudimentares»⁵⁰, foram ponteando a costa portuguesa, desde a Idade Média. Algumas seriam mesmo improvisadas, sem uma estrutura fixa, sendo utilizadas quando havia uma ameaça e, posteriormente, abandonadas.

Em 1594, face a um iminente ataque de corsários ingleses, a Câmara do Porto recebe uma «ordem dos senhores governadores [do reino] pêra se poerem fachos e vegias nos lugares marítimos deste Antre Douro e Minho.»⁵¹ No mesmo documento, são identificados esses «lugares». Na Foz, manda-se a Pantalião Gonçalves, juiz do lugar, que acenda os fogos na Nossa Senhora da Luz, «como dantes se costumava». Esta fonte indicia a existência de uma ermida e do culto à Senhora da Luz no local. Por outro lado, revela-nos que já existiria aí, anteriormente, a prática de acender um facho, sem esclarecer, no entanto, a que tipo de estrutura esse facho estaria associado: à suposta ermida, dedicada à Senhora da Luz, ou a uma torre, com funções defensivas? Ou seria, como refere Amândio Barros, uma estrutura improvisada, apenas utilizada em caso de necessidade?

Sabe-se que, em 30 de agosto de 1484, D. João II ordenara a colocação de uma atalaia em S. Gens⁵² «pera dar foguo que fara a atallaya que se posser em villa de comde E asy aa çidade do Porto.[...]»⁵³. As três atalaias comunicariam entre si, através de fachos, caso observassem embarcações inimigas. Segundo Marta Oliveira, a atalaia do Porto só poderia localizar-se no Monte da Luz, «pelas características do sítio e porque o facho de S. Gens funcionava em linha com o farol da Senhora da Luz.»⁵⁴ Este alinhamento do

⁵⁰ BARROS - *Porto: a construção de um espaço marítimo*, 2004, p. 132.

⁵¹ AHMP - *Vereações*, liv. 32, fis. 210-211, *apud* BARROS- *Porto: a construção de um espaço marítimo*, 2004, p. 134.

⁵² O Monte de S. Gens localizava-se na freguesia de Bouças, Matosinhos. Foi demolido, tendo as suas pedreiras fornecido pedra para a construção do Porto de Leixões (1884-1895) (OLIVEIRA, Marta- *Porto: S. Miguel o Anjo...*, 2005, p. 44). Segundo Monteiro de Andrade, este monte, antes de ser arrasado, «tinha uma cota elevada» e era encimado pela capela de S. João da Apolónia (ANDRADE, Monteiro- *Plantas antigas da cidade -século XVIII e primeira metade do século XIX. Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto: C.M.P., vol. 5, fasc.1,1942, p. 100).

⁵³ *Livro antigo de cartas e provisões dos senhores reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I do Arquivo Municipal do Porto* (prefácio e notas de Artur de Magalhães Basto). Porto: Câmara Municipal do Porto/Gabinete de História da Cidade, 1940.

⁵⁴ OLIVEIRA - *Porto: S. Miguel o Anjo...*,2005, p. 39.

Monte de S. Gens e do Monte da Luz é comprovado pela cartografia posterior, como é o caso do *Plano hydrographico da barra do Porto*, de 1871(figura 8).



Figura 8 - *Plano hydrographico da barra do Porto*, 1871. O pormenor, por nós destacado, intitula-se «Vista da entrada do rio Douro e da costa adjacente tirada na direcção do Anjo à marca nova a milha e meia de distância do Castello da Foz». Assinalados, os montes de S. Gens e da Senhora da Luz.

O edifício que se erguia no Monte da Luz teria, pois, pelo menos desde o século XVI, uma função defensiva, que associava a vigilância da costa à comunicação «em rede», através de fachos.

A atestar a importância estratégica do Monte da Luz, do ponto de vista defensivo, citemos, ainda, uma carta datada de 1 de junho de 1640, assinada «Margarida» [duquesa de Mântua, representante de Filipe IV em Portugal] dirigida ao capitão-mor do Porto: «...O Capitão D. Diego de Escalante y Guevara [governador da fortaleza de S. João da Foz] [...] me deu conta entre outras cousas, que o Serro a que chamam de Nossa Senhora da Luz está mui perto daquele Castilho e que convinha fazer-se nele uma Torrinha com 4 Peças de Artilharia...»⁵⁵. Um reduto no Monte da Luz auxiliava a fortaleza de S. João da Foz face a ataques externos e internos, estes últimos até mais plausíveis, atendendo ao contexto de revolta sentida, então, no país.

É certo que o facho do Monte da Luz funcionaria, ainda, como farol, já que a sua luz era avistada à distância, guiando as embarcações que se aproximavam da costa. Numa fonte de 1680, o pároco de S. João da Foz realça a «... g.de deuoção q. todos tem a Snr.^a

⁵⁵ A.N.T.T., Ministério do Reino, Maço nº286, *apud* CALLIXTO, Carlos Pereira- *Os primeiros 230 anos de História da Fortaleza de S. João da Foz do Douro*, 1991, p.38.

da lus, principal.^{te} os Mareantes, pois a pr.^a Lus conhecim.to q. tem desta Sid. do Porto, he uendo assua caza de m.tas legoas ao mar...»⁵⁶.

O monte destacava-se, sobranceiro, na faixa costeira. Era, pois, um ponto de referência para os mareantes, como confirmamos em fontes cartográficas. Para além disso, este monte sinalizava alguns rochedos, submersos ou à vista, como o Gilreu, auxiliando os mareantes na navegação próximo da costa⁵⁷.



Figura 9 – *Planta da Foz do Douro e dos Projectos de Fortificação para a defesa da mesma, 1793*. Destaque, neste pormenor da Planta de Oudinot, para os numerosos rochedos junto à costa. No alinhamento do Monte da Senhora da Luz, está identificado o Gilreu. Note-se o isolamento do Monte da Luz em relação à povoação de S. João da Foz, referido anteriormente.

Segundo as *Memórias Paroquiais*, de 1758, « Do Terreyro, e porta principal della [a ermida da Senhora da Luz] se descobrem as embarcações, em grande distância, que fazem viagem para as partes do Norte e do Sul, e a barra do Porto, que lhe dista pouco.»⁵⁸.

⁵⁶ Apud LANHOSO - Farol da Senhora da Luz...1974, p. 36.

⁵⁷ Cf. OLIVEIRA - *Porto: S. Miguel o Anjo...*,2005, p. 38.

⁵⁸ *Memórias Paroquiais na divisão administrativa do Porto...*, p. 194.

O Monte da Luz tinha uma localização privilegiada. Daí se avistava uma larga extensão de costa, pelo que era um excelente posto de vigilância permitindo identificar potenciais embarcações inimigas. Tornou-se, assim, uma atalaia que, como vimos, terá funcionado como tal desde o reinado de D. João II (r. 1481- 1495).

Ponto estratégico da maior importância, próximo da barra do Porto, no Monte da Luz erguia-se, seguramente desde o século XVI, uma estrutura arquitetónica que acumulava duas funções importantes: ser vista e ver. As fontes analisadas não nos permitem concluir se se tratava de uma ermida, de uma torre, ou de ambas as estruturas associadas.

A finalizar, não podemos deixar de referir uma pintura de Francisco José Resende (1825-1893), que julgamos ser uma fonte importante para o conhecimento do território em estudo, independentemente da sua qualidade artística. É interessante o destaque do Monte da Luz, que a expansão da mancha construída irá, mais tarde, diluir. Por outro lado, chama-nos a atenção a semelhança entre a silhueta do farol e a estrutura representada na carta de Blau.



Figura 10 – Matosinhos visto de Leça, c. 1887.



Figura 11 - Foz do Douro: zona da Esplanada do Castelo, s. d. Na mancha construída, destaca-se, ainda isolado, o Monte da Luz.



Figura 12 - Vista da marginal da Foz do Douro, a partir do mar. Assinalados, os edifícios do Monte da Luz, 2016.

1.3. O Monte da Luz, durante o Cerco do Porto

O Cerco do Porto (1832-1833) foi um dos momentos mais marcantes da história da cidade, decisivo para a implantação do liberalismo em Portugal. Marcante, sem dúvida, para os portuenses, que viveram quase doze meses de provações, com constantes bombardeamentos, fome, doenças e saques.

A Foz do Douro, pela sua situação estratégica, tornou-se palco de inúmeros confrontos militares. De facto, face ao apertar do cerco miguelista, a linha de defesa dos liberais teve que fortalecer as suas posições junto ao mar. A estreita faixa costeira, desde o monte da Senhora da Luz até ao castelo da Foz, era o único espaço livre por onde os sitiados recebiam abastecimentos e reforços militares, já que a bateria miguelista do Cabedelo impedia a entrada na barra. Ambas as facções tinham consciência da importância da comunicação com o mar, para o desfecho da guerra. Daí os constantes bombardeamentos, praticamente até ao fim do cerco, envolvendo, de um lado, os absolutistas, nas baterias do Castro, da Ervilha e do Cabedelo, e, do outro, os liberais, no Monte da Luz e Castelo da Foz.



Figura 13 - Vista da Foz do Douro a partir da Bateria miguelista de S. Paio, a sul do Douro, 1845. Em segundo plano, à esquerda: o Cabedelo. Na margem norte do Douro é visível a fortaleza de S. João da Foz. Mais acima destaca-se o Monte da Luz.

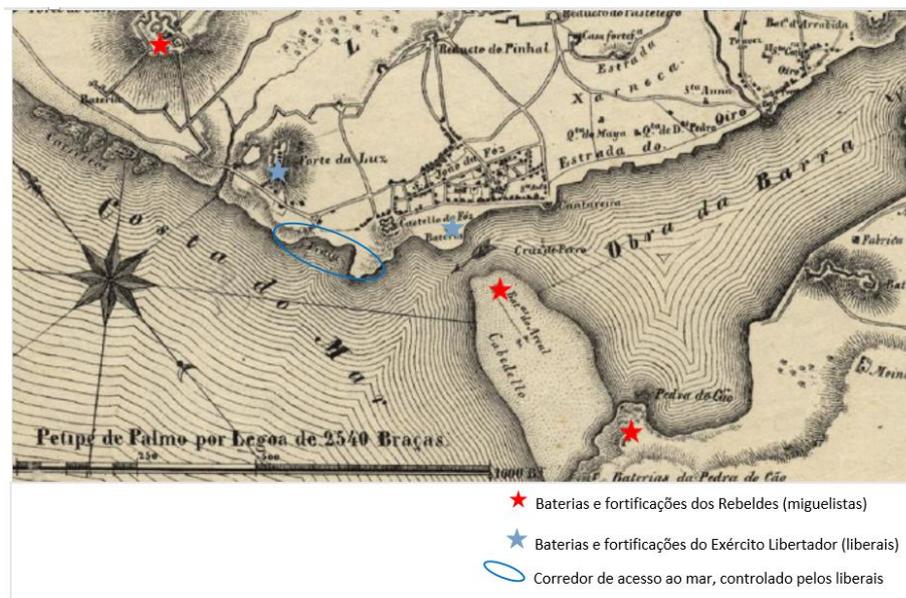


Figura 14 - Carta Topográfica das Linhas do Porto levantada pelo coronel Moreira, [1835?] (pormenor)

As consequências para a população da Foz, apanhada no fogo cruzado entre as duas forças beligerantes, foram devastadoras.

As fontes permitem-nos perceber a dimensão da tragédia, quer em danos físicos quer em materiais: o guarda do Farol da Senhora da Luz foi «atacado no d.º Farol pellos Reveldes e gravem.^{te} ferido e prezion.º conduzido p.^a Mathozinhos em que lhe levarão e destruirão toda a sua Movilia de que o supp.^{te} era Senhor e pesuidor; o que consta do Rol incluzo; que pº seu valor importa na cuantia de [277 \$740 rs] [?] em bom dinrº Metal [...]»⁵⁹ Os irmãos Joaquim e João Semeão, que «forão prizioneiros pelos rebeldes» durante sete meses, pretendem ser compensados porque ficaram «privados de ganharem a sua vida como pescadores»⁶⁰. Relativamente aos prejuízos materiais, os lesados referem sempre as suas habitações, total ou parcialmente destruídas. Especificam, com mais ou menos pormenor, danos nos quintais, nas habitações e no seu recheio: uma moradora da Rua da Pedreira perdeu «toda a sua Movilia e roupas, e até mesmo aquellas que lhe servião dos barracamentos para banhos na Praia»⁶¹. A alusão à vilegiatura banear,

⁵⁹ A.H.M.P.- *Autos de declaração e vistoria dos danos causados pelos projéteis dos rebeldes: Foz do Douro*, Série 1833-1834, A-PUB 6363, f. 225.

⁶⁰ A.H.M.P.- *Autos de declaração e vistoria...*, A-PUB-6362, f. 221 e 221 v.

⁶¹ A.H.M.P.- *Autos de declaração e vistoria...*, A-PUB-6363, f. 235.

evidente neste excerto, percebe-se em inúmeros relatórios, em que os lesados reclamam indemnizações pelo facto de não poderem alugar as suas casas «por causa do estado em q. se achão mutivado pelo fogo das Baterias dos Rebeldes»⁶².

Os danos são atribuídos, geralmente, aos projéteis dos «rebeldes», provenientes das baterias do Cabedelo, Pedra do Cão ou do Crasto. No entanto, os relatórios aludem, igualmente, a estragos causados pelas tropas constitucionais: remoção de pedras de muros para construir trincheiras, aboletamento de soldados e até roubos nas habitações. Uma casa, no Largo de S. Bartolomeu, foi «arruinada das balas vindas da Bateria do Castro» e «o muro do Quintal deitado abaixo p.^a com elle fazer a trincheira no citio do desembarque».⁶³

O Monte da Luz, pela sua situação estratégica, tornou-se um ponto fulcral para as forças liberais. De facto, este local elevado, próximo da costa, comunicava, através de sinais luminosos, com os barcos que abasteciam, durante a noite, os sitiados. Em contrapartida, tornou-se, também, um alvo fácil das baterias miguelistas. Apesar de nunca ter sido conquistado, o Forte da Luz foi frequentemente bombardeado pelas baterias miguelistas, a partir do início de 1833. Luz Soriano dá conta de que, em 4 de março desse ano, «as baterias do monte da Ervilha e do monte de Castro, secundadas pelas da margem esquerda do Douro, romperam n'um activissimo fogo contra o reducto da Luz».⁶⁴

⁶² A.H.M.P.- *Autos de declaração e vistoria...*, A-PUB-6362, f. 2.

⁶³ A.H.M.P.- *Autos de declaração e vistoria...*, A-PUB-6362, f. 4 v.

⁶⁴ SORIANO, Simão José da Luz- *História do Cerco do Porto*, 1889-1890, apud CLETO, Joel- Outeiro da Ervilha- um forte miguelista no cerco do Porto? *O Tripeiro*. Série Nova, vol. VI, 1987, p. 29.

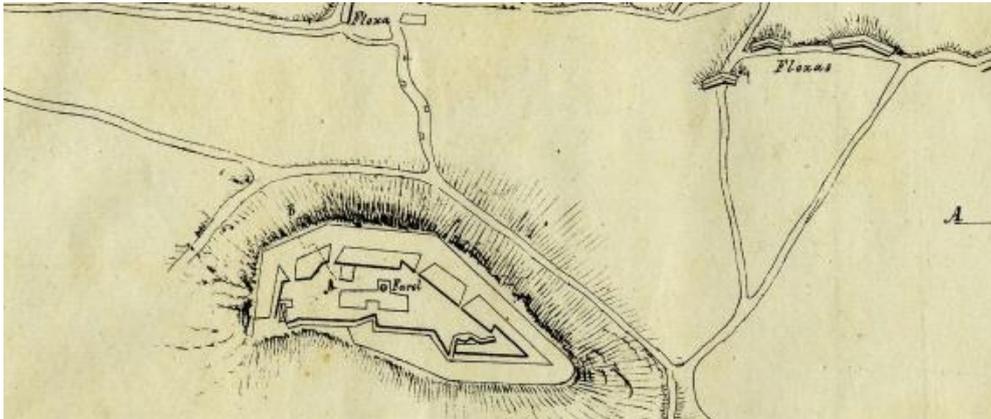


Figura 15 - Forte da Luz [1835?] (pormenor de uma planta da autoria do coronel Moreira). Assinalado, o Farol da Luz.

Na planta do Forte da Luz, as construções existentes no Monte da Luz estão, compreensivelmente, representadas de forma simplificada, dado que se trata de uma planta militar, sendo apenas identificado o Farol. A ausência de pontos cardeais não nos permite concluir qual é a orientação da planta. Este documento faz parte de uma coleção de plantas dos dois exércitos em confronto, na qual se inclui a *Carta Topográfica das Linhas do Porto* (figura 14). Esta Carta, da qual se conhecem várias reproduções, é, para Monteiro de Andrade, de todas as que se referem ao Cerco do Porto, aquela que «oferece indicações mais preciosas e pormenores mais úteis»⁶⁵. Segundo o mesmo autor, foi elaborada com imparcialidade e competência, o que lhe dá um notável valor como testemunho histórico.

Detenhamo-nos na *Carta Topográfica das Linhas do Porto*. Observando a localização relativa dos Fortes do Castro e da Luz, percebe-se que a Capela da Senhora da Luz, por se encontrar adossada à fachada norte do Farol⁶⁶, estava mais exposta aos bombardeamentos vindos das baterias do Forte do Castro. De facto, ela foi fortemente atingida.

⁶⁵ ANDRADE, Monteiro de- Plantas Antigas da Cidade: século XVIII e primeira metade do XIX. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto: C.M.P., vol. 5, fasc.1, 1942, pp.68-102.

⁶⁶ Em 21 de janeiro de 2019, pudemos identificar *in loco*, a presença de vestígios da capela, adossados à fachada norte do Farol da Luz. Este tema será retomado no capítulo 3.

Em 1834, um Confrade de Nossa Senhora da Luz apresentou, à *Comissão de Liquidação de Perdas e Danos* um relatório com os prejuízos provocados pelos rebeldes, sem, no entanto os descrever:

«Aos 26 dias do Mês de 7br.º de 1834 apresentou Vicente J.º de Carvalho, Confrade da Snr.ª da Lus seu Rellatorio a Comissão nomuada p.ª conhecer dos prejuízos cometidos pelos Rebeldes na Capella e Caza de N.Sr.ª da Lus na q.ª de tres Contos oito centos e oito mil r.^s ---3:808 \$000»⁶⁷

As fontes iconográficas são mais eloquentes, relativamente aos estragos provocados pelas bombas na Capela da Senhora da Luz. Um desenho de Joaquim Cardoso Vilanova, datado de cerca de 1833, mostra o Farol, aparentemente sem danos consideráveis a assinalar. Pelo contrário, da Capela apenas subsistem dois arcos do alpendre (figura 16).

Em 1872, segundo Sousa Reis, «apenas com dificuldade se distinguem os vestígios»⁶⁸ da capela da Senhora da Luz.

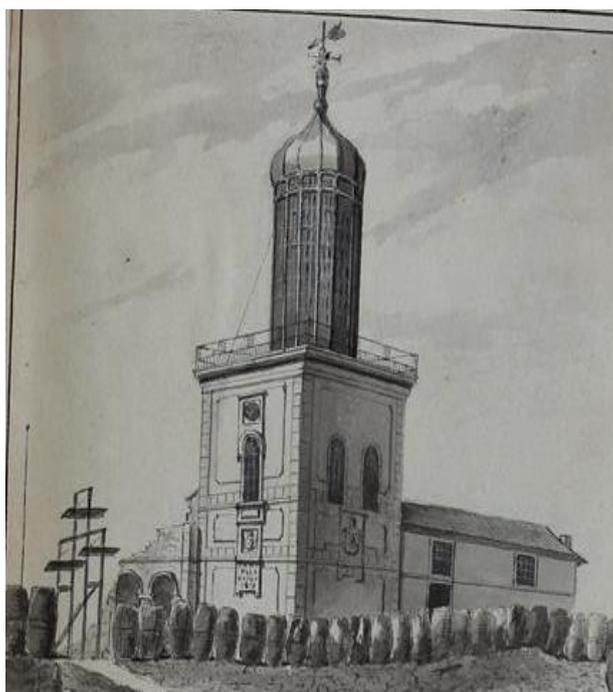


Figura 16 - Farol da Sra. da Luz: fachadas oeste e sul, c. 1833. À esquerda, na imagem, vêem-se as ruínas da capela.

⁶⁷ A.H.M.P.- *Declarações dos lesados pela usurpação apresentadas à Comissão de Liquidação de Perdas e Danos de São João da Foz do Douro*; A-PUB-6332, f.90.

⁶⁸ REIS - *Apontamentos...*, 1984, p.358.

Capítulo 2. – Arquiteturas no Monte da Luz

2.1. Uma ermida *com hua Torre Velha Unida*

A escassez de fontes e a sua interpretação, por vezes contraditória, por parte dos autores que as estudaram dificultam a leitura, na diacronia, dos edifícios que pontuavam o Monte da Luz.

A toponímia, que associa a luz àquele local, leva-nos a conjecturar que aí poderia existir um culto ancestral, anterior, mesmo, ao cristianismo. No entanto, não possuímos documentação nem dados arqueológicos suficientes que nos permitam reconstituir as devoções e os espaços arquitetónicos a elas dedicados, na longa diacronia.

Conforme referimos no capítulo anterior, a existência de fachos e atalaias ao longo da costa portuguesa deverá remontar à Idade Média. Uma fonte de 1594, a que então aludimos,⁶⁹ refere que, face a um iminente ataque inimigo, se deveriam acender fachos na costa norte do país. Entre os locais estratégicos, manda-se acender fogos na Senhora da Luz, como já era prática anterior. Conclui-se que, nos finais do século XVI, estava enraizado, naquele Monte, o culto à Senhora da Luz e que aí haveria uma ermida com essa devoção.

O facho, reativado em 1594, poderia acender-se na própria ermida, como sucedia, por exemplo, no farol-capela de S. Miguel-o-Anjo, ou numa torre ou farol a ela adossado.

Numa lápide existente na fachada sul do atual Farol, lia-se, segundo Sousa Reis⁷⁰ com dificuldade, o seguinte: «Fundação/ d’o edificio 22 d’Agosto/ 1680». A mesma informação surge numa legenda manuscrita, junto a um desenho do Farol, de Joaquim Cardoso Vilanova, datado de cerca de 1833, que a seguir se transcreve: «Lado do Sul/FUNDAÇÃO/DO EDIFICIO A 22 D’AGOSTO/d. 1630»⁷¹. A diferença entre o «8» e o «3» prende-se, certamente, com a dificuldade na leitura da lápide pelos dois autores, já que a mesma se encontrava, segundo Sousa Reis, «muito carcomida do tempo». Para

⁶⁹ *Vd. cap.1, p.35.*

⁷⁰ REIS - *Apontamentos...*, 1984, p.364.

⁷¹ VILANOVA, Joaquim Cardoso Vitória - [Farol (Foz)], in *Edifícios do Porto em 1833* - edição fac-similada. Porto: B.P.M.P., 1987, p. 133.

além da divergência na leitura da data, esta inscrição tem dado origem a diversas interpretações, considerando alguns autores que ela se refere à ermida⁷², outros, a um farol anterior ao atualmente existente⁷³. As fontes analisadas até este momento não nos permitem concluir a que edifício se refere a lápide e qual a datação correta.

Não podemos deixar, no entanto, de destacar as informações veiculadas por Adriano Coutinho Lanhoso sobre esta matéria. Este investigador faz referência a dois documentos⁷⁴, um, datado de 4 de janeiro de 1680 e outro de 7 de agosto do mesmo ano, que encontrou «guardados no Arquivo Episcopal da Diocese do Porto»⁷⁵. O primeiro, designa-se *Autos de hũa petição dos mordomos de Nossa S.ra da Luz, p.^a se lhe conceder l.ça p.^a a reedificação da sua Ermida- Anno de 1680, coatro de Jan^o*. Relativamente ao segundo documento, Lanhoso identifica-o como « requerimento em que o Rev^o Freire pede ao prelado o seu beneplácito de consentir que *continui a celebrar-se o Sacro Sacrificio da Missa e mais ofícios divinos, visto ela estar restaurada com a decência conveniente e conservada a ara antiga com a devida cautela e reverencia.*»

Na petição de 4 de janeiro de 1680, os mordomos da Confraria de Nossa Senhora da Luz pedem autorização ao Bispo do Porto para reedificar a ermida. O padre Sebastião Freire, prior e vigário de S. João da Foz, quando questionado pelo Bispo sobre a conveniência destas obras informa, num documento que, segundo Lanhoso, se encontrava «apenso aos ante ditos Autos»:

«O Juiz desta Senhora é um dos mais abonados mercadores dessa cidade e não só serve este anno, mas há muitos a esta parte que nesta devoção persevera com grande desejo e zelo de dar principio e fim a esta obra [...] Está esta ermida prometendo ruína, porquanto as paredes estão em parte pouco seguras e principalmente o teto e como os seus devotos estão de há muitos annos desejosos de quitarem esse perigo e reparar essa obra, reduzindo-a a melhor forma, como prometeu, me parece mui ajustada a licença que isso pedem.»

⁷² Cf. REIS - *Apontamentos...*, 1984, p.364 e LANHOSO - *Farol da Senhora da Luz...*, 1974, p. 33.

⁷³ Cf. BARROCA - *As fortificações...*, 2001, p. 49 e VASCONCELOS - *A Senhora da Luz...*, 1996, p. 262.

⁷⁴ LANHOSO - *Farol da Senhora da Luz...*, 1974, p. 36; estas fontes são igualmente citadas noutras obras do mesmo autor: *Nossa Senhora Protetora dos Mareantes do Velho Burgo do Porto. Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXIX, 1966, pp. 45-50; A desaparecida capela da Senhora da Luz na Foz do Douro também tinha vincadas tradições marinheiras. *O Tripeiro*, série VI, ano IV, 1964, pp.240-242.

⁷⁵ No Arquivo Episcopal do Porto, fomos informados que tais documentos não se encontram no seu acervo (25 de setembro de 2018).

O padre Sebastião Freire, presumimos, no mesmo documento, acrescenta:

«Para as obras da capela, se tem oferecido quase todos os mercadores mais ricos da cidade do Porto, não como qualquer, mas com mui grandes esmolos, além de muitas outras já depositadas nos cofres da confraria.»

Coutinho Lanhoso informa ainda, citando uma fonte que não identifica: «nelas [as obras da ermida] *se tinham acabado de gastar a maior de seis mil cruzados*»⁷⁶

Na petição de 4 de janeiro, acima referida, os mordomos da Senhora da Luz dão a conhecer ao Bispo do Porto que «já possuem muita pedra aparelhada e muita e boa madeira para o forro e armação do teto, materiais que lhes foram oferecidos pelos muitos devotos da Senhora.»

A 7 de agosto de 1680, de acordo com o segundo documento citado, a ermida estava restaurada «com a decência conveniente» e apta para o culto religioso. A data é, de facto, próxima da mencionada na lápide, 22 de agosto de 1680 (ressalvando que, para alguns autores, o ano correto é 1630). Seria esta inscrição proveniente da capela e, após a sua destruição, em 1833, colocada na fachada do Farol? A hipótese parece-nos plausível, mas não acedemos a fontes que nos permitam sustentá-la.

Mais importante, cremos, é a informação que podemos retirar das fontes citadas por Coutinho Lanhoso. Em 1680, o culto à Senhora da Luz estava, efetivamente, enraizado na Foz do Douro. A crer nas informações do documento, extravasava, até, o âmbito que supúnhamos. Isto é, esta devoção alargava-se à cidade do Porto (naquela altura, note-se, ainda muito afastada da Foz) e não se limitava aos mareantes, antes era partilhada pelos *mercadores mais ricos da cidade*. Existia uma Confraria, responsável pelo culto da Senhora da Luz e respetiva gestão financeira. Retomaremos este tema noutra capítulo.

Em janeiro de 1680 a capela da Senhora da Luz ameaçava ruína e *há muitos annos* que os seus devotos queriam repará-la. Além disso, sabemos que fora conservada a *ara antiga* da capela. Estas informações remetem o edifício para uma cronologia anterior, sem nos permitir, no entanto, precisar a data da sua construção. Recordamos, conforme afirmamos no início deste capítulo, que, no século XVI, estava enraizada a devoção à

⁷⁶ LANHOSO - *Farol da Senhora da Luz...*, 1974, p. 36.

Senhora da Luz naquele local. É de crer que a capela já existisse, então, no alto do Monte da Luz.

Por outro lado, as fontes acima referidas não identificam a estrutura a que o facho do Monte da Luz estaria ligado, mas confirmam a sua existência. Lanhoso cita o mesmo padre Sebastião Freire, que afirma que os mareantes «apr.^a Lus e conhecimento que tem desta Sid. do Porto, he uendo assua caza de m.tas legoas ao mar».

As primeiras alusões a um farol no Monte da Luz datam do século XVIII.

Em 1 de fevereiro de 1758 foi lavrado um alvará do Marquês de Pombal, que determinava a construção de um farol próximo da barra do Porto:

«[...] sendo-Me presentes: Por huma parte o grande perigo, que correm os Navios, que buscão a Barra de Lisboa; as Costas a ella adjacentes; [...] e Barras da Cidade do Porto [...] por falta de Faróes, que possam servir aos Navegantes de Marca, e de Guia, para se desviarem oportunamente de fazerem naufrágio; [...] ordeno [...] que logo se levantem seis competentes Faróes, que parecer mais para guia da Navegação das referidas Costas, e Barras, a saber: Hum nas Ilhas das Berlengas, e no lugar dellas, que parecer mais próprio: outro no sitio de Nossa Senhora da Guia [...]: outro na Fortaleza de S. Lourenço: outro na de S. Julião da Barra: outro na costa adjacente á Barra da Cidade do Porto, onde mais útil for: e outro em fim na altura da Villa de Vianna: Os quaes todos serão erigidos, e acabados com a maior brevidade, que couber no possível.»⁷⁷

O alvará de 1758 refere-se, sem dúvida, ao Farol da Senhora da Luz, o único edificado à entrada da barra do Porto.

As fontes escritas consultadas não esclarecem se este farol foi construído de raiz ou se houve uma reconstrução de um hipotético farol anterior. Segundo Joaquim Boiça,

«encontra-se muito difundida a ideia, de facto, de que os faróis portugueses surgiram em cumprimento do Alvará Pombalino de 1758. [...] O que sistematicamente se ignora é que nestes pontos do litoral há muito que existiam torres de farol. [...] Este documento é sistematicamente interpretado de forma abusiva, confundindo-se o propósito do legislador de criar e de regular o funcionamento de alguns faróis, iniciativa que é indissociável dos efeitos provocados pelo terramoto [...], com ato de criação inicial.»⁷⁸

⁷⁷ Cf. SILVA, Antonio Delgado da - *Collecção da Legislação Portuguesa...*Lisboa: Typografia Maignense, 1830. [Em-linha] Disponível em: [Collecção](#) (acedido em 10 de março de 2019).

⁷⁸ BOIÇA - *O Forte e Farol do Bugio...*, 2004, pp.119 e 149.

De acordo com as *Memórias Paroquiais*, de 21 de abril de 1758, escritas dois meses após o Alvará do Marquês de Pombal,

«Tem este Lugar [S. João da Foz] sinco Ermidas; a primeyra com a Invocação de Nossa Senhora da Luz com hua Torre Velha Unida, tudo feyto por hum Abbade de Santo Thyrço, e na Torre tem as suas armas.»⁷⁹

A ermida de Nossa Senhora da Luz tinha, pois, uma torre adossada, considerada «velha» em 1758, dois meses, insistimos, após o alvará pombalino. Assim, corroborando a opinião de Joaquim Boiça, admitimos que a determinação de 1758 conduziu à reconstrução de um farol preexistente e não à construção de um edifício de raiz.

Voltemos à descrição das *Memórias Paroquiais*.

A expressão «tudo feyto» leva-nos a crer que, tanto a ermida como a torre, foram mandadas construir pela mesma pessoa, referida como «um Abade de Santo Tirso». Recordamos que S. João da Foz era, desde o século XIII, couto do Mosteiro de Santo Tirso, do qual dependia. Compreende-se que, ao longo do documento, o vigário da freguesia, ele próprio, monge e representante do Abade daquele mosteiro, aluda frequentemente ao «Abade de Santo Tirso», nunca identificando um, em concreto. Ao referir-se à ermida de S. Miguel-o-Anjo, o autor diz, igualmente, que esta «foy edificada por hum Abbade de Santo Thyrço».

Alguns autores encaram a hipótese de o Farol da Luz ter sido erguido por ordem de D. Miguel da Silva. É o caso de Rafael Moreira, que identifica a «Torre Velha», referida nas *Memórias Paroquiais*, como uma das duas torres que D. Miguel da Silva, numa epígrafe de 1536⁸⁰, diz ter edificado. O mesmo autor reforça essa ideia considerando que o Farol da Luz se enquadra num vasto «projeto silviano» para a Foz do Douro.⁸¹ Para Marta Oliveira, haveria uma «concertação» entre o farol de S. Miguel-o-Anjo e o farol da Luz. O primeiro, situado no limiar interior da foz do rio, não poderia «funcionar diretamente como farol da rede costeira.» Essa função seria desempenhada pelo farol da

⁷⁹ *Memórias Paroquiais na divisão administrativa do Porto...*, 1965, p. 194.

⁸⁰ Cf. MOREIRA, Rafael - *Um exemplo: São João da Foz...*, 1994, p.59.

⁸¹ Cf. MOREIRA, Rafael - *Arquitectura: Renascimento e Classicismo..*, 1995, p.336.

Luz, obra também atribuída a D. Miguel da Silva.⁸² Já Mário Barroca⁸³ e Ferrão Afonso⁸⁴ discordam que a torre, referida na epígrafe de 1536, seja a «Torre Velha» mencionada nas *Memórias Paroquiais*. Ambos os autores consideram que a construção do farol da Luz resultou da extinção do farol de S. Miguel-o-Anjo.

O programa arquitetónico concebido pelo bispo-mecenas para a Foz do Douro era, como referimos no capítulo anterior, vanguardista e arrojado. A construção de um farol, no alto do Monte da Luz, fecharia o seu projeto que visava tornar mais segura a aproximação e entrada na barra. Não obstante, até ao momento, não existem fontes que nos permitam assegurar que D. Miguel da Silva foi o responsável pela construção do Farol da Luz.

Detenhamo-nos, ainda, numa informação das *Memórias Paroquiais*: o abade «tem as suas armas» na Torre. A que armas se referirá o autor?

Na fachada oeste do farol, figura a pedra-de-armas do reino de Portugal, datável entre 1800 e 1820, segundo o Professor José Augusto Sottomayor Pizarro. Quanto à pedra-de-armas da fachada sul, que até hoje nenhum investigador conseguiu identificar, ela é «desconhecida pelos armoriais portugueses»⁸⁵, apresentando um escudo «dos finais do século XVII ou do século XVIII». Até ao momento, não foi possível apurar a origem desta pedra-de-armas. Retomaremos esta temática no capítulo seguinte.

Assim sendo, nenhuma das pedras-de-armas atualmente existentes no farol pode ser atribuível a qualquer abade de Santo Tirso. Aventamos a hipótese de o relator das *Memórias Paroquiais* se ter enganado na identificação daquela pedra-de-armas, ou de esta ter sido alterada após a redação deste documento, em 1758.

Atente-se, por fim, na *Planta geográfica da barra da cidade do Porto*, desenhada por Teodoro Sousa Maldonado, em 1789, para a *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, do padre Agostinho Rebelo da Costa. Trata-se de uma perspetiva da barra do Douro, vista de sul. As casas de S. João da Foz dispõem-se a partir do rio, de acordo com as curvas de nível, criando assim um escalonamento da paisagem urbana. O

⁸² Cf. OLIVEIRA - *Porto: S. Miguel o Anjo...*, 2005, p. 39-40.

⁸³ Cf. BARROCA - *As fortificações...*, 2001, p. 49.

⁸⁴ Cf. AFONSO - *A Herança...*, 2018, p. 69.

⁸⁵ PIZARRO, José Augusto Sottomayor, e-mail de 6 de dezembro de 2018.

Forte, a Igreja e o Farol de S. Miguel-o-Anjo, principais edifícios da povoação, que Maldonado identifica com números, como que delimitam uma triangulação que organiza este espaço urbano, permanecendo o Monte da Luz isolado.

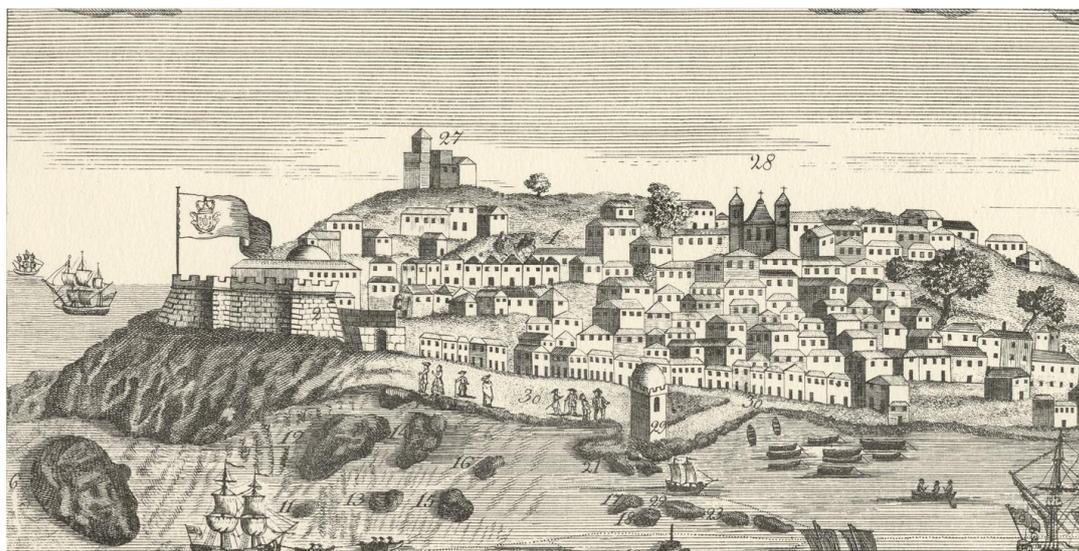


Figura 17 - *Planta geográfica da barra da cidade do Porto*, 1789 (pormenor). A legenda identifica o número 27 como «Senhora da Luz».

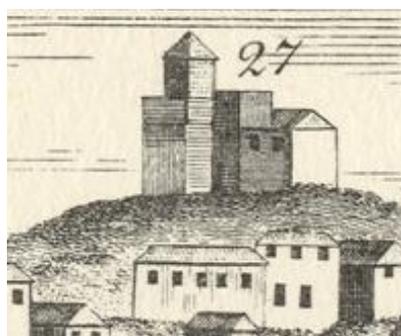


Figura 18 - O Monte da Luz, na *Planta geográfica da barra da cidade do Porto*, 1789.

No alto do Monte da Luz ergue-se um conjunto de estruturas arquitetónicas, das quais, a mais elevada, deverá corresponder ao edifício do farol, mandado construir, ou reconstruir, pelo Alvará pombalino, de 1758. É o único documento iconográfico que conhecemos do farol nessa cronologia. O caráter simplificado do desenho não nos

permite, porém, conceber uma imagem do que seria a torre do farol da Senhora da Luz, aquando da intervenção pombalina, nem identificar os outros edifícios que lhe estão adossados.

Teremos que avançar até ao início do século XIX para podermos analisar, a partir de novas fontes, tanto o farol como as construções que lhe são adjacentes.

2.2. O Farol

2.2.1. O edifício: evolução histórica

São escassas as informações documentais sobre alterações nas estruturas arquitetónicas do farol desde 1761, data em que começou a funcionar⁸⁶, até à atualidade. Já os equipamentos de iluminação conheceram uma transformação assinalável, decorrente, naturalmente, da evolução tecnológica.

Em 1815, de acordo com uma lápide embutida na fachada oeste, houve uma intervenção no Farol. A lápide continha a seguinte inscrição: «FAROL/ PELA/ R. J. C. A. F. N. DO R./ ANNO DE 1815»⁸⁷. As iniciais querem dizer Real Junta do Comércio e Agricultura da Fazenda Nacional do Reino, entidade responsável pela obra. Não se sabe em que consistiu esta intervenção, podendo referir-se a uma alteração no sistema de iluminação e não na estrutura arquitetónica, já que, no ano anterior, há notícia de um plano de reforma do alumramento dos faróis portugueses.⁸⁸

O desenho de Vilanova, já referido, datado da década de 1830, apresenta uma vista das fachadas sul e poente do farol.

⁸⁶ Cf. SILVA - *Projecto de alumramento...*, 1872, p. 147.

⁸⁷ Esta inscrição, hoje ilegível, foi copiada por Joaquim Cardoso Vilanova por baixo do desenho do farol (VILANOVA - *Edifícios...*, 1987, p. 133). Sousa Reis também cita esta inscrição (REIS - *Apontamentos...*, 1984, p. 361)

⁸⁸ Cf. BOIÇA - *O Forte e Farol do Bugio...*, 2004, p.212.

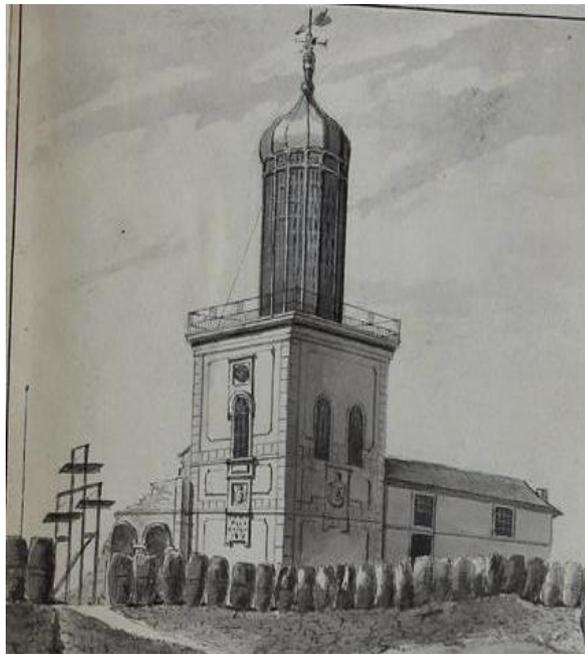


Figura 19- Farol da Sra. da Luz: fachadas oeste e sul, c. 1833.

São visíveis dois arcos arruinados da capela, que se adossava à fachada norte do farol. Encostado à fachada leste, ergue-se um edifício de dois pisos que, de acordo com Sousa Reis⁸⁹, se destinava à habitação do faroleiro. Posteriormente, segundo o mesmo autor, também serviu para habitação dos empregados do telégrafo. Não possuímos qualquer referência documental a esta estrutura. Poderá ter sido construída aquando da intervenção pombalina, em 1758.

Na década de 30 do século XIX, de acordo com o desenho de Vilanova, o edifício do farol apresentava estruturas arquitetónicas que irá manter até à atualidade: a planta quadrangular, os vãos, um na fachada oeste e dois na fachada sul, que rematam em arco de volta perfeita, os cunhais de cantaria. Distinguem-se, na parte central das duas fachadas, lápides de pedra lavrada que, sabemos, correspondem às pedras-de-armas, a que já aludimos. O farol rematava numa cornija sobre a qual assentava uma varanda de ferro, que servia de resguardo ao terraço. Sobre este, dirá, mais tarde, Sousa Reis:

⁸⁹ Cf. REIS - *Apontamentos...*, 1984, p. 361

«He muito agradável a vastíssima vista que se alcança do terraço que circunda a dita lanterna, e fica amparado pela varanda, e não poucas vezes serve este ponto por sua elevação, de summa utilidade para se avistarem ao longe as embarcaçoens que no horizonte aparecem.»⁹⁰

Na década de 1870, quando Sousa Reis redigiu a frase que acabamos de destacar, o Farol mantinha o desígnio das estruturas que o antecederam, no alto do Monte da Luz: ser visto e ver.

Acima do terraço, eleva-se a lanterna, que encerra o equipamento de iluminação.

As barricas que se veem em primeiro plano, na imagem, poderiam, segundo Flório de Vasconcelos,⁹¹ conter azeite, fonte energética que alimentava o sistema de iluminação do farol. É provável que assim fosse, dado que o relatório de 1865 refere que, neste farol, não havia tanques de pedra para azeite, ao contrário do que era usual nos faróis daquela época⁹².

À esquerda destaca-se um telégrafo ótico, designado telégrafo de palhetas. Retomaremos este assunto no capítulo seguinte.

Nas fotografias de Frederick William Flower, com datação atribuída à década de 1850, o farol apresenta um aspeto semelhante ao registado por Vilanova.

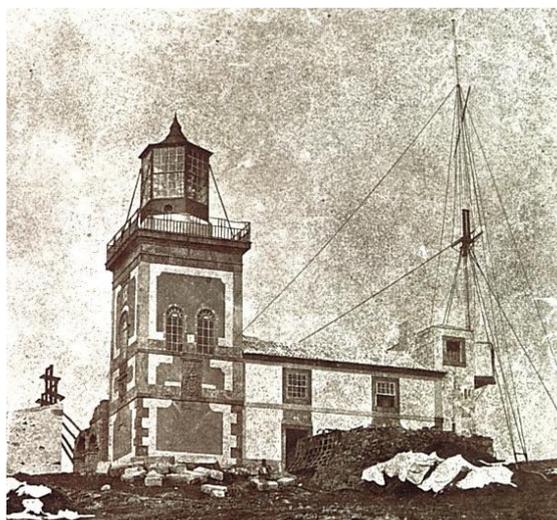


Figura 20- Farol da Sra. da Luz: fachada sul [1849-1859].

⁹⁰ REIS - *Apontamentos...*, 1984, p. 362

⁹¹ Cf. VASCONCELOS - *A Nossa Senhora da Luz...*, 1996, p. 261.

⁹² Cf. SILVA - *Projecto de alumiamento...*, 1872, p.147.



Figura 21- Farol da Sra. da Luz: fachada oeste e sul [1849-1859]

Algumas características percebem-se, agora, com mais nitidez. As paredes estão rebocadas e parcialmente caiadas. A janela da fachada oeste é encimada por uma bandeira. Acima da torre, ergue-se uma nova lanterna.

Adossado ao edifício de dois pisos, avulta, agora, para leste, uma outra construção, de três pisos, onde funcionava a estação telegráfica.

Francisco Maria Pereira da Silva, Inspetor dos Faróis do Reino, realizou, em 1865, uma minuciosa inspeção a todos os faróis portugueses. Durante dois meses, visitou os faróis e principais portos, consultando, ainda, «autoridades marítimas, pilotos e navegadores experimentados» acerca dos melhoramentos necessários a realizar. Na sequência dessa inspeção, realizou um detalhado relatório. Assim descreve Pereira da Silva o Farol da Senhora da Luz:

«O edifício em que assenta esta lanterna é uma torre quadrangular construída de alvenaria e cunhaes de cantaria, tudo caiado de branco, com uma varanda de ferro na parte superior.

A altura de todo o edifício, contada até ao vértice da lanterna, é de 19m, 26. Em comunicação com esta torre existem algumas casas que servem de alojamento para o

pharoleiro e sua família e de arrecadação e oficinas para o pharol, mas tudo muito mal distribuído e em muito mau estado. [...] Desde esta ultima epocha [refere-se a uma reforma do sistema de iluminação, em 1854] não tem soffrido este pharol reparos alguns, nem mesmo de pintura: achando-se por este abandono, tanto o edificio como a lanterna em mau estado de conservação.»⁹³

Este inspetor especificou as obras de que o farol necessitava. Segundo refere, mandou vir de Paris uma nova lanterna e um novo sistema de iluminação, que, à data do relatório, já se encontravam na Foz, aguardando ordem para serem armados «na torre actual visto que a nova torre do edificio que está projectado para este e outros serviços publicos n´aquelle local pela associação commercial do Porto, ainda terá uma demora que não supporta a urgencia d´este pharol.»

Efetivamente, a Associação Comercial, que possuía uma estação semafórica no Monte da Luz, iria construir uma nova torre duas décadas mais tarde, em 1887. Na documentação por nós compulsada, o novo edificio destinava-se apenas ao telégrafo comercial, não havendo qualquer referência à possibilidade de albergar também o equipamento do farol.

O edificio do farol não sofreu, tanto quanto pudemos apurar, alterações significativas. Na década de 1870, de acordo com Sousa Reis, o farol surge pintado de branco, com uma faixa vermelha de «1m, 88 de largura: na altura media de 3 m, 92 medidos da base»⁹⁴. Num bilhete-postal ilustrado, datado de cerca de 1900, nota-se uma diferenciação cromática que deverá corresponder a esta faixa vermelha.

⁹³ SILVA - *Projecto de alumiamiento...*, 1872, pp. 146-147.

⁹⁴ REIS - *Apontamentos...*, 1984, p. 366.



Figura 22- Farol da Sra. da Luz: fachada sul, c. 1900.

Para Pinho Leal, em 1874, «O pharol da Senhora da Luz não merece descripção, tanto pela mesquinhez do edificio, como pelo seu mau arranjo.»⁹⁵

Em julho de 1904, segundo a revista *O Tripeiro*, ordenava-se «a imediata reparação do Farol da Luz, à Foz, à data em lastimável estado de conservação.»⁹⁶

No *Aviso aos Navegantes n.º 40*, de 1926, podia ler-se: «A partir do dia 15 de Dezembro de 1926, deixa de funcionar o farol de Nossa Senhora da Luz (Porto)»⁹⁷. Como consequência, foram retirados o aparelho ótico e a lanterna. A sua cobertura passou a ser em telhado de quatro águas. A partir de então, o farol ficou devoluto, acentuando-se, doravante, o seu processo de degradação. Passado quase um século desde o seu encerramento, esvaziado de funções e de sentido, dele praticamente só restam as paredes exteriores.

Em 1996, o Farol da Senhora da Luz foi classificado como de Valor Concelhio (D.R. n.º 56/96, série 1/B, de 6 de março de 1996), classificação que foi convertida para Interesse Municipal, em 2001 (Lei n.º 107/2001 - D.R. n.º209, série 1/A, de 8 de setembro de 2001).

⁹⁵ LEAL, Augusto S. B. Pinho – Portugal Antigo e Moderno.... Vol. 3. Lisboa: Livraria Editora de Mattos & Companhia, 1874. [Em-linha]. Disponível em: [archive](#) (acedido em 1 de abril de 2018), p. 223.

⁹⁶ S.a., *O Tripeiro*, série V, ano X, n.º3, julho de 1954, p.89.

⁹⁷ Arquivo da Marinha, Fundo/ Núcleo 12- Direção de Faróis, u.i. 710.

2.2.2. O edifício do Farol na atualidade



Figura 23- Farol da Senhora da Luz: fachadas oeste e sul, 2019.

As paredes, em alvenaria, rebocadas, dividem-se, em três panos horizontais, separados por frisos de cantaria. No nível inferior, destacam-se cunhais em cantaria. Foi desmontado o topo superior da fachada e rebaixada a cornija. As janelas apresentam caixilharia recente.

Adossado ao cunhal norte da fachada oeste, é visível um contraforte, que pertencia à capela, cujas ruínas se podem ver nas figuras 19 e 21.

A fachada oeste ostenta, no nível inferior, a lápide a que já aludimos, datada de 1815. No prolongamento desta, e com a mesma cronologia, destaca-se, no corpo intermédio, uma pedra-de-arms. Como referimos já, e segundo o Professor José Augusto Sottomayor Pizarro, esta pedra-de-arms pode ser datada entre 1800 e 1820, «tendo em conta a tipologia da Coroa que encima o escudo e que se assemelha muito à que foi usada por D. João VI durante o período do Reino Unido de Portugal e Brasil (1816-1822) e também pelos adornos vegetalistas muito discretos que lhe servem de cartela.»⁹⁸

⁹⁸ PIZARRO, José Augusto Sottomayor, *e-mail* de 6 de dezembro de 2018.



Figura 24- Pedra-de-armas e lápide da fachada oeste do Farol, 2019.



Figura 25- Pedra-de-armas e parte da lápide da fachada sul do Farol, 2019.

No nível superior abre-se uma janela, rematada por uma moldura de pedra, saliente, em arco de volta perfeita. O óculo por cima da janela foi removido. Os elementos pétreos, que se prolongam pelos três panos de parede, formando um eixo na fachada, conferem alguma erudição a um edifício austero como é uma torre de farol (figura 23).

A fachada sul repete, parcialmente, o programa do alçado ocidental. No nível inferior, destaca-se uma estreita lápide, que transcrevemos anteriormente. Segue-se, no nível intermédio, uma pedra-de-armas que tem suscitado as mais diversas interpretações. Segundo Sottomayor Pizarro, ela é «desconhecida pelos armoriais portugueses», sendo «quase certo que se trata de heráldica de família exterior a Portugal»⁹⁹. A sua cronologia situa-se entre finais do século XVII e o século XVIII.

No nível superior rasgam-se duas janelas, a par, que apresentam moldura de cantaria diferente da janela da fachada oeste (figura 23).

À fachada norte encontrava-se adossada, como referimos, a capela da Senhora da Luz. A cornija que percorre o conjunto edificado (farol e casa do faroleiro) é uma preexistência da estrutura arquitetónica da capela. Na fachada do farol, foram abertas duas janelas, uma das quais interrompendo a cornija, que se percebe serem transformações mais recentes.

⁹⁹ PIZARRO, José Augusto Sottomayor, *e-mail* de 6 de dezembro de 2018.



Figura 26- Farol da Senhora da Luz: fachada norte, 2019. Anexos ao farol, à esquerda, vê-se a fachada posterior da antiga casa do faroleiro e da estação telegráfica.

2.2.3. O sistema de iluminação

Desconhecem-se as características do equipamento de iluminação existente no Farol da Luz, aquando da sua construção. O alvará de 1758 estabelecia apenas que os faróis deveriam ficar «nas noites perpetuamente accesos com fogos taes, que sempre do alto Mar, e de longe se possam distinguir.»¹⁰⁰ Segundo Joaquim Boiça, os faróis ditos pombalinos foram equipados com sistemas de iluminação que já eram comuns entre nós, ou seja, candeeiros com refletores alimentados a azeite. As grandes inovações tecnológicas, segundo o mesmo autor, só seriam introduzidas em Portugal na penúltima década do século XVIII.¹⁰¹

¹⁰⁰ SILVA, Antonio Delgado da - *Collecção da Legislação Portuguesa...* [Em-linha] Disponível em: [Collecção](#) (acedido em 10 de março de 2019).

¹⁰¹ Cf. BOIÇA - *O Forte e Farol do Bugio...*, 2004, p. 119.

Marino Franzini, membro do Real Corpo de Engenheiros, refere, em 1812, que «todas as noutes se accende hum pharol» na «Ermida de Nossa Senhora da Luz»¹⁰². Este oficial da armada elaborou, nessa data, um roteiro da costa portuguesa, cujo alumramento considerava desatualizado.

Em 1814 esboçou-se uma reforma dos faróis portugueses, nos quais se planeou a instalação de «novos candeeiros com reflexos [...]á imitação dos candeeiros de invenção de Argand».¹⁰³ Segundo Teixeira de Aguiar, o *candeeiro de Argand* era «dotado de um pavio circular, dentro do qual circulava uma corrente de ar ascendente que ajudava a combustão, produzindo uma chama estável, de forte intensidade e sem grande produção de fumo.»¹⁰⁴ Cada aparelho de iluminação era composto por um conjunto de candeeiros. Sabe-se que foram fabricados e testados dez exemplares deste tipo no Farol de S. Julião, na barra do Tejo, mas não há informação sobre a sua introdução efetiva nos faróis portugueses. A reforma no Farol da Luz, em 1815, por ação da Junta do Comércio, referida na lápide da fachada oeste, pode aludir à introdução deste novo dispositivo de iluminação.

Os faróis portugueses, no século XIX, foram equipados, maioritariamente, com candeeiros Argand, aos quais nos mantivemos «rotineiramente agarrados»¹⁰⁵, mesmo quando soluções mais inovadoras já estavam a ser implementadas noutros países da Europa. Este atraso tecnológico prende-se com a instabilidade política, sentida, principalmente, na primeira metade do século XIX, e com a crónica incapacidade económica nacional.

Na década de 1830, de acordo com o desenho de Vilanova, o Farol da Luz dispunha de uma lanterna de grandes proporções, composta por uma estrutura metálica envidraçada, encimada por uma cúpula bulbosa, também metálica, rematada por um

¹⁰² FRANZINI, Marino Miguel - *Roteiro das costas de Portugal* [...], S.l.: Impressão Régia, 1812, p. 27. [Em-linha] Disponível em: [Roteiro](#) (acedido em 5 de maio de 2019).

¹⁰³ IAN/TT, Cartório da Junta do Comércio, liv. 141 (38), fl. 108, *apud* BOIÇA - *O Forte e Farol do Bugio...*, 2004, p.212.

¹⁰⁴ AGUILAR, José Teixeira de - *Faróis a terra ao mar se anuncia*. Lisboa: CTT- Correios de Portugal, p. 159.

¹⁰⁵ CRUZ, Frederico - *Pequena História dos Faróis Portugueses*. Grémio dos armadores da pesca do arrasto - *Boletim da Pesca*. Ano V, nº18, março de 1948, p.69.

catavento. Relativamente ao sistema de iluminação, uma portaria de 4 de março de 1835, determinava que este passasse a ser de rotação e cores¹⁰⁶.



Figura 27- Lanterna do Farol da Luz, c. 1833



Figura 28- Lanterna do Farol da Luz, [1849-1859]

O novo aparelho, então introduzido, foi inventado por Gaudêncio Fontana, um portuense que fabricou o protótipo por suas próprias mãos. O êxito do novo mecanismo foi tal, que o Governo publicou um louvor a Fontana, nomeando-o, ainda, responsável técnico pelo serviço de faróis. No âmbito das suas novas funções, deveria implementar um «plano de alumiamento» para o país, do qual constava a construção seis novos faróis e a renovação do sistema ótico dos faróis já existentes. Apesar do entusiasmo inicial, o plano, no entanto, marchava lentamente.

Em 1854 o sistema de iluminação do Farol da Luz foi alterado, passando a ser de luz branca fixa. É possível que, na mesma altura, a lanterna tenha sido substituída pela que se observa na fotografia de Flower, uma estrutura hexagonal, de menores dimensões que a anterior, com caixilharia de vidros, encimada por uma cúpula metálica.

Em meados do século XIX, a iluminação da costa portuguesa, assegurada por um número reduzido de faróis, com equipamento obsoleto e pessoal sem formação adequada, era largamente insuficiente. O epíteto de *costa negra*, atribuído internacionalmente ao nosso litoral, ilustra bem essa situação.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Cf. CRUZ - *Pequena História dos Faróis...*, 1948, p.68.

¹⁰⁷ Cf. BOIÇA - *O Forte e Farol do Bugio...*, 2004, p. 215.

Em 1864 o serviço de faróis passa para o Ministério da Marinha¹⁰⁸. Foi, então, criada uma comissão com o objetivo de elaborar um plano de farolagem nacional, presidida pelo engenheiro Francisco Maria Pereira da Silva, Inspetor dos Faróis. A ele se deve um relatório detalhado, a que já aludimos.

O sistema de iluminação do farol é assim descrito:

«A luz d'este pharol é branca, produzida por dezoito candieiros de *Argand* com reflectores parabolicos, distribuidos em seis grupos de tres candieiros cada um collocados no sentido vertical em uma arvore circular de ferro com eixo de madeira que gira em pontos de aço, para mais facilmente se limpar, illuminando um sector de 200°, interrompido pelos intervallos de 30° que guardam proximamente entre si aquelles seis grupos de candieiros. O seu alcance actualmente é apenas de 9 milhas. A lanterna que abriga este aparelho tem 7m,65 de altura, com seis faces de 1m,98 de largo. Não tem pára-raios; e a tiragem do fumo é muito má.»¹⁰⁹

Devido ao mau estado de conservação e à má disposição dos candeeiros, Pereira da Silva refere ainda que o aparelho ótico emite uma luz de fraca intensidade, não alcançando mais do que nove milhas.¹¹⁰

Os problemas apontados justificavam, na opinião deste inspetor, a aquisição de um «aparelho lenticular de Fresnel, de quarta ordem com relampagos vermelhos de 2' em 2', que deve ter um alcance de 13 milhas, e a sua competente lanterna, para substituir o pharol actual.»¹¹¹ Chamamos a atenção para o uso da palavra «farol», no sentido de sistema de iluminação e não de estrutura arquitetónica. A utilização da palavra com aquele sentido, segundo Joaquim Boiça, frequente em documentos dos séculos XVIII e XIX, tem dado origem a erros de interpretação histórica.

Sousa Reis dá conta de que, na noite de oito de maio de 1866, se iluminou o Farol «por meio do recentíssimo aparelho» equipado com lentes Fresnel, que permite, em boas circunstâncias, avistar a sua luz a 15 milhas.¹¹²

¹⁰⁸ Cf. *Autoridade Marítima Nacional*. [Em linha] Disponível em: [Autoridade Marítima Nacional](#) (acedido em 26 de abril de 2019).

¹⁰⁹ SILVA - *Projecto de alumiamiento...*, 1872, p. 146.

¹¹⁰ A título de comparação, o Farol do Bugio, segundo o mesmo Relatório, tinha um alcance de 16 milhas (1 milha marítima equivale a 1852 metros).

¹¹¹ SILVA - *Projecto de alumiamiento...*, 1872, p. 148.

¹¹² REIS - *Apontamentos...*, 1984, p. 366.

De 1905, data um desenho de um aparelho ótico francês, que compulsámos no Arquivo da Marinha, no fundo respeitante ao Farol da Senhora da Luz¹¹³. Não podemos assegurar, no entanto, que este aparelho foi, de facto, aí instalado.



Figura 29- Lanterna do Farol da Luz, c. de 1900

Não obstante alguns progressos verificados na modernização dos equipamentos e a boa-vontade de alguns responsáveis pelos serviços dos faróis, no início do século XX a iluminação da costa portuguesa continuava muito aquém do desejável.

Numa carta de 19 de fevereiro de 1913 ao ministro da Marinha, a direção da Associação Comercial do Porto manifesta a sua preocupação com a insuficiência dos serviços de farolagem, em particular na costa do norte do país, entre Esposende e Leixões. Na carta, refere que, em menos de dois anos, tinham naufragado nessa costa sete embarcações. «Sabendo-se que não há um pharol de alcance bastante para assinalar à navegação de alto bordo a existência dos rochedos do littoral, entre a ponta de Montedoro e o Monte da Luz, facilmente se reconhece que a falta de iluminação da costa tem tido grande parte da responsabilidade de taes acontecimentos.»¹¹⁴ Esta situação contribuía «para o descrédito das instalações marítimas da costa do norte de Portugal» chegando

¹¹³ Ver anexo1.

¹¹⁴ *Relatório dos trabalhos da Associação Commercial do Porto*, Porto: Typographia Commercial, 1913, pp. 94-95.

notícias «quase diárias» de «projetadas suspensões de escalas de vapores» e do aumento «de frete e prémio de seguro nas embarcações que demandam a barra do Douro.» Assim, a Associação Comercial do Porto indicava, como medida mais urgente a tomar, a «substituição do pharol da Luz», considerado «antiquado», por um «farol de primeira ordem».

Em 23 de outubro do mesmo ano, numa nova carta ao ministro da Marinha, a Associação Comercial insiste, novamente, na urgência de substituir o Farol da Luz:

«São ainda hoje, contudo, tristemente notórias as más condições de iluminação da costa que tem por centro mercantil a cidade do Porto, a ponto do próprio pharol da Luz, que marca a posição d'esta cidade, não ser, em frequentes condições atmosphericas, avistado pela navegação que, vindo do norte, inadvertidamente prossegue para o sul até que o pharol de Aveiro lhe indica a sua passagem pela foz do Douro.»¹¹⁵

Em resposta, o ministro da Marinha informava que estava para breve o início da construção do Farol de Leça, em substituição do Farol da Luz, o que veio a acontecer em 1926. Enquanto tal substituição não se efetivava, o Farol da Luz foi dotado de um novo aparelho luminoso, conforme refere o *Aviso aos Navegantes n.º 16*, de 2 de Dezembro de 1913:

«A contar de 20 de Dezembro do corrente ano, o farol de Nossa Senhora da Luz, situado ao Norte e perto da barra do rio Douro (Pôrto), passa a ter as seguintes características: Luz scintilante com clarões de 5 em 5 segundos e com o alcance de 20 milhas, em estado médio de transparência atmosférica.

O novo aparelho, cuja tórre e lanterna são as mesmas, tem um alcance luminoso de 38 milhas, com tempo claro, muito superior ao seu alcance geográfico.

Durante os trabalhos da nova instalação funcionará por dois ou três dias, na varanda da tórre, um farolim com os caracteres do novo aparelho.»¹¹⁶

¹¹⁵ *Relatório dos trabalhos...*, 1913, p. 88.

¹¹⁶ Arquivo da Marinha, Fundo/ Núcleo 12- Direção de Faróis, u.i. 710.

2.3. A casa do faroleiro

São escassas as referências documentais a este espaço, contíguo ao Farol da Luz, destinado à habitação do faroleiro. Poderá ter sido construído aquando da intervenção pombalina, em 1758. Segundo Joaquim Boiça, houve uma tentativa por parte da Junta do Comércio [1755- 1835] de regulamentar o ofício de *guarda de farol*, nome então dado aos faroleiros.¹¹⁷ Parece plausível que, para além de mandar erguer faróis em determinados pontos da costa, a legislação pombalina contemplasse, igualmente, os respetivos guardas e as instalações a eles destinadas.

A única referência a um guarda do Farol da Senhora da Luz que conhecemos e a que aludimos no capítulo 1, data de 28 de novembro de 1832, quando Bento de S. Paio Guimarães, Guarda do Farol da Senhora da Luz, se queixa de aí ter sido atacado pelos «rebeldes», absolutistas. Estes, para além de o ferirem e levarem para a prisão, roubaram e destruíram a sua mobília, pretendendo o Guarda ser ressarcido do prejuízo.¹¹⁸



Figura 30- Casa do Faroleiro, fachada sul [1849-1859].



Figura 31- Casa do Faroleiro, fachada sul, 2008.

De acordo com fontes visuais oitocentistas, nomeadamente de Vilanova e de Flower, a casa do faroleiro, adossada à fachada este do farol, era uma construção muito simples, de planta retangular, com dois pisos. A fachada sul, a única visível nessas fontes, surge rebocada e caiada. O piso térreo apresenta três vãos com moldura simples de cantaria. Um estreito friso de cantaria separa-o do primeiro piso. Aqui, rasgam-se duas

¹¹⁷ Cf. BOIÇA - *O Forte e Farol do Bugio...*, 2004, p. 119.

¹¹⁸ *Vd. cap.1, p. 41.*

janelas, de guilhotina, emolduradas por um idêntico friso. A cobertura é em telhado de duas águas.

Após o encerramento do farol, em 1926, cessaram, igualmente, as funções do faroleiro. Tanto o Farol como a casa do faroleiro permaneceram património da Marinha.

A casa do faroleiro tornou-se residência de oficiais e quadros da Marinha, sofrendo adaptações diversas, ao nível da sua organização espacial e funcional, de modo a dar respostas às necessidades próprias de uma habitação familiar e a novas necessidades de conforto. Abriram-se novos vãos e a caixilharia foi alterada. Foram acrescentados dois volumes de um piso, ao corpo principal, a norte (figura 26).

2.4. A estação telegráfica do Monte da Luz

2.4.1. O edifício: usos e funções

Como vimos no capítulo 1, pelo menos desde o século XVI havia na costa portuguesa uma rede de atalaias, colocadas em locais elevados, um dos quais o Monte da Luz, que comunicavam entre si, através de fochos, caso observassem embarcações inimigas. Podemos considerar que foi este o primeiro sistema de comunicação à distância existente no Monte da Luz.

No século XIX, foi implantado no local um telégrafo visual, isto é, um sistema de comunicação à distância que utiliza um conjunto de sinais visuais. No desenho de Vilanova, de 1833, figura esse telégrafo, designado telégrafo de palhetas, de persianas ou tabuinhas. O mesmo dispositivo é observável nas fotografias de Flower, cerca de duas décadas mais tarde.

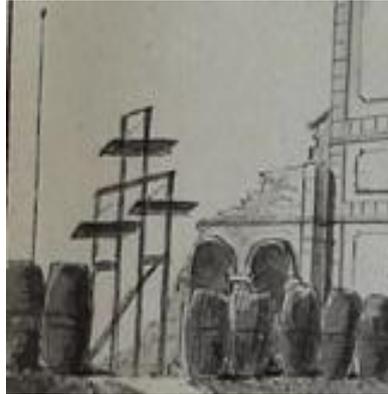


Figura 32- Telégrafo de palhetas, no Monte da Luz, c. 1833
Desenho de Cardoso Vilanova (pormenor)

Este telégrafo, mais simples e económico que os existentes, foi inventado pelo engenheiro Francisco António Ciera, e utilizado, com eficácia, na transmissão de mensagens entre as tropas portuguesas, durante a Guerra Peninsular [1807-1814]. Possuía apenas oito posições possíveis, que permitiam transmitir oito sinais diferentes.¹¹⁹

Sabe-se que foi utilizado durante o Cerco do Porto, tendo, cada exército beligerante, o seu corpo telegráfico próprio¹²⁰. Em algumas plantas do *Atlas das Fortificações do Exército Libertador*, desenhadas pelo coronel Moreira, em 1833, surge a designação *Telégrafo*¹²¹, embora tal não se verifique na planta do Forte da Luz. Como referimos no capítulo 1, as forças liberais comunicavam, a partir do Monte da Luz, com os barcos que abasteciam os sitiados, sendo plausível que utilizassem o referido telégrafo de palhetas.

A necessidade de comunicar com os navios está, também, na origem de um novo telégrafo visual instalado, ainda na década de trinta do século XIX, no Monte da Luz, por iniciativa da Associação Comercial do Porto.

¹¹⁹ LIMA, António Luís Pedroso- *Bicentenário do Corpo Telegráfico 1810-2010*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2010, p. 23. [Em-linha]. Disponível em: [bicentenário](#) (acedido em 18 de fevereiro de 2019).

¹²⁰ Cf. LIMA, *Bicentenário...*, 2010, p.47.

¹²¹ Plantas das baterias da Glória, Congregados, e de Barros Lima., in *Atlas das Fortificações do Exército Libertador*, f.15, f.17, f.18. Arquivo Histórico Municipal do Porto. [Em-linha]. Disponível em: [gisaweb](#) (acedido em 18 de janeiro de 2019).

As dificuldades de navegação junto à barra do Douro e a sua perigosa travessia foram problemas com que o Porto, cidade de mercadores, sempre se debateu. Para a burguesia mercantil oitocentista, cujos negócios, em particular o comércio do vinho do Porto, dependiam largamente do tráfego marítimo, este problema tornou-se um desafio constante. Relacionado com ele, levantavam-se outras questões: a comunicação de terra com os barcos e a rápida informação da chegada das embarcações aos negociantes, cujas casas comerciais se localizavam na Rua dos Ingleses (atual Rua do Infante D. Henrique) e nas suas imediações.

Não admira, pois, que, desde a sua fundação, em 1834, a Associação Comercial do Porto tenha assumido ativamente estas questões como causas suas. Logo numa das primeiras sessões da Assembleia Geral, em 14 de janeiro de 1835, o seu sócio Eduardo Wild apresenta a proposta de instalação de um telégrafo marítimo, aprovada por unanimidade.

O telégrafo foi instalado, em março de 1835, no castelo da Foz, sendo depois transferido para junto do Farol da Luz, melhor localizado para a comunicação com os navios. Tratava-se de um telégrafo ótico que enviava mensagens à distância, utilizando sinais de bandeiras, içadas num mastro. Neste sistema, também conhecido por telegrafia semafórica, as mensagens eram transmitidas de estação em estação, o que pressupunha o domínio de um código próprio e o recurso a monóculos que permitiam observar os sinais das bandeiras a uma distância considerável. Para facilitar as comunicações com os navios, a Associação Comercial mandou traduzir e publicar o *Código de Sinais para a Navegação*, do capitão inglês Marryatt. Organizou também um registo das embarcações que entravam na barra do Douro, «oferecendo a cada uma delas uma bandeira própria, pela qual se distinguem umas das outras permitindo serem facilmente reconhecidas.»¹²²

O serviço de retransmissão era assegurado por um mastro colocado na torre da Sé, que, por sua vez, comunicava com a sede da Associação Comercial, «onde os sócios e todo o comércio era, finalmente, informado do movimento marítimo através dum sistema aperfeiçoado de sinalização com bandeiras e galhardetes.»¹²³ Note-se que, em 1835, ainda

¹²² BASTOS, Carlos - *Associação Comercial do Porto. Resumo histórico da sua atividade desde a fundação. 2ª edição revista e aumentada*. Porto: s.e., 1947, pp. 43-44.

¹²³ BASTOS, Carlos - *Associação Comercial do Porto...*, 1947, p. 42.

não existia o Palácio da Bolsa, sede da Associação Comercial do Porto. Esta Associação, fundada no ano anterior, funcionava, provisoriamente, numas instalações precárias, nas ruínas do convento anexo à Igreja de S. Francisco¹²⁴. Nesse espaço, iria ser construído o Palácio da Bolsa (1842-1910).

Quarenta anos após a instalação do telégrafo comercial ¹²⁵, a Associação Comercial do Porto louvava este «empreendimento que muito honra a nossa praça», recordando que, antes da sua introdução, «os interessados em navios ou suas cargas», só sabiam da sua chegada «por meio dos chamados alviçareiros, que a pé corriam a dar-lhes parte, logo que os reconheciam», provocando «demora», «irregularidade» e «despezas» nas comunicações entre a terra e as embarcações.

Em 1839, devido à oposição do Cabido da Sé, o mastro instalado na Catedral seria transferido para o local do antigo castelo de Gaia, por este ser «o ponto mais culminante entre a Luz e o Edifício d'esta Associação»¹²⁶. Em 1852, inicia-se a construção de um novo posto semafórico, na Cantareira, adossado à capela de S. Miguel-o-Anjo, e é adquirido um telescópio para a estação da Luz, «cuja falta desde muito se tornara sensível.»¹²⁷

A partir da segunda metade do século XIX, o mastro da estação semafórica do Monte da Luz passou a impor-se na silhueta da linha de costa, acima do Monte e do Farol da Senhora da Luz (figura 33). Nele se detém Ramalho Ortigão [1836-1915], ao descrever a estrada que ligava a Foz a Leça: «No mastro da torre do farol, na Senhora da Luz, flutuam numa palpitação jubilosa os galhardetes triangulares com que se fala de terra para os navios.»¹²⁸

¹²⁴ ALVES, Jorge Fernandes- Palácio da Bolsa, tópicos para uma visita. *O Tripeiro*, 7ª Série, ano XX, 2001, p. 307.

¹²⁵ *Relatório dos trabalhos...*, 1875, p. 14.

¹²⁶ *Relatório dos trabalhos...*, 1839, p. 14.

¹²⁷ *Relatório dos trabalhos...*, 1852, p. 15.

¹²⁸ ORTIGÃO, Ramalho - *As Farpas*, 1942, p.233 [edição original, em fascículos mensais: 1872-1882].



Figura 33 - Foz do Douro: marginal, 1876

A instalação do telégrafo no Monte da Luz tornou necessária a edificação de novas estruturas no local. No entanto, a obra foi embargada pela Câmara Municipal da Foz, em julho de 1836, quando esta foi informada pelo Administrador do Concelho¹²⁹ que «se estava fazendo hum Mirante nas trazeiras da Caza do Farol da Luz e que pertendião abrir huma janela para sima do terreno da Capela demolida da Senhora da Luz», sendo tal ato considerado «usurpação do terreno publico»¹³⁰.

A direção do Telégrafo Comercial do Porto atuou de imediato, no sentido de resolver o embargo da sua obra. Num requerimento de 10 de agosto de 1836¹³¹, dirigido à Câmara Municipal da Foz do Douro, a Comissão Encarregada do Telégrafo Comercial, representada por José Jonnes e Eduardo Wild, negociantes britânicos, referia:

«[...] tendo procedido á construção de huma pequena Caza para abrigo dos Empregados do mesmo Thelegrafo, junto ao pé da demolida Capella denominada =Senhora da Luz= , e pertendendo abrir na mesma Caza para o lado do Norte huma janella, a obra toda foi embargada por falta de licença, a qual a Commissão agora pede a essa Illustrissima Camara,

¹²⁹ S. João da Foz foi concelho entre 1834 e 1837.

¹³⁰ A.H.M.P. - Correspondência da Câmara Municipal da Foz, A-PUB- 6207, f. 56.

¹³¹ A.H.M.P. - Correspondência da Câmara Municipal da Foz, A-PUB- 6207, f. 113 v.

obrigando-se a todo o tempo demolir a dita Caza, no cazo que se reedifique a assima mencionada Capella pelo que pede a Comissão a Vossa Illustrissima Camara haja de conceder-lhe a licença pedida.»

A Câmara da Foz do Douro concedeu a licença para a continuação da obra, desde que a Comissão do Telégrafo, numa escritura, se compromettesse «a tapar a janella na parede do Norte, assim como fazer conduzir agua de cano para a parte de Leste, logo que se queira edificar a Capella da Senhora da Luz.»¹³²

A Capela nunca mais foi reedificada, como veremos no capítulo seguinte. As instalações do telégrafo, pelo contrário, consolidaram-se. As únicas imagens que dele conhecemos são as fotografias de William Flower, com datação atribuída à década de 1850 (figuras 34 e 35).

O posto do telégrafo, facilmente identificável pelo mastro das bandeiras, ergue-se, adossado à fachada leste da casa do faroleiro. Construção compacta e sóbria, a «pequena Caza para abrigo» dos empregados do telégrafo apresenta características formais que lembram uma torre, mais do que uma arquitetura habitacional. A estrutura é composta por três pisos. Apenas no piso superior se abrem janelas que facultavam luz natural, indispensável à iluminação do edifício. As paredes exteriores são rebocadas e caiadas.

O sucesso do telégrafo e as suas vantagens para a Associação Comercial do Porto eram evidentes. Mas «a Associação ainda não satisfeita» iria adotar, em breve, a telegrafia elétrica, que possibilitava comunicações mais rápidas e que não estavam sujeitas a serem interrompidas pelas «influências da atmospha» ou «pela escuridão da noite.»¹³³ Em 1853, realizava-se a primeira experiência de ligação telegráfica elétrica em Portugal, ligando as sedes da Associação Comercial do Porto e da Associação Industrial Portuense, separadas cerca de 200 metros. Três anos mais tarde, foi abandonado o telégrafo ótico e instalado o sistema elétrico Breguet no telégrafo da Associação Comercial, ligando a sua sede com os postos da Senhora da Luz e da Cantareira.¹³⁴ Em 1880 o sistema Breguet é

¹³² A.H.M.P. - Correspondência da Câmara Municipal da Foz, A-PUB- 6207, f. 113 v.- f. 114.

¹³³ *Relatório dos trabalhos...*, 1853, pp. 13-14.

¹³⁴ Cf. Santos, Inês Moreira dos; Vale, Clara Pimenta do - *A Primeira Idade de Ouro na Construção da Rede de Telecomunicações em Portugal. Da Regeneração à Implantação da República*, p.595. [Em linha] Disponível em: academia.edu (consultado em 20 de outubro de 2018).

substituído pelo sistema Morse, já então em vigor no país e adotado internacionalmente.¹³⁵

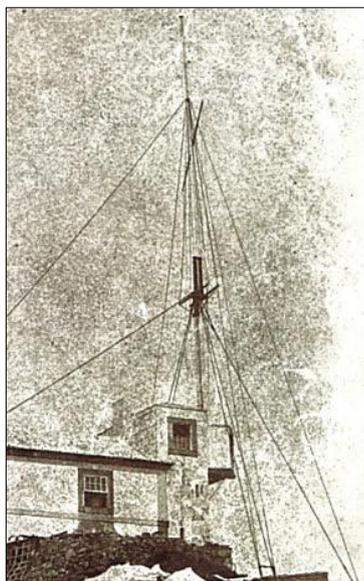


Figura 34- Posto do telégrafo: fachada sul. Fotografia de William Flower (pormenor).

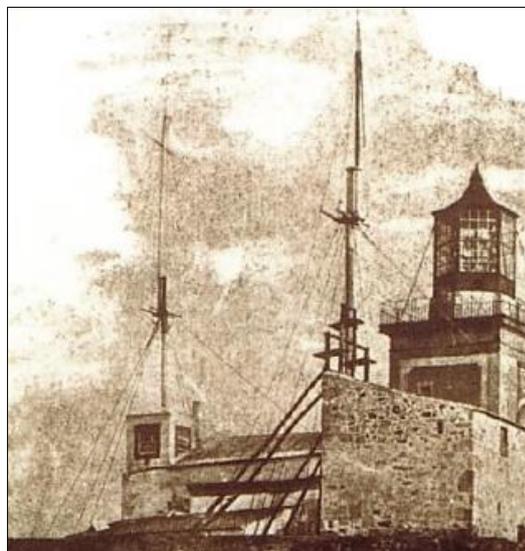


Figura 35- Posto do telégrafo: fachada norte. Fotografia de William Flower (pormenor).

A modernização dos equipamentos do telégrafo foi acompanhada por uma intervenção no edifício do Monte da Luz, em 1887. A obra consistia na demolição do edifício existente e construção de um novo. «Antes, porem, de se dar princípio à demolição a fazer, é necessário abater o mastro grande de signaes e removelo p^a junto do muro da R[ua] do Pharol»¹³⁶. A de 6 de junho desse ano, a Direção da Associação Comercial requer à Câmara Municipal do Porto licença para colocar o mastro na referida rua. Ao mesmo tempo, solicita ao ministro das Obras Públicas¹³⁷

«[a cedência de] duas salas disponíveis no edifício do Pharol da Luz, para alli se instalar provisoriamente o serviço do Telegrapho Commercial, em quanto se aprompta a nova casa destinada a elle, e outrossim que lhe seja concedida a permissão de usar do mastro grande

¹³⁵ Cf. ALVES, Jorge Fernandes- A. Galo, o fascínio do telégrafo elétrico. *O Tripeiro*, , Série VII, ano XIV, setembro de 1995, p.263.

¹³⁶ A.H.M.P., Livro CII de plantas de casas, fl. 496.

¹³⁷ Em 1868 fora criada a Direção Geral de Telégrafos e Faróis, dependente do Ministério das Obras Públicas (Cf. *Autoridade Marítima Nacional*. [Em linha] Disponível em: [Autoridade Marítima Nacional](#) (acedida em 26 de abril de 2019).

de signaes do mesmo pharol, sem prejuízo do serviço do Estado[...] atendendo a que a Associação Commercial tem sempre estado prompta para, em casos idênticos, ceder para o serviço do Estado o seu telegrapho, como já por vezes succedeu [...] .»¹³⁸

O mastro de sinais do Farol, referido nesta carta, é, certamente, aquele que se vê na figura 35, próximo do farol. Sabemos que, pelo menos desde a década de setenta, coexistiam dois telégrafos no Monte da Luz: um, pertencente à Associação Comercial do Porto, o outro, propriedade do Estado. Num ofício de 19 de maio de 1871, o Director Geral dos Telégrafos do Reino aludia à «inconveniência» de haver dois telégrafos, «um da Nação, outro da [...] Associação, a poucos metros um do outro, no sítio da Sra. da Luz.» Propunha a aquisição do telégrafo da Associação Comercial pelo governo, o que não se chegou a verificar, por opposição da Assembleia Geral da Associação Comercial.¹³⁹

O *Relatório* de 1887 dá conta da evolução das obras no Monte da Luz: estavam quase concluídos «os alicerces e paredes de pedra e o assentamento dos vigamentos de castanho de dous andares, e prontas a assentar as esquadrias de madeira dos sôcos, portaes e janellas.» A comissão de obras resolveu ainda «adquirir um pequeno prédio contiguo ao novo edificio» para «alargamento do caminho confinante e serventia do mesmo edificio, como se exige por parte da administração pública.»¹⁴⁰

O posto do telégrafo manteve as suas características formais até aos nossos dias.

De planta quadrangular e três pisos, o edificio apresenta algumas características da habitação portuense oitocentista, nomeadamente quanto à organização da fachada principal. Esta possui três vãos por piso, com molduras simples em cantaria. No piso térreo, junto à parede de meiação, encontra-se a porta de acesso à casa. As janelas são de guilhotina, com exceção do vão central do segundo piso, que apresenta uma janela de sacada, de batente, com guarda de ferro.

¹³⁸ *Relatório dos trabalhos...*, 1887, p. 93.

¹³⁹ *Relatório dos trabalhos...*, 1871, p. 12.

¹⁴⁰ *Relatório dos trabalhos...*, 1887, pp. 102 e 201.



Figura 36- Posto do telégrafo: fachada sul, c. 1900.



Figura 37- Posto do telégrafo: fachada sul, s.d.

As fachadas rematam, superiormente, numa cornija saliente, na qual assenta uma platibanda em chapa metálica. O edifício termina num terraço, que tinha a função de observatório da costa.

As paredes exteriores, rebocadas e caiadas, apresentam cunhais de cantaria.



Figura 38 - Terraço do posto do telégrafo e perspectiva da barra, 2017.

A descrição da obra do telégrafo, no *Relatório* de 1887, revela-nos alguns dados sobre o sistema construtivo e os materiais utilizados. As paredes estruturais e fundações são em alvenaria de pedra. A estrutura dos pisos é constituída por um vigamento de troncos de madeira de castanho. De madeira era, também, a caixilharia de portas, janelas e os lambrins das paredes interiores, designados como «sôcos».



Figura 39 - Interior do edifício do posto telegráfico, durante as obras de reabilitação realizadas em 2009. Visível o vigamento de madeira do teto, as portas, janelas e lambrins de madeira.



Figura 40 - Interior do edifício do posto telegráfico: escada em caracol de acesso ao terraço, 2009.

Em 1891, a rede telegráfica da Associação Comercial do Porto é prolongada até Leixões, cujo porto artificial, em construção desde 1884, era já frequentado por um número elevado de embarcações. Também aqui a Associação irá construir um posto semafórico para comunicar com os navios, à semelhança do que, há largos anos, era prática no Monte da Luz.¹⁴¹

Já na centúria seguinte, esta associação projetara estabelecer a telegrafia sem fios nos seus postos telegráficos. Embora pensasse ser uma atribuição do Estado, propôs ao governo assumir inteiramente o investimento, caso este se escusasse a participar nele. Não obstante os esforços empreendidos, «nada se conseguiu, por motivos bem conhecidos», revela o *Relatório* de 1910.

Este ano iria marcar o futuro do país e, igualmente, o da Associação Comercial do Porto. De facto, entre a intensa atividade legislativa do Governo Provisório republicano, conta-se «as disposições» que retiraram à Associação Comercial do Porto «a

¹⁴¹ *Relatório dos trabalhos...*, 1891, p. 45.

administração, que legalmente exercia, de diversos serviços locais de utilidade geral do comércio, desalojando-a e desapossando-a, ao mesmo tempo, do edifício da Bolsa, que lhe fôra doado por Carta de Lei de 19 de Junho de 1841.»¹⁴² Sentindo-se vítima de uma «perseguição inqualificável e imerecida», a Associação Comercial viu-se obrigada, em 11 de fevereiro de 1911, a entregar à Câmara Municipal do Porto o Palácio da Bolsa, bem como as estações telegráficas da Senhora da Luz, Cantareira e Leixões.

Durante o período em que estas estações telegráficas estiveram sob administração camarária, os *Serviços Telegrapho-Postaes* do Porto tentaram por duas vezes transferir essa função para o Estado. Recordamos que, já em 1871, os serviços telegráficos do Estado tinham tentado, em vão, adquirir o telégrafo da Senhora da Luz.

Numa carta ao ministro do Fomento, de 4 de abril de 1913, o Diretor da Associação Comercial do Porto opôs-se a essa iniciativa, alegando que, «de todas as vezes que se tem pretendido, por parte das estações officiaes, effectuar a [...] passagem para cargo do Estado» dos serviços do telégrafo marítimo, os comerciantes da cidade tinham-se pronunciado «expressivamente pela continuação da sua autonomia», considerando que o comércio e a navegação do norte estavam «melhor servidos» se o telégrafo marítimo estivesse «a cargo, como tem estado, de corporações locais.»¹⁴³

Os serviços do telégrafo marítimo continuaram, assim, sob administração municipal até ao final de 1913, altura em que foram transferidos para a Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Porto (Douro-Leixões), mais tarde designada Administração dos Portos do Douro e Leixões (A.P.D.L.) com a anuência da Associação Comercial do Porto. Esta teria salvaguardados os seus direitos sobre a propriedade e a administração dos serviços telegráficos, que lhe seriam restituídos quando ela entendesse.¹⁴⁴

O edifício da Bolsa regressou à posse da Associação Comercial em janeiro de 1918, durante a presidência de Sidónio Pais [27 de dezembro de 1917-14 de dezembro de 1918], por intervenção de Xavier Esteves¹⁴⁵. O edifício da estação telegráfica da Senhora da Luz

¹⁴² *Relatório dos trabalhos...*, 1912, p. 14

¹⁴³ *Relatório dos trabalhos...*, 1913, p. 98

¹⁴⁴ Cf. *Relatório dos trabalhos...*, 1913, pp. 23-24.

¹⁴⁵ Xavier Esteves (1864-1944), formado pela Academia Politécnica do Porto, distinguiu-se como engenheiro, industrial e dirigente associativo. Ativista republicano, veio a ser presidente da Câmara do Porto (1911-1913). Como ministro do Comércio, pressionou o governo de Sidónio Pais a devolver o Palácio

continuou cedido à A.P.D.L, embora permanecesse propriedade da Associação Comercial. Não foi possível apurar a data em que foi desativado o telégrafo comercial. Segundo Rui Picarote Amaro, este terá funcionado até à década de setenta do século passado¹⁴⁶.

A partir da década de oitenta, está documentada a cronologia dos usos e funções do edifício¹⁴⁷.

Em outubro de 1989 a Associação Comercial do Porto cedeu o seu edifício na Senhora da Luz à Associação de Cultura e Turismo da Foz “Amigos da Foz” para instalação da sua sede e secretariado. Esta instituição, vocacionada para o apoio a famílias carenciadas da Foz do Douro e Nevogilde, interessou-se, ainda, pela salvaguarda do património arquitetónico da Foz. Encerrada a atividade dos «Amigos da Foz» em 30 de Junho de 2000, o edifício do telégrafo regressa à posse da Associação Comercial do Porto e passaria, a partir de outubro desse ano e até 2004, a ser sede da Revista «O Tripeiro» . Este histórico periódico, dedicado ao Porto e ao seu património, cuja publicação estivera interrompida, voltou a ser publicado em 1981, sob o impulso da Associação Comercial do Porto, que assumiu a sua propriedade e administração.

Entre 2008 e 2018 as instalações do telégrafo comercial foram cedidas ao grupo cultural, *O Progresso da Foz*. Esta coletividade, vocacionada para a divulgação da cultura e do património do Porto e, em particular, da Foz do Douro, tem uma importante vertente editorial, tendo recuperado o nome de um periódico portuense da primeira década do século XX. É de salientar que o logotipo escolhido por esta Associação se tenha inspirado numa gravura rupestre existente no alto do Monte da Luz.¹⁴⁸

A partir de abril de 2018, a Associação Comercial do Porto arrendou o seu edifício no Monte da Luz à Cooperativa do Povo Portuense.

da Bolsa à Associação Comercial do Porto. (Universidade do Porto – *Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto: Francisco Xavier Esteves*. [Em linha] Disponível em: [sigarra](#) (acedida em 2 de maio de 2019).

¹⁴⁶AMARO, Rui, *post* de 12 de julho de 2011. [Em linha] Disponível em: [faróis](#) (acedido em 5 de abril de 2018). Rui Picarote Amaro (1937-2014) era filho de um piloto da Foz do Douro, funcionário de uma agência de navegação e profundo conhecedor de assuntos ligados à navegação e à barra do Douro.

¹⁴⁷ Informações fornecidas pelos serviços administrativos da Associação Comercial do Porto.

¹⁴⁸ *O Progresso da Foz- post* de 20 de abril de 2016. [Em linha] Disponível em: [facebook](#) (acedido em 18 de maio de 2019).

2.4.2. Os homens do telégrafo

A estação semafórica e telegráfica do Monte da Luz, ao longo da sua existência, renovou as suas instalações, modernizou os seus equipamentos, tornando mais eficazes os serviços de comunicação com as embarcações e com as outras estações telegráficas. Todavia, as comunicações não seriam possíveis sem os homens que perscrutavam o horizonte, em busca de navios, içavam bandeiras, interpretavam uns sinais, transmitiam outros. As fontes a que acedemos, porém, raramente a eles se referem.

Recorremos a um testemunho mais recente, o de Rui Amaro, para perceber melhor as funções dos homens da estação semafórica e telegráfica da Luz. Na década de quarenta do século passado, recorda-se este autor, na aproximação aos portos do Douro e de Leixões, quando estavam junto à costa, os barcos «comunicavam com aquela estação [da Senhora da Luz] através de galhardetes do CIS – Código Internacional de Sinais, mesmo já depois da instalação das estações rádios navais de Lavadores e da Boa Nova.»¹⁴⁹

O mesmo autor recorda João Rosas, telegrafista na estação da Luz, nas décadas de cinquenta e sessenta do século XX:

«Quando tinha à vista através de óculo de longo alcance (quando o horizonte estava claro, avistava-os para lá de Aveiro, que ainda eram uma três horas de navegação) os navios esperados, comunicava diretamente para as agências de navegação ou para casa dos empregados responsáveis pelo atendimento aos navios.»

Também os pilotos dos portos do Douro ou de Leixões «eram informados da chegada às imediações das duas barras, através da Estação Semafórica e Telegráfica do Monte da Luz, que comunicava por telégrafo e mais tarde por telefone para a sua congénere da Cantareira, [...]e de Leça da Palmeira.»¹⁵⁰

¹⁴⁹ AMARO, Rui, *post* de 12 de julho de 2011. [Em linha] Disponível em: [faróis](#) (acedido em 5 de abril de 2018).

¹⁵⁰ AMARO, Rui, *post* de 22 de fevereiro de 2008. [Em linha] Disponível em [navios à vista](#) (acedido em 26 de setembro de 2018).



Figura 41 - O telegrafista João Rosas, na Estação telegráfica da Senhora da Luz, 1954.

Uma vizinha da estação semafórica e telegráfica do Monte da Luz recorda João Rosas:

«Abrangia do alto da varanda da casa-torre não só uma extensa vista de terra e mar mas observava também os nossos quintais, vigiava alguma anomalia, dava as últimas notícias. A minha mãe dialogava com ele muitas vezes e nós ali a assistir. Sobre a meteorologia, a família dele da Foz velha, os naufrágios. Algumas vezes ia visitá-lo. O nosso portão das traseiras ia dar diretamente ao ajardinado da casa. Subia. Havia muitos mapas que me atraíam esteticamente, mas não os sabia interpretar, e uma máquina de comunicação em Morse, na qual eu compunha e fingia que enviava mensagens. Sempre atencioso e embora pessoa simples tinha o dom de explicar à medida da minha compreensão.»¹⁵¹

No século anterior, também Ramalho Ortigão recorda o «faroleiro» do Monte da Luz:

« [...]Tinham [os banhistas] os seus passeios favoritos:

Ao farol da Senhora da Luz, onde o faroleiro deixava olhar pelo oculo para os velhos telegraphos, cujo aparelho de taboinhas, armado no viso dos montes, parecia espreguiçar-se e bocejar as notícias no azul do espaço.»¹⁵²

¹⁵¹ Celeste Maria Pacheco, *post* de 22 de janeiro de 2019 no grupo do Facebook *Meninos da Foz anos 80*. [Em linha] Disponível em: [Meninos da Foz anos 80](#). Entrevistamos a autora deste *post* em 16 de maio de 2019.

¹⁵² ORTIGÃO, Ramalho - *As praias de Portugal: guia do banhista e do viajante*. Porto: Livraria Universal de Magalhães e Moniz, 1876, p. 24.

Nas memórias, acima transcritas, não ficam muito claras as funções dos «homens do telégrafo» do Monte da Luz, havendo alguma confusão entre o ofício do faroleiro e do telegrafista. Na memória do lugar, o conjunto edificado no Monte da Luz é sempre «o farol», pelo que os que lá trabalhavam eram designados «faroleiros».

3. O culto e a capela da Senhora da Luz na Foz do Douro

3.1. A origem do culto de Nossa Senhora da Luz na Foz do Douro

O «advento da Nação» foi marcado, segundo Jaime Cortesão, por uma tendência contínua para a «aproximação do mar e sua utilização»¹⁵³, tornando-se esta atração do mar, um desígnio nacional, fonte de todas as riquezas, mas também de inúmeras provações. Pedir «por aqueles que andam sobre as águas do mar» era uma intenção habitual das «rezas-da-ceia» do nosso povo, na Idade Moderna.¹⁵⁴ A Virgem, cujos epítetos se foram multiplicando desde finais da Idade Média, era uma das principais devoções dos mareantes, assumindo diversas invocações, de que são testemunho algumas ermidas e capelas que pontuavam a zona ribeirinha do Porto: Nossa Senhora da Boa Viagem, em Massarelos¹⁵⁵, Senhor e Senhora da Ajuda, em Lordelo, Senhora da Lapa e Senhora da Luz, na Foz do Douro. Segundo Ferreira de Almeida, e com base nas *Memórias paroquiais* de 1758, ainda em meados do século XVIII, os mareantes portuenses tinham grande devoção a Nossa Senhora da Ajuda e a Nossa Senhora da Boa Viagem. «Mas já a ermida de N^a Senhora da Luz, na Foz, dantes muito visitada por homens ligados ao mar desde Leixões a Vila do Conde e a Fão, caíra no esquecimento.»¹⁵⁶

Detenhamo-nos na Senhora da Luz, na Foz do Douro, tentando compreender a origem e evolução do seu culto, na diacronia.

O *Santuário Mariano*, fonte publicada entre 1707 e 1723, obra dedicada aos prodígios e feitos milagrosos, verdadeiro inventário dos locais de culto à Virgem em território português, refere-se à Senhora da Ajuda¹⁵⁷, em Lordelo, e à Senhora da Lapa,¹⁵⁸

¹⁵³ CORTESÃO, Jaime- *Os Fatores Democráticos na formação de Portugal*, Lisboa: Livros Horizonte, 1978, p. 58.

¹⁵⁴ ALMEIDA - *O culto a Nossa Senhora, no Porto, na época moderna...*, 1979, p. 171.

¹⁵⁵ A capela de Nossa Senhora da Boa Viagem, fundada por mareantes no século XIV, tornou-se, no século XVI igreja paroquial de Massarelos, até à sua ruína, em 1868, e posterior demolição. (Cf. LANHOSO-*Nossa Senhora Protetora dos mareantes...*, 1966, pp. 12- 135).

¹⁵⁶ ALMEIDA - *O culto a Nossa Senhora, no Porto, na época moderna...*, 1979, p. 172.

¹⁵⁷ Cf. SANTA MARIA, Frei Agostinho de - *Santuário Mariano [...]*, Lisboa: Oficina de António Pedrozo Galrao, 1707-1723, vol. 5, pp. 81-85.

¹⁵⁸ Cf. SANTA MARIA, Frei Agostinho de - *Santuário Mariano...*, 1707-1723, pp. 75-76.

na Foz do Douro. Informa sobre as respetivas ermidas, descreve as imagens e o seu culto, relata milagres. No entanto, é silencioso sobre a Senhora da Luz.

Concordamos com Ferreira de Almeida, segundo o qual, para a fé popular, a ligação da imagem ao local onde ela apareceu é importante, contribuindo para a sacralização do lugar: «Foi aí que apareceu, é aí que mora, a fonte é sua, perto está a sua pegada, etc.» A crença em milagres enriquece a «sacralidade do local[...]tornando o santo, para além de intercessor poderoso, num *genius loci*.»¹⁵⁹

Porém, desconhecemos quando e como surgiu a imagem da Senhora da Luz. Tão pouco as fontes aludem a milagres realizados por sua intercessão.

Recordamos que esta devoção estava enraizada na Foz do Douro desde o século XVI, alargando-se, mesmo, aos mercadores da cidade do Porto, no século seguinte.¹⁶⁰

Não cremos que o culto da Senhora da Luz, na Foz do Douro, tenha vindo por influência de Lisboa, como afirma Ferreira de Almeida¹⁶¹. Parece-nos mais provável que o Monte da Luz, pelas suas potencialidades geográficas, simultaneamente estratégicas e paisagísticas, se tenha sacralizado antes mesmo da existência da imagem da Senhora da Luz. Um facho aí existente, que orientava os mareantes, provavelmente desde a Idade Média, explica o topónimo *Monte da Luz* e a escolha da devoção da Virgem com a mesma invocação. Não podemos esquecer que o Monte e o seu facho estavam próximos do mar, sendo daí avistados, pelo que a proteção da Senhora da Luz seria facilmente invocada pelos mareantes, em momentos de aflição. Voltamos a citar o pároco de S. João da Foz, em 1680, quando diz que os mareantes tinham grande devoção à Senhora da Luz por ser *a primeira luz* que avistavam, como se estivessem já «uendo assua caza de m.tas legoas ao mar»¹⁶².

¹⁵⁹ ALMEIDA - *Religiosidade popular e ermidas...*, 1984, p. 79.

¹⁶⁰ Cf. cap. 2, p. 46.

¹⁶¹ ALMEIDA - *O culto a Nossa Senhora...*, p. 166.

O culto a Nossa Senhora da Luz em Portugal remontará a 1463. Frei Roque do Soveral relata que Nossa Senhora, aureolada de luz, apareceu a Pero Martins, a quem libertou do cativo em Marrocos. A Virgem prometeu libertá-lo, com uma recomendação: «Iras ao lugar de Carnide no termo de Lisboa, donde es natural, & farneàs sobre a fonte do Machado hua hermida como tu poderes, & sera â invocação de santa Maria da Luz.» (SOVERAL, Frei Roque do - *História do Insigne aparecimento de N^a Senhora da Luz*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1610[Em-linha] Disponível em: [Archive](#) (acedido em 9 de dezembro de 2017)).

¹⁶² *Vd.* cap.1, p. 37.

3.2. A capela de Nossa Senhora da Luz

3.2.1. Capela ou ermida?

Temos vindo a utilizar indistintamente os termos «capela» ou «ermida» da Senhora da Luz, tal como sucede, aliás, com os autores que a este edifício se referem. Tentemos esclarecer o significado de ambas as palavras.

Para o autor oitocentista Raphael Bluteau, «capela» é «a parte da Igreja em que há altar. Capela mor»¹⁶³, enquanto «ermida» é «uma igreja pequena que não tem jurisdição paroquial.»¹⁶⁴ Numa abordagem recente, Manuela Pinto da Costa, na entrada *Ermidas e capelas*, do «Dicionário de História Religiosa de Portugal»¹⁶⁵, refere que «a definição de ermida e de capela varia de acordo com os autores, confundindo-se por vezes.» Acrescenta que, para alguns, ermida «é um pequeno templo, de espaço único, geralmente situado em espaço “ermo”, isolado, fora dos povoados.». «Capela», segundo a mesma autora, «passou a designar um outro tipo de pequeno local de culto, de espaço também único, em princípio privado, podendo em alguns casos ser aberto ao público.» Nuno Resende considera que «a complexidade em que assenta a qualificação, quer de ermida, quer de capela» aconselha o uso «de uma terminologia flexível». A título de conclusão, o autor refere que a «capela» se liga «uma ideia de privado». Este termo «entra no vocabulário português como expressão de uma instituição, depois qualificativo de circunscrição menor [...] e, finalmente, por antonomásia, do edifício que as albergava.» Já «o mundo da ermida, tendencialmente rural, aparece associado às devoções comunitárias, que buscam no termo das aldeias espaços sagrados ou sacralizantes, como as grutas ou penhas nas encostas.»¹⁶⁶

¹⁶³ BLUTEAU - *Vocabulario português e latino...*, 1712-1728, vol. 2, p.121.

¹⁶⁴ BLUTEAU - *Vocabulario português e latino...*, 1712-1728, vol. 3, p.189.

¹⁶⁵ COSTA, Manuela Pinto da- *Ermidas e capelas*. In Azevedo, Carlos Moreira de- *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. C-I, p.154. [Em-linha]. Disponível em: [repositório u.c.p.](#) (acedido em 5 de junho de 2019)

¹⁶⁶ RESENDE, Nuno- *Fervor & Devoção: Património, culto e espiritualidade nas ermidas de Montemuro. Século XVI a XVIII*. Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2011, p.74. [Em-linha]. Disponível em: [repositório aberto u.p.](#) (acedido em 30 de maio de 2019).

Creemos que os autores que têm estudado esta questão ainda não a esclareceram cabalmente, pelo que a terminologia continua em aberto.

No alto do Monte da Luz, isolado, erguia-se um pequeno espaço de devoção comunitária, cujo orago, documentado desde o século XVII, era Nossa Senhora da Luz. Assim, o termo *ermida* da Senhora da Luz parece ser o mais adequado, surgindo com esta designação nas fontes mais antigas, a que aludimos anteriormente: o documento de 1680, referente à reedificação da ermida, e as *Memórias Paroquiais* de 1758. Porém, outras fontes, que iremos analisar num capítulo posterior, divergem na terminologia: um documento datado de 1695- 1696¹⁶⁷ refere-se à «ermida» da Senhora da Luz, enquanto outro, com cronologia situada entre 1715 e 1736¹⁶⁸, alude à «capela» da Senhora da Luz. As fontes compulsadas, do século XIX, tanto as existentes no Arquivo Histórico Municipal do Porto, como no Arquivo Paroquial de S. João da Foz, referem-se sempre à «capela» da Senhora da Luz. Parece-nos claro que, a partir desta centúria, se impõe o termo *capela*, pelo que será este que, definitivamente, iremos adotar, ao referirmos o espaço de culto existente no Monte da Luz.

3.2.2. O edifício

Como referimos anteriormente, a capela da Senhora da Luz foi severamente atingida pelas baterias miguelistas, em 1833, durante o cerco do Porto. O desenho de Vilanova, do mesmo ano, elaborado através de observação direta¹⁶⁹, é uma fonte importante, dado que foi realizado logo após esta destruição. Nele apenas são visíveis as ruínas de dois arcos da galilé do edifício, um pequeno trecho do pano de parede, bem como um contraforte escalonado adossado à parede do farol.

¹⁶⁷ A. D. P.- Legados e obrigações de missas- S.João da Foz- 1643-1703, Livro M; nº1, f.13-13vº.

¹⁶⁸ A. P. F.- documento avulso nº1.

¹⁶⁹ Cf. Universidade do Porto – *Docentes e estudantes da Academia Real de Marinha e Comércio da cidade do Porto: Joaquim Cardoso Vitória Vilanova*. [Em-linha]. Disponível em: [Sigarra](#) (acedido em: 11 de junho de 2019).



Figura 42 - Ruínas da capela da Senhora da Luz, 1833. Pormenor de desenho de Vilanova.



Figura 43- Ruínas da capela da Senhora da Luz e fachada oeste do farol [1849-1859]. Pormenor de fotografia de William Flower.

Cerca de duas décadas mais tarde, uma fotografia de William Flower, revela, sensivelmente, os mesmos vestígios da capela.

São estas as únicas fontes visuais que se conhecem da capela da Senhora da Luz. Para esboçarmos a sua imagem, teremos que recorrer às palavras de Sousa Reis, que descreve o edifício na década de setenta do século XIX.¹⁷⁰ O pormenor com que o faz, leva-nos a crer que se baseie na sua memória do local antes da destruição da capela.

Atentemos no que este autor nos diz sobre a fachada:

«Consistia o frontespicio em tres bonitos arcos de cantaria vedados pela parte do Nascente pelo edificio do Farol a que se encostava e ficava no mesmo perfil.[...] Sobre os trez arcos elevava-se hum panno de parede liza ate finalizar em angulo agudo, e no espaço mais alto d' elle estava lavrado hum nicho com sua vidraça, que encerrava a imagem do Orago, formando-se assim debaixo dos Arcos hum commodo e abrigado alpendre com assentos de pedra a hum e outro lado da porta principal da Capella, o qual oferecia em todo o templo, bom e largo ponto de vista sobre o Oceano Athelantico.»

A entrada da capela era precedida de uma galilé, ou alpendre, com bancos laterais em pedra. Daqui se disfrutava uma vista privilegiada sobre o mar, lembrando-nos um desses locais singulares, propícios à manifestação do sagrado, de que fala Mircea Eliade¹⁷¹. Sousa Reis é da mesma opinião, ao considerar o «sitio mui próprio para a

¹⁷⁰ REIS - *Apontamentos...*, 1984, pp.357-358.

¹⁷¹ Cf. ELIADE, Mircea- *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Lisboa: Livros do Brasil, 1975.

meditação das grandezas que o Creador com prodiga mão semeou por tão extensa quantidade d'ágoas».¹⁷²

O alpendre era constituído por três arcos de volta perfeita, dois dos quais, como vimos, ainda perduraram após a destruição da capela. Acima deste erguia-se a fachada, que terminava numa empena, ou frontão triangular, albergando, no cimo, um nicho envidraçado com a imagem do orago, Nossa Senhora da Luz, cujo paradeiro se desconhece.

Anexa à capela, achava-se, segundo Sousa Reis, «huma cazinha que dava entrada para o choro e era habitada por quem curava da decência do templozinho da Virgem». Desta expressão se infere que existia uma estrutura anexa à capela, destinada ao seu curador, e que a capela dispunha de coro.

Algumas informações de Sousa Reis suscitam-nos dúvidas, concretamente as que se referem à orientação da capela. Diz o autor que esta «demorava na linha de Poente a Nascente», isto é, prolongava-se no sentido oeste-este, o que corresponde aos vestígios ainda existentes do edifício: uma cornija, adossada à fachada norte do farol e casa do faroleiro, corre ao longo destes edifícios, nessa orientação, conforme se vê na figura 44.



Figura 44 - Fachada norte do farol e da casa do faroleiro, 2019. Ao longo destas, é visível, adossada, a cornija da antiga capela da Senhora da Luz.

Sousa Reis refere, no entanto, que os «arcos de cantaria» da galilé eram «vedados pela parte do Nascente pelo edificio do Farol a que se encostava e ficava no mesmo perfil.» Ora essa informação não corresponde totalmente à verdade. Se é certo que os arcos se encostavam, isto é, se adossavam, ao farol, ficando no mesmo perfil, como se

¹⁷² REIS - *Apontamentos...*, 1984, p.357.

pode observar nas figuras 42 e 43, eles eram «vedados» pelo edifício do farol pelo sul e não pelo nascente.

Para o mesmo autor, a capela «tinha a sua frente voltada à parte do Sul.» De facto, a frente da capela, estava voltada para oeste, tal como a face do farol que ficava «no mesmo perfil». Observando a fotografia de Flower (figura 43), percebe-se que assim é. Sousa Reis, aliás, refere que, do alpendre que antecedia a porta principal da capela, se tinha um «bom e largo ponto de vista sobre o Oceano Athelantico», que se localiza, como sabemos, a oeste.

A observação direta do local, o cruzamento com as fontes iconográficas e os vestígios da capela permitiram-nos perceber a orientação da capela, que reproduzimos na figura 45. A análise desses elementos leva-nos, ainda, a crer que o edifício teria uma planta retangular e uma só nave.



Figura 45- Localização da capela da Senhora da Luz, com recurso ao *Google maps*, 2019.

Sobre o edifício, Sousa Reis apenas adianta que ele era «na verdade, pequeno.»

A escassez de fontes torna difícil determinar com rigor as dimensões e as características estruturais da capela. Percorrendo o local, percebe-se que alguns vestígios ali permanecem, por vezes reutilizados. Um fragmento pétreo, curvo, que se encontra

adossado à face norte da casa do faroleiro, no seguimento da cornija, poderá ser uma aduela do arco triunfal. Assim sendo, a estrutura da capela compunha-se de dois planos: o corpo principal e a capela-mor.



Figura 46- Fachada norte da casa do faroleiro: vestígios da capela da Senhora da Luz, 2018.

Relativamente ao interior, sabemos que a cobertura da capela era em madeira. Na petição de 4 de janeiro de 1680, a que já aludimos¹⁷³, os mordomos da Confraria da Senhora da Luz pedem ao Bispo do Porto autorização para reedificar a sua ermida. Para esta obra, já possuem «muita pedra aparelhada e muita e boa madeira para o forro e armação do teto.»

As *Memórias Paroquiais* de 1758 referem que a capela continha três altares:

«No mayor está colocada a Senhora da Luz festejada em oyto de Setembro por devoção. No Colletral da parte direyta Santa Anna festejada no seu dia por devotos. No da parte esquerda São Frey Pedro Gonçalves festejado pelos devotos Navegantes na segunda feyra do Paschoello.»¹⁷⁴

Para além do altar principal, dedicado à Senhora da Luz, orago titular da capela, haveria mais dois altares, um dedicado a Santa Ana, Sua mãe, e outro a S. Pedro Gonçalves Telmo, santo de grande devoção entre a comunidade de mareantes de toda a costa norte e, naturalmente, também em S. João da Foz.

¹⁷³ Vd. Cap.2, p.47.

¹⁷⁴ Memórias Paroquiais na divisão administrativa do Porto em 1758 - S. João da Foz, p. 194.

Já Sousa Reis, em 1872, menciona «hum unico altar aonde se patenteava a devoção dos fieis a Santa imagem de Nossa Senhora a Mãe de Deus com a invocação da Luz.»¹⁷⁵

As informações das fontes acima referidas, são ambas plausíveis. Mais de cem anos separam os dois relatos, podendo ter-se verificado mudanças nas invocações dos altares e nas imagens aí expostas.

Os dados de que dispomos são escassos para assegurarmos quais as devoções secundárias e quais as imagens expostas na capela da Senhora da Luz, na diacronia. No entanto, parece-nos credível a informação das *Memórias Paroquiais*. O seu relator, Frei Francisco de Jesus Maria, era pároco de S. João da Foz. Cremos que conhecia a capela da Senhora da Luz, dado que, uma fonte a que acedemos¹⁷⁶, revela que era uso o pároco aí celebrar missa semanalmente. Retomaremos este assunto posteriormente. Por outro lado, e como já referimos, Sousa Reis descreve a capela após a sua destruição, baseando-se na sua memória ou em relatos que recolheu, pelo que poderá haver um equívoco relativamente ao número de altares e suas devoções.

3.2.3. O retábulo da Senhora da Luz

Sabe-se que, em 1835, após a ruína da capela, as imagens da Senhora da Luz e de S. Bartolomeu foram trasladadas para a Igreja de S. João da Foz¹⁷⁷.

Tal como estas imagens, também o retábulo e o altar principal da capela da Senhora da Luz ficaram a salvo dos bombardeamentos da artilharia absolutista.

Coutinho Lanhoso dá conta que tanto a imagem da Senhora da Luz como o seu retábulo foram transferidos para a igreja matriz da Foz, «sendo a imagem entronizada, nessa ocasião, no altar em que hoje está a Senhora de Fátima», enquanto «o altar veio a ser armado na sacristia.» Quando foi adquirida a escultura da Virgem de Fátima, em

¹⁷⁵ REIS - *Apontamentos...*, 1984, p. 357.

¹⁷⁶ ADP- Legados e obrigações de missas- S.João da Foz- 1643-1703, Livro M; nº1; fl. 13-13v.

¹⁷⁷ Cf. *A Vedeta da Liberdade*, nº 96, 21 de agosto de 1835.

1937¹⁷⁸, «a imagem da Senhora da Luz foi para o seu antigo altar e este colocado do lado da Epístola, logo à entrada do majestoso templo que é a matriz da Foz.»¹⁷⁹

Em 1996, de acordo com uma fotografia publicada por Flório de Vasconcelos¹⁸⁰, o retábulo, o altar e a imagem da Senhora da Luz achavam-se ainda no mesmo local, à entrada da igreja de S. João da Foz, do lado direito, por trás de um arco abatido, no vão cego de uma portada de acesso ao coro alto.



Figura 47- Retábulo e imagem de Nossa Senhora da Luz, na Igreja de S. João da Foz, 1996. Note-se a presença de um ex-voto, sobre o altar.

A colocação do retábulo da Senhora da Luz naquele local, para além de descontextualizada, já que não fazia parte do programa retabular original da Igreja de S. João da Foz, não era o mais adequado, uma vez que o arco ocultava a parte superior do retábulo.

¹⁷⁸ OSÓRIO, Rui- *Tesouro barroco da Foz do Douro*, 2010, p. 112.

¹⁷⁹ LANHOSO, Coutinho- A desaparecida capela da Senhora da Luz da Foz do Douro. *O Tripeiro*, Série VI, Ano IV, agosto de 1964, pp. 241-242.

¹⁸⁰ VASCONCELOS, Flório- A Senhora da Luz na Foz do Douro. *O Tripeiro*, 7ª Série, Ano XV, setembro de 1996, p. 259.

Em 1998, o retábulo e o altar da Senhora da Luz foram armados na capela de Santa Anastácia, na Foz do Douro, aquando das obras de recuperação desta capela, substituindo o anterior altar-mor. Aí o podemos hoje admirar, abrigando a imagem de Santa Anastácia. A da Senhora da Luz, foi, entretanto, retirada.¹⁸¹



Figura 48- Retábulo de Nossa Senhora da Luz, na Igreja de Santa Anastácia, 2018.

O retábulo da Senhora da Luz é um exemplar do barroco nacional, designação criada por Robert Smith, devido à associação estrutural, segundo este autor, ao modelo desenvolvido nos portais românicos portugueses.¹⁸² O chamado «estilo nacional» surgiu nas três últimas décadas do século XVII e expandiu-se no primeiro quartel do século seguinte, pelo que a reforma da capela da Senhora da Luz, em 1680, se enquadra nesta cronologia.

¹⁸¹ Cf. OSÓRIO, Rui- *Tesouro barroco...*, 2010, pp. 147 e 152.

¹⁸² Cf. SMITH, Robert- *A talha em Portugal*, 1962, p.72.

De autor desconhecido, ostenta todas as características peculiares do barroco nacional: o camarim, que abrigava a imagem de Nossa Senhora da Luz, é ladeado por duas colunas torsas, por cujos fustes serpenteiam folhagens, aves, parras e cachos de uva e pequenos anjos, os «meninos» referidos na documentação coeva, que, em diversas poses, quase lúdicas, conferem dinamismo ao conjunto. As colunas terminam em capitéis de folhas de acanto enroladas, que incorporam cabeças de meninos.

Os arcos de volta perfeita, continuando as colunas torsas e ligados por aduelas, ajudam a dar unidade ao retábulo. Este culmina, superiormente, numa composição dinâmica em que um menino, de braços levantados, parece sustentar uma grinalda, onde outros meninos se equilibram. A rematar o conjunto, ergue-se, no alto, uma Fénix, a ave que renasceu das cinzas e representa, simbolicamente, a Ressurreição, sendo entendida, por isso, como um símbolo cristológico.

Desconhecemos se houve alterações no retábulo após a sua remoção da capela da Senhora da Luz.

Sousa Reis, na sua descrição do interior da capela, refere:

«Este altar, o camarim, tribuna e os seus adornos erão de entalha de castanho d'ourado, e as mesmas paredes internas em toda a sua extensão e altura eram também de talha em alto relevo, aonde se vião em esculptura os misterios da Senhora, Cherubins e Anjos, que sendo como erão cobertos de ouro reverberava dentro do Sanctuario muita claridade.»¹⁸³

A crer nesta descrição, as «paredes internas em toda a sua extensão e altura» eram revestidas a talha dourada. Será um exagero do autor? Sousa Reis descreve a capela cerca de quatro décadas após a sua destruição e, como já verificámos, as suas informações nem sempre são exatas. Não obstante, parece-nos plausível que a talha dourada cobrisse as paredes internas da capela. Recordamos que as obras de reconstrução, em 1680, foram custeadas por *quase todos os mercadores mais ricos do Porto*¹⁸⁴ que, certamente, gostariam de empregar as suas esmolas no embelezamento do interior da pequena ermida, como sinal da sua devoção. Prática, aliás, comum na época: a título de exemplo, refira-se a obra de talha da igreja de S. Pedro de Miragaia, custeada pelos seus paroquianos.¹⁸⁵

¹⁸³ REIS - *Apontamentos...*, 1984, p.357.

¹⁸⁴ *Vd. cap. 2, p.47.*

¹⁸⁵ Cf. SMITH, *A talha em Portugal*, 1962, p. 83.

Quanto aos temas da talha, o autor destaca os característicos anjos, que surgem com frequência no retábulo principal, bem como «os mistérios da Senhora», ou seja, episódios da iconografia mariana. Curiosamente, também Robert Smith, refere:

«Entre os relevos mais interessantes e característicos das cidades do Norte são os dez da sacristia do bispo da sé do Porto, [...], as cenas da vida de S. Bento, do cadeiral de S. Bento da Vitória, do Porto, e a história da aparição de N^a S.^a da Luz, do retábulo dessa invocação da Igreja de S. João da Foz, da mesma cidade.»¹⁸⁶

Observámos *in loco* o retábulo e não encontramos qualquer alusão iconográfica a Nossa Senhora da Luz.

Existe um vazio documental que não nos permite confirmar ou refutar as asserções dos dois autores. Desconhecemos as vicissitudes por que passaram o retábulo e, eventualmente, outras peças de talha provenientes da capela da Senhora da Luz, após a ruína desta. Devemos ter em consideração que a remoção de um retábulo ou outras estruturas de talha do seu contexto inicial, o seu transporte e armação noutra local eram operações delicadas, para mais nas condições precárias em que seriam efetuadas, em meados do século XIX. Além disso, sabemos que o desaparecimento de peças de talha não são casos raros, entre nós.

Por outro lado, os retábulos colaterais da Igreja de S. João da Foz, sensivelmente da mesma cronologia do retábulo da Senhora da Luz, apresentam, na envolvente, arcos e pilastras com pequenos painéis em talha com motivos historiados. Assim sendo, deixamos em aberto a hipótese de terem existido peças de talha alusivas à iconografia da Senhora da Luz na capela da sua invocação, na Foz do Douro.

¹⁸⁶ SMITH, *A talha em Portugal*, 1962, p. 77.

3.3. As imagens de Nossa Senhora da Luz da igreja de São João da Foz do Douro

3.3.1. A eventual imagem proveniente da capela de Nossa Senhora da Luz

A imagem da Senhora da Luz sobreviveu aos bombardeamentos miguelistas, aquando do Cerco do Porto, ao contrário da capela, que veio a ser demolida. O periódico *A Vedeta da Liberdade*, de 21 de agosto de 1835, informa que «as imagens da Senhora da Luz e de S. Bartolomeu, outrora veneradas na capela da Senhora da Luz, em consequência da ruína desta, foram trasladadas para a igreja paroquial da Foz do Douro, continuando as suas festividades a ser celebradas nos dias competentes.»¹⁸⁷

Segundo Coutinho Lanhoso, a imagem da Senhora da Luz foi, então, colocada «no altar em que hoje está a Senhora de Fátima»¹⁸⁸, ou seja, no antigo altar de S. Bento, cuja sanefa ainda hoje ostenta as iniciais *S. B.* A atestar a passagem da imagem da Senhora da Luz por este altar, aí se encontra, ainda hoje, uma tela¹⁸⁹ com a imagem da Virgem com aquela invocação.



Figura 49- Antigo retábulo de S. Bento, na Igreja de S. João da Foz, 2017.



Figura 50- Tela com a imagem da Senhora da Luz, s.d.

¹⁸⁷ *A Vedeta da Liberdade*, nº 96, 21 de agosto de 1835, s. p.

¹⁸⁸ LANHOSO, *op. cit.*, p. 49.

¹⁸⁹ Estas telas estão recolhidas na parte superior da tribuna e costumavam baixar-se, ocultando as imagens, durante a Semana Santa.

Num requerimento dirigido ao Bispo do Porto, datado de 7 de setembro de 1889, a Confraria do Santíssimo Sacramento de S. João da Foz, informa que

«mandou reformar a Imagem de Nossa Senhora da Luz, que costumava estar exposta á veneração dos fieis em um dos altares colaterais d’ esta Igreja Matriz, e achando-se nas precisas condições para continuar a ser exposta á veneração, humilde e respeitosamente

Pede a Vossa Eminencia a graça não só de lhes conceder jurisdição para a bênção da dita Imagem, mas também conceder algumas graças de indulgencias aos fieis que a venerarem, se assim fôr do agrado de V. Em.^{cia}.»¹⁹⁰

Desconhecemos a que tipo de reforma se refere o documento. «Reformar», segundo Bluteau, significa «restituir à primeyra fórma», mas, entre outros sentidos, pode querer dizer «dar a alguma cousa huma nova forma»¹⁹¹. Neste caso, o documento poderá aludir a uma nova imagem de Nossa Senhora da Luz.

Não possuímos qualquer fonte escrita ou iconográfica que nos revele como era a imagem venerada na capela da Senhora da Luz, antes da sua destruição. A fonte mais antiga que conhecemos provem do jornal *O Progresso da Foz*, de 8 de setembro de 1907, dia de Nossa Senhora da Luz. O referido periódico divulgava, então, a efeméride e respetiva festividade, reproduzindo a imagem atualmente exposta na Igreja de S. João da Foz.

Esta imagem, apesar do seu cunho *naïve*, procura reproduzir, de facto, fielmente, a imagem da Senhora da Luz, que conhecemos na Igreja de S. João da Foz. Chamamos a atenção, para a vista, em



Figura 51 - Figura do jornal *O Progresso da Foz*, 1907. Continha a seguinte legenda: «Nossa Senhora da Luz. Cópia fiel da imagem que se venera na Egreja Parochial da Foz do Douro.»

¹⁹⁰ A.P.F., Documento avulso nº 2.

¹⁹¹ BLUTEAU - *Vocabulario português e latino...*, 1712-1728, vol. 7, p.187.

segundo plano, do mar e do farol, com as suas bandeiras de sinalização, numa alusão, por um lado, àqueles a quem a Virgem protegia, os homens do mar, por outro, ao local de origem da imagem: a capela, que se erguia paredes-meias com o farol.

Como referimos no capítulo anterior, em 1937, a imagem de Nossa Senhora de Fátima substituiu a de Nossa Senhora da Luz, no altar que já fora de S. Bento. Esta regressou ao seu retábulo original, colocado à entrada da igreja de S. João da Foz, no lado direito. Aquando da transferência deste retábulo para a capela de Santa Anastácia, em 1998, a imagem da Senhora da Luz foi retirada. Segundo o cónego Rui Osório, pároco da igreja de S. João da Foz entre 2006 e 2018, em 2006 a imagem «estava, há anos, inacreditavelmente, fora de culto e muito mal cuidada, à revelia da tradição cultural e festiva da Foz do Douro.»¹⁹² Nesse ano, a imagem da Senhora da Luz «foi limpa» e colocada sobre uma base dourada, também restaurada, no mesmo local onde estivera anteriormente, à entrada da igreja da Foz, no seu lado direito.



Figura 52 - Imagem de Nossa Senhora da Luz, na Igreja de S. João da Foz, 2017

Desconhecem-se estudos de carácter académico sobre esta imagem, bem como fontes que nos forneçam informações sobre a sua autoria ou cronologia.

¹⁹² OSÓRIO, *op. cit.*, p.67.

A imagem de Nossa Senhora da Luz é uma escultura de vulto pleno, de madeira policromada. As suas dimensões são as seguintes: altura da imagem: 100 cm; altura da imagem incluindo a nuvem: 120 cm; largura: 60 cm; profundidade: 36 cm.

Representa a Virgem com o Menino ao colo, sem qualquer expressão de afeto entre si, recebendo, em iconografia cristã, a designação de *Virgem em Magestade*.

A Virgem apresenta-se de pé, em posição frontal, no cimo de nuvem com anjos alados. O rosto é alongado, inexpressivo, de olhar frontal, com queixo e maçãs do rosto salientes. O cabelo cai em longas madeixas ondulantes, sobre as costas e os ombros. Segura o Menino na mão esquerda, enquanto a direita empunha uma vela, de fatura recente. O joelho direito, sob o manto, sugere uma leve flexão da perna, revelando um claro erro de representação anatómica: a posição estática dos pés não corresponde ao movimento da perna.

A Senhora calça sandálias. A túnica, cingida por cordão dourado, cai em pregas. O decote, debruado, apresenta um firmal dourado ao centro. O manto, colocado sobre o ombro esquerdo e segurado pelo antebraço, cai em pregas verticais, ondulantes, e é ornado com motivos dourados. A imagem é coroada.

O Menino, desnudo, apresenta-se de perfil. Possui cabelo curto, ondulado. A sua mão direita esboça um gesto de bênção.

O tratamento algo rígido dado à anatomia e às vestes das figuras poderá denunciar uma autoria pouco erudita.

A imagem foi alvo de uma intervenção em 2006, que poderá ter alterado a pintura ou estofado originais.



Figura 53 - Imagem de Nossa Senhora da Luz, na Igreja de S. João da Foz, 2017.

Algumas fontes, por nós compulsadas, fazem alusão a bens e peças de vestuário ligadas à imagem da Senhora da Luz, muitas delas, certamente, ofertas de devotos. Um documento, datado de 1695-1696, refere que «tem a Sra m^{tas} joyas de ouro e prata, dous cálices, vestimentas, frontaes, cortinas, e vestidos da Imagem o q anda por inventario no livro da Confraria [da Senhora da Luz].»¹⁹³

Os livros de inventário da Confraria do Santíssimo Sacramento, guardados no Arquivo Paroquial de S. João da Foz, fazem, igualmente, referência a objetos ligados à imagem da Senhora da Luz. Assim, e a título de exemplo, no «Livro do Tombo dos Bens da Confraria do Santissimo Sacramento erecta na Egreija Parochial de S. João da Foz do Douro», do ano de 1891, é feito o inventário de «todos os bens pertencentes a esta Confraria», do qual constam:

«Um dito [vestido] bordado, de Nossa Senhora da Luz, já velho»;

«Um dito [manto] novo, também bordado a prata dourada, de Nossa Senhora da Luz»;

¹⁹³ A.D.P., Legados e obrigações de missas- S.João da Foz- 1643-1703, Livro M, nº1, f.13 -13v°.

«Uma coroa [de prata] de Nossa Senhora da Luz, com o peso de 386 grammas e o valor de 10.422 reis»; «Uma coroa de Nossa Senhora da Luz, pequena, com o pezo de 14 grammas e valor de 378 reis [esta última destinando-se, provavelmente, ao Menino]»;¹⁹⁴

No inventário de 1903, para além de dois «Vestidos de N. S.^a da Luz [...] de setim bordados a ouro» e de dois «mantos», refere-se «Um par d'argolas d'ouro na Imagem da S^a da Luz»¹⁹⁵, com a indicação de ter sido uma oferta.

Não sabemos de que forma eram utilizadas estas peças de vestuário e adorno. Poderiam constituir uma espécie de enxoval da Senhora, fruto das dádivas dos seus devotos, ou, eventualmente, algumas delas serem colocadas na própria imagem, como se pode ver na figura 54. Desconhecemos a forma como estes bens estavam guardados, ou se, em determinados momentos, eram expostos ao público. É, também, desconhecido, o paradeiro de todo esse espólio.

Segundo Rosa Mota, na atualidade, nos grandes santuários, «os ornatos oferecidos fazem parte do tesouro da imagem venerada, mas nunca fazem parte do seu adorno», enquanto nas igrejas paroquiais, capelas e santuários populares «são, muitas vezes, usadas pela imagem em dias de festa [...]»¹⁹⁶ Estas «imagens ouradas», prossegue a autora, podem ser «de vulto», [como é o caso da imagem de Nossa Senhora da Luz, da Foz do Douro], ou «de vestir»¹⁹⁷. «Nas primeiras, os ornatos áureos são-lhes colocados sem a adição de qualquer peça de vestuário, contudo, em certas regiões, estas recebem um manto em tecido para usar no dia de festa juntamente com as suas peças de ouro.»

¹⁹⁴ A.P.F., Livro nº3, f. 26 vº- f. 30.

¹⁹⁵ A.P.F., Livro nº4, f. 20 vº.

¹⁹⁶ MOTA, Rosa - *O uso do ouro popular no norte de Portugal*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Católica Portuguesa - Escola das Artes, 2014, p.251. [Em-linha] Disponível em: [repositório u.c.p.](#), (acedido em 11 de julho de 2019).

¹⁹⁷ «Estátuas cujos corpos esculpidos anatomicamente recebem uma policromia que imita roupa interior e sobre a qual se colocam as vestes» ou «Esculturas nas quais a parte superior do corpo do santo, feita em pasta ou madeira, se sustenta sobre ripas de madeira fixadas numa base quadrada, oval ou oitavada.» (MOTA - *O uso do ouro popular no norte de Portugal*, 2004, p. 256).



Figura 54- Imagem de Nossa Senhora da Luz com capa, na Igreja de S. João da Foz, s.d.

Rosa Mota esclarece que o costume de ornamentar as imagens «já foi comum em todo o País, mas na atualidade, está mais concentrado nas regiões do interior. [...]»¹⁹⁸

As fontes compulsadas (uma delas, de finais do século XVII e as restantes de finais do século XIX - início do século XX), referem-se sempre a esses bens como sendo *da Senhora da Luz*. Apenas no caso das «argolas de ouro» se refere, explicitamente, «na Imagem da S^a da Luz», embora sem explicar de que forma se colocavam. Por outro lado, as descrições dos periódicos, relativamente ao dia da festa da Senhora da Luz, nunca se referem, especificamente, à ornamentação da imagem. Não descartamos, porém, a hipótese das práticas descritas por Rosa Mota se se terem aplicado, também, na imagem da Senhora da Luz, na Foz do Douro.

¹⁹⁸ MOTA, *O uso do ouro popular no norte de Portugal*, 2004, p. 256.

3.3.2. A imagem da Senhora da Luz de marfim

Na chamada «sala-museu» da Igreja de S. João da Foz, está exposta, num nicho envidraçado, uma imagem de Nossa Senhora da Luz em marfim. As lacunas documentais não nos permitem conhecer a sua proveniência, cronologia ou autoria. No inventário da Confraria do Santíssimo Sacramento de 1891 faz-se referência a uma imagem de marfim de Nossa Senhora da Luz,¹⁹⁹ que deverá respeitar, certamente, a esta imagem.

A qualidade estética desta imagem merece que nos detenhamos sobre ela.

A imagem tem datação atribuída ao século XVII. Por comparação formal com outras imagens, e de acordo com a bibliografia consultada, trata-se de uma escultura indo-portuguesa.

É uma escultura de vulto pleno, de marfim, dourada e policromada. As suas dimensões são as seguintes: altura da imagem: 25 cm; altura da imagem com a coroa: 30 cm; altura com a coroa e a base: 40 cm; largura: 11 cm; profundidade: 12 cm.

Representa a Virgem com o Menino ao colo, segurando, na mão direita, uma vela.

A Virgem apresenta-se de pé, em posição frontal, sobre uma base de madeira hexagonal dourada. O olhar é frontal. O rosto, ovalado, é perfeito, mas pouco expressivo. O cabelo dourado, longo, cai em madeixas soltas, em ziguezague, característica do séc. XVII²⁰⁰. A mão esquerda, com dedos exageradamente grossos, segura o Menino. A perna direita está ligeiramente fletida. A túnica, cingida, cai em pregas, roçagante, deixando ver a ponta dos pés. O manto, posto sobre o ombro, é colhido pelo braço esquerdo. As vestes são debruadas a ouro, com pequenos ornamentos policromados.

O Menino, desnudo, apresenta-se em posição frontal, de pernas cruzadas. Com a mão esquerda, segura o globo, que representa a Terra, com a direita, esboça um gesto de bênção, simbologia que, na iconografia de Cristo, é denominada *Salvator Mundi*. O rosto, pouco expressivo, tem características fisionómicas semelhantes ao da Virgem. O corpo é forte, os cabelos, dourados, tal como o globo que segura. Ambas as figuras estão coroadas.

¹⁹⁹ A.P.F., Livro nº3, f. 24.

²⁰⁰ Cf. TÁVORA, Bernardo Ferrão Tavares – *Imaginária luso-oriental*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p.41.

A imagem possui, na parte de trás, uma pega em ferro. De acordo com a informação do cónego Rui Osório,²⁰¹ esta pega era segurada pelo celebrante para este poder dar a beijar a imagem aos fiéis.

A imagem foi restaurada em 2006, sendo novamente dourada e repintada.



Figura 55- Imagem de Nossa Senhora da Luz de marfim, Igreja de S. João da Foz, 2019.

²⁰¹ Entrevista ao cónego Rui Osório, realizada em 11 de outubro de 2017, quando este era pároco de S. João da Foz.



Figura 56- Imagem de Nossa Senhora da Luz de marfim, mostrando a pega com que o celebrante a segura.



Figura 57- Imagem de Nossa Senhora da Luz de marfim. Pormenor dos cabelos.



Figura 58- Imagem de Nossa Senhora da Luz de marfim. Pormenor do remate do manto.

3.3.3. A imagem da Senhora da Luz com relicário

Esta imagem da Senhora da Luz encontra-se exposta no gabinete do pároco. Tal como sucede com a imagem de marfim, não possuímos informações que nos esclareçam sobre a sua proveniência, cronologia ou autoria. No inventário da Confraria do Santíssimo Sacramento, de 1903, faz-se referência a esta imagem de Nossa Senhora da Luz com relíquia.²⁰²

²⁰² A.P.F., Livro nº4, f. 18 vº.



Figura 59 - Imagem de Nossa Senhora da Luz com relicário, 2017.

Trata-se de uma escultura de vulto pleno, de madeira. As suas dimensões são as seguintes: altura: 36 cm; largura: 11 cm; profundidade: 11 cm.

Representa a Virgem com o Menino ao colo, segurando, na mão direita, uma vela.

A Virgem apresenta-se de pé, em posição frontal, com uma ligeira inclinação da cintura para o lado direito, no cimo de nuvem com querubins. A imagem assenta numa base com pintura marmoreada, onde se insere o relicário.

Os cabelos longos estão cobertos por um véu. A Virgem segura o Menino, com o braço esquerdo, sobre as pregas do manto. A mão direita empunha uma vela em latão. A túnica cai, rente ao corpo, deixando ver a ponta dos pés, descalços. O manto cai em pregas e dobras, criando movimento e volume. Os panejamentos são policromados e debruados com faixa decorativa dourada. São profusamente ornados com motivos curvilíneos dourados, que se repetem nas nuvens. O Menino, desnudo, apresenta-se em posição frontal. Ambas as figuras estão coroadas.

Esta imagem, alvo de intervenção em 2006, parece ter sido repintada com pouco rigor, visível, nomeadamente, nos rostos das duas imagens.

A imagem possui, tal como a anterior, uma pega na parte posterior.

3.4. A manutenção do culto

O culto da Senhora da Luz era promovido pela Confraria de Nossa Senhora da Luz, a quem competia, igualmente, a administração do património da ermida.

As confrarias, de origem medieval, eram, segundo Pedro Penteado e na perspetiva canónica, «associações de fiéis» que tinham como principais finalidades «a assistência material e espiritual, sobretudo aos seus membros, bem como o fomento do culto, com destaque para a veneração do respetivo patrono e a realização da sua festa, momento alto da sociabilidade confraternal.»²⁰³

A primeira alusão conhecida à Confraria da Senhora da Luz surge no documento de 1680, divulgado por Coutinho Lanhoso, a que já nos referimos²⁰⁴, em que os seus mordomos pedem autorização ao Bispo do Porto para reedificar a ermida. No mesmo documento informa-se que «O Juiz desta Senhora é um dos mais abonados mercadores dessa cidade.» Recordamos que esta Confraria era composta não só pelos mareantes da Foz do Douro, mas também por ricos mercadores do Porto, o que terá influído, como vimos, no património material da capela e, provavelmente, na prática do culto. O Juiz da Confraria era o cargo mais importante nesta instituição, ocupado, como é compreensível, por um membro da elite social portuense. Desconhecemos, porém, quais eram as suas atribuições.

O documento datado de 1695-1696²⁰⁵, intitulado «Confraria de Nossa Senhora da Luz», já abordado no presente capítulo, fornece informações relevantes sobre a Confraria e o culto da Senhora da Luz.

²⁰³ PENTEADO, Pedro- Confrarias. In Azevedo, Carlos Moreira de- *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. A-C., p.459. [Em-linha]. Disponível em: [repositório.u.c.p.](#) (acedido em 1 de junho de 2019).

²⁰⁴ *Vd. cap.2, p. 47.*

²⁰⁵ A.D.P.- Legados e obrigações de missas- S.João da Foz- 1643-1703, Livro M; nº1; fl. 13-13v.

A Confraria da Senhora da Luz, di-lo expressamente o documento, era «de devoção», isto é, tinha como finalidade promover o culto da Senhora da Luz e carecia da aprovação do «ordinário», ou seja, do bispo do Porto.²⁰⁶

Os mordomos, cujo número e caracterização social desconhecemos, tinham diversas funções: eram os responsáveis pela gestão financeira da ermida, isto é, controlavam as receitas, provenientes das esmolas dos fiéis, e as despesas com o culto; organizavam, ainda, a «solene procissão» no «dia da festa da Senhora».

O inventário dos bens da capela, que incluía o tesouro da imagem venerada, era registado no «livro da confraria», do qual constavam, também, as receitas e as despesas com o culto.²⁰⁷ As receitas da Confraria provinham das esmolas «q os mordomos cobrão dos m^{tos} devotos q co'tinua^{te} co'correm». Destinavam-se a «conservar a ermida» e a remunerar os celebrantes, nas cerimónias religiosas: pela missa de sábado, pagava a confraria «tres mil r's de esmolas» ao vigário de S. João da Foz ou ao seu coadjutor. No dia da festa da Senhora da Luz, em oito de setembro, «a esmola» «aos sacerdotes, e quem canta a missa» era, justamente, «mais avanteiada», «por se levantarem cedo, e subirem ao monte, e dahi virem a Igr^a cantar outra missa».

Numa advertência final, no mesmo documento, chama-se a atenção dos pilotos da Barra, «que metendo naos dentro, e lançando as fora pedem esmola p^a a Virgem da Luz», para que «entregue cada hu' o q. recebe, e se não aproveite da esmola». O redator aponta, ainda, as consequências que poderão advir de um tal desvio de fundos: a «excomunhão» e a perda de receitas, tão necessárias «p^a q a Confraria va em aumento e a ermida se não extingua».

O documento faz ainda referência à «irmitoa», que receberia uma parte das esmolas, não esclarecendo quais eram as suas funções. Segundo Ângela Beirante²⁰⁸, e na

²⁰⁶ Ordinário: «Na Jurisprudencia Canonica, he o Bispo, Arcebispo, ou outro Prelado Ecclesiastico, que tem Jurisdição Ecclesiastica[...]» (BLUTEAU - *Vocabulario portugûês e latino...*, 1712-1728, vol.6, p. 109.)

²⁰⁷ Um documento que compulsamos no Arquivo Paroquial, datado entre 1715 e 1736, refere o seguinte: «Concorrerão tão bem os devotos desta Freg.^a p.^a a capela da Sr.^a da lus como consta do seu livro com 856\$510 rs.». (A. P. F. - documento avulso n^o1).

²⁰⁸ BEIRANTE, Ângela- Eremitismo. In AZEVEDO, Carlos Moreira de- *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. C-I, p.153. [Em-linha]. Disponível em: [repositório u.c.p.](#) (acedido em 5 de junho de 2019).

cronologia em que o documento se insere, o ermitão era um «leigo que guarda uma ermida.» Chama-nos a atenção que, num local isolado que, como já vimos, era, no século XVII, o Monte da Luz, coubesse a uma mulher essa função. É mais provável que tal designação respeitasse à mulher do ermitão, como refere Pedro Penteado.²⁰⁹

Desconhecemos o paradeiro dos livros da Confraria da Senhora da Luz. Provavelmente desapareceram, durante os bombardeamentos do Cerco do Porto, em 1833.

A Confraria de Nossa Senhora da Luz foi, certamente, extinta com o fim da capela da sua invocação e a conseqüente «deslocalização» da imagem aí venerada para a igreja matriz. A última referência a ela respeitante que se conhece, e a que já aludimos²¹⁰, é um relatório, de 1834, em que um Confrade apresentou os prejuízos provocados pelos bombardeamentos na capela à *Comissão de Liquidação de Perdas e Danos da Foz do Douro*.

Com a deslocação da imagem da Senhora da Luz para a Igreja de S. João da Foz, os bens com ela relacionados, nomeadamente as dádivas dos seus devotos, passam a ser registados nos livros da Confraria do Santíssimo Sacramento.

Dos livros desta Confraria destacamos, a título de exemplo, no inventário de 1891²¹¹, algumas dádivas de devotos de Nossa Senhora da Luz: «Um caixilho de ofertas da Senhora da Luz»; «Dous ramos brancos para a Nossa Senhora da Luz», «Uma toalha de bretanha de linho com renda bordada a ouro, para o altar de Nossa Senhora da Luz». Do inventário de 1903 consta a oferta de «Um par d'argolas d'ouro na Imagem da S.^a da Luz»²¹².

²⁰⁹ PENTEADO, Pedro- *Peregrinos da Memória- O santuário de Nossa Senhora de Nazaré-1600-1785*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa. U.C.P., 1998, p.309 [Em-linha]. Disponível em: [repositório u.c.p.](#) (acedido em 1 de junho de 2019).

²¹⁰ *Vd. cap. 1, p. 44.*

²¹¹ A. P. F. - Livro 3, *Livro do Tombo dos Bens da Confraria do Santissimo Sacramento erecta na Egreija Parochial de S. João da Foz do Douro [...]*- f. 23 - f. 33.

²¹² A. P. F. - Livro 4, *Livro do Tombo da Confraria do SS^{mo} Sacramento da Foz do Douro* - f. 20 v.

A análise dos livros de receitas e despesas da Confraria do Santíssimo Sacramento, entre os anos de 1890 e 1925, acrescentou algumas informações sobre o culto da Senhora da Luz.

Comparámos os dados respeitantes a Nossa Senhora da Luz com os que se referem a São Bartolomeu. Recordamos que a imagem deste santo, de grande devoção na Foz do Douro, foi trasladada, tal como a da Senhora da Luz, para a Igreja matriz da Foz do Douro, após a ruína da capela da Senhora da Luz.

Focamo-nos no dia das respetivas romarias (São Bartolomeu: 24 de agosto e Senhora da Luz: 8 de setembro).

Neste dia, as esmolas dos devotos, quer a S. Bartolomeu quer à Senhora da Luz, aumentavam significativamente. No entanto, o montante das ofertas à Senhora da Luz era sempre superior, como se verifica no quadro seguinte.

Ano	S. Bartolomeu	N. Sra da Luz
1890	8.130 rs.	33.085 rs
1895	6.840 rs.	24.380 rs.
1900	3.110 rs.	30.050 rs
1905	4.420 rs.	28.500 rs.
1912 ¹	1.100 rs	17.530 rs.
1915	3.95 esc.	21.15 esc.
1920	4.81 esc.	216.77 esc. ²
1925	Sem informação	352.69 esc. ²

1- em substituição dos anos de 1910 ou 1911, cujos registos estão omissos

2- referência a «saldo da festa de N. Sra. da Luz» em vez de «ofertas a N. Sra. da Luz»

Quadro 1: Ofertas, em reis (rs.) ou escudos (esc.), a S. Bartolomeu e a Nossa Senhora da Luz no dia da respetiva romaria, de 1890 a 1925 (intervalos de 5 anos).

Aquando da festividade de Nossa Senhora da Luz, eram registadas, todos os anos, nos livros da Confraria do Santíssimo Sacramento, as despesas relativas à celebração religiosa, tal como se verificava com outras celebrações da paróquia, como a de S. João ou do *Corpus Christi*.

Vejamos, a título de exemplo, as despesas do ano de 1892:

«Agosto/29 - Pago à Snr^a. D. Maria Thereza de Jesus Ferreira d'Almeida, para ajuda d'uns ramos para o altar de N.Senhora da Luz que se propõe fazer - 1.500 [rs.]

Setembro/12 - Pago a Carneiro de Mello & Irmão, proprietário da Litographia Peninsular, importância de trezentos registos de Nossa Senhora da Luz - 4.000 [rs.]

Idem, ao Reverendo José da Costa Relvas, importância do sermão da festividade de Nossa Senhora da Luz - 9.000 [rs.]

Idem, a João Teixeira Marinho, importância da armação para a festividade de Nossa Senhora da Luz - 12.000 [rs.]

Idem, a Manuel Alves de Faria, importância da despesa feita com os celebrantes na festividade de Nossa Senhora da Luz - 3.300 [rs.]

Idem, a José Lemos de Carvalho, importância da musica na festividade de Nossa Senhora da Luz - 7.000 [rs.] »²¹³

Nesta lista está omissa a despesa com cera, que, habitualmente, figura nos outros anos e nas demais festividades.

Não é nosso objetivo fazer um estudo exaustivo das receitas e despesas relacionadas com o culto da Senhora da Luz, mas tão somente ilustrar como um culto religioso pode, simultaneamente, refletir uma devoção genuína e ter uma faceta mais prosaica e material.

3.5. As práticas religiosas. O dia de Nossa Senhora da Luz

Na fonte de 1680, que temos vindo a mencionar, o Padre Sebastião Freire, prior e vigário de S. João da Foz, refere que «a ermida da Senhora da Luz era muitíssimo frequentada não só por gente da vizinhança, como também pela de terras distantes, que a visitavam com muita assiduidade e sempre lhe traziam muitas e valiosas oferendas.» O documento, a que já aludimos, intitulado «Confraria de Nossa Senhora da Luz», em 1695, alude aos «m^{tos} devotos q co'tinua^{te} co'correm» àquela ermida. Embora os documentos não o refiram, podemos conjecturar que os peregrinos ali se deslocavam para pedir a proteção da Virgem para a sua vida quotidiana, em particular os mareantes, solicitar-Lhe a realização de um milagre, num momento mais difícil, ou para o pagamento do voto realizado, através de dádivas à Senhora.

²¹³A. P. F. - Livro 25, f. 60 - 62.

A confraria da Senhora da Luz mandava rezar todos os sábados uma missa «q o p^e vigr^o dis ou manda dizer por seu co'panhr^o ou coadiutor»²¹⁴

O momento alto das celebrações religiosas era, sem dúvida, a festa de Nossa Senhora da Luz, em oito de setembro, dia em que, liturgicamente, se celebra a Natividade de Nossa Senhora.²¹⁵ Nesse dia, segundo a mesma fonte, «pella manham cedo se canta huã missa e se leva em p.cissão a Sra p^a a Igr^a, e depois da pregação se torna a trazer co' a solene p.cissão q fazem os mordomos.» A celebração começava com uma missa de manhã cedo, na capela da Senhora da Luz, seguida de procissão com a imagem da Senhora até à Igreja paroquial de S. João da Foz. O documento esclarece que, tanto a primeira missa como a procissão, eram «de devoção particular.» Na igreja paroquial havia numa pregação, após o que, em procissão solene, organizada pelos mordomos da confraria, a imagem regressava à ermida.

O documento é muito lacónico sobre este dia. Nada diz sobre as promessas ou outros rituais na ermida, nem há referências ao lado mais festivo e lúdico que, certamente, fazia parte da festa. O percurso da procissão, em particular no regresso ao Monte da Luz, deveria ser algo penoso. Como vimos, o sacerdote tinha uma remuneração «mais avantajada» por ter que subir ao Monte para celebrar a missa matinal. Segundo Ferreira de Almeida, a posição «marginal e sobranceira» de muitas ermidas, relativamente à paróquia e à igreja paroquial, não só as protegia como também era necessária «às longas e constantes procissões [...] que o cristianismo popular, medieval e moderno, tanto amou e usou.»²¹⁶

Segundo as *Memórias Paroquiais*, em 1758, a Senhora da Luz diminuía a sua área de atração de devotos: «A Ermida de Nossa Senhora da Luz fazião antigamente romagem no seu dia os Moradores da Cidade do Porto, Fam, Villa de Conde, hoje porem somente o fazem os deste Lugar.»

²¹⁴ ADP- Legados e obrigações de missas- S.João da Foz- 1643-1703, Livro M; nº1; fl.13- *Confraria de Nossa senhora da Luz*.

²¹⁵ Na realidade, a festa ocorria no domingo subsequente àquela data, conforme é referido nos periódicos consultados, a partir da década de oitenta do século XIX. É possível que esta prática fosse anterior.

²¹⁶ ALMEIDA - *Religiosidade popular e ermidas...*, 1984, p. 80.

Teremos que avançar até ao século XIX para voltarmos a acompanhar o culto da Senhora da Luz, em especial a celebração do seu dia.

A partir da década de 1830, com a ruína da capela e a deslocação da imagem da Senhora da Luz para a igreja de S. João da Foz, dá-se uma transferência do local de celebração religiosa do Monte da Luz para a igreja paroquial, onde continuaram «as suas festividades a ser celebradas nos dias competentes.»²¹⁷ Local de celebração religiosa, diríamos, institucional, documentada. Talvez os mareantes que, do alto mar, avistavam a luz do Farol, continuassem, intimamente, a orar à Senhora da Luz *daquele Monte* e não tanto à sua imagem, na Igreja da Foz. Recordamos, novamente, a figura do jornal «O Progresso da Foz», de 1907, que reproduzia a imagem da Senhora da Luz, venerada na igreja paroquial (fig. 51). Atrás da imagem, vê-se, em segundo plano, o mar e o farol, atestando que eram essas as referências ligadas à Senhora da Luz.

De acordo com as informações dos periódicos *O Comércio do Porto* e *O Progresso da Foz*, as celebrações do dia de Nossa Senhora da Luz, tinham lugar no domingo subsequente ao dia oito de setembro e iniciavam-se, de manhã, com a missa solene, concelebrada, presidida pelo pároco de S. João da Foz. O Santíssimo Sacramento permanecia em exposição, durante o dia. De tarde, havia ladainha a Nossa Senhora, finalizando as cerimónias com a «encerração» do Santíssimo Sacramento.

O sermão, momento alto da missa solene, ficava a cargo de um orador convidado. Destacamos o teor propagandístico que assumia, por vezes, a notícia do sermão nos periódicos consultados:

«Subirá ao púlpito o talentoso orador sagrado, rev.^{mo} parocho de S. Christovão de Mafamude, que n'um eloquente discurso dos que costuma proferir em idênticas solemnidades, porá em relevo os milagres sempre crescentes da virgem Nossa Senhora da Luz.»²¹⁸

«Será orador o rev. Meirelles, q falará das virtudes da Santa, pregando a paz e ensinando o perdão.»²¹⁹

²¹⁷ S. a. - *A Vedeta da Liberdade*, nº 96, 21 de agosto de 1835, s. p.

²¹⁸ S. a. - *O Progresso da Foz*, nº 14, 8 de setembro de 1907, p.1.

²¹⁹ S. a. - *O Comércio do Porto*, ano LX, nº216, 12 de setembro de 1913, p.1.

«Foi orador o rev. padre José dos Santos Barroso [...] secretario particular de S.Ex^a Rev.^{ma} o Sr. D. Antonio, ilustre bispo d’esta diocese. [...] O orador [...] descreveu o que era a sociedade sem a luz da verdade e para onde caminhava sem o pharol da justiça e da liberdade. [...]. O orador foi muito cumprimentado.»²²⁰

Atente-se no simbolismo óbvio do sermão, ao aludir à «luz» e ao «pharol».

Nas despesas da Confraria do Santíssimo Sacramento, promotora da festividade, figura habitualmente, o pagamento do «sermão» e dos «celebrantes».

A música fazia também parte da celebração eucarística. Dos livros da Confraria consta a despesas com «musica», figurando, esporadicamente, «missa cantada», «musica de capella», ou «cantores e órgão». *O Progresso da Foz*, em 1908, destaca «uma Ave-Maria», cantada «magistralmente» pelo «amador snr. João Maria»²²¹

A ornamentação da igreja era especialmente cuidada neste dia festivo, constatando-se que uma das despesas mais avultadas, discriminadas nos livros da Confraria do Santíssimo Sacramento, era a «armação». Segundo Bluteau, a armação de uma igreja consiste em «Volantes, almofadas, cobertores, tafetazes, passemanes, &c, com que se armão as paredes, o tecto, as janellas, arcos, columnas, &c.»²²². *O Progresso da Foz*, em 1908, destaca «o altar da Virgem», que «ostentava grande numero de castiçaes e salvas de prata, vasos com plantas ornamentaes e solitárias com flores viçosas.»²²³ Alguns destes ornamentos eram ofertas dos devotos que, por vezes, davam indicações específicas relativamente ao destino das suas doações. No inventário da Confraria do Santíssimo Sacramento de 1891, é referido que «dous ramos brancos para a Nossa Senhora da Luz [...] se destinavam a «serem colocados no altar de N.Senhora da Luz, nos dias de sua festividade»²²⁴ e «uma toalha de bretonha de linho, com bordados a ouro» deveria «estar no altar todos os Domingos»²²⁵.

No dia da festa, era grande a afluência de romeiros às cerimónias religiosas, «gente de muito longe», que vinha «trazer as suas offertas a esta milagrosa imagem.»²²⁶ Após

²²⁰ S. a. - *O Progresso da Foz*, nº 168, 11 de setembro de 1910, p.2.

²²¹ S. a. - *O Progresso da Foz*, nº 68, 20 de setembro de 1908, p.2.

²²² BLUTEAU - *Vocabulario portugûes e latino...*, 1712-1728, vol.1, p. 497.

²²³ S. a. - *O Progresso da Foz*, nº 68, 20 de setembro de 1908, p.2.

²²⁴ A. P. F. - Livro 3, fl. 33.

²²⁵ A. P. F. - Livro 3, fl. 42.

²²⁶ S. a. - *O Progresso da Foz*, nº 168, 11 de setembro de 1910, p.1.

dar a esmola à Virgem, recebiam uma estampa, também denominada registo. Segundo Moisés Espírito Santo, a estampa, que «se deposita nas mãos dos responsáveis da confraria que superintende no santuário», «constitui a prova do cumprimento do rito. [...] Na Idade Média, o *registo* tinha já a mesma função e designava-se do mesmo modo [...]»²²⁷ Nos livros da Confraria do Santíssimo Sacramento, os «registos» figuravam sempre entre as despesas do dia da festividade.

As ofertas à Virgem não se limitavam, no entanto, ao dia da sua festividade. «O Progresso da Foz», em 13 de junho de 1909, noticia:

«No altar de Nossa Senhora da Luz, na igreja Parochial, está exposta uma vella do peso de 7 Kilos e meio que foi offerecida por um devoto de fóra, que a veio entregar em trem, não declarando o seu nome, nem onde morava.»²²⁸

Tratava-se, sem dúvida, do pagamento de uma promessa, feito por um devoto que pretendeu fazê-lo de forma isolada e discreta.

A festa da Senhora da Luz, como é habitual nas romarias, tinha, também, um lado lúdico, de festa popular. Pierre Sanchis lembra que, «na espontaneidade da consciência coletiva, especialmente popular, a romaria forma um todo vivido»²²⁹, em que o sagrado e o profano convivem, fazendo parte da mesma realidade.

Sousa Reis, referindo-se, com mágoa, à destruição da capela da Senhora da Luz, durante o Cerco do Porto (1832-1833), recorda os «tempos passados» em que «encantava o ver-se no dia da festividade todo este monte coberto de povo, que no meio de instrumentais e iguarias se alegrava e esquecia os trabalhos da véspera e ate os do dia seguinte.»²³⁰

A passagem das celebrações religiosas para a igreja paroquial levou à deslocação da festa popular para as principais artérias da povoação, sendo o Jardim do Passeio Alegre o centro festivo por excelência. As ruas eram embandeiradas, desde o «largo da Igreja e ruas que para o mesmo convergem», até ao «Passeio Alegre» e «praias de banhos».²³¹

²²⁷ SANTO, Moisés Espírito- *A religião popular portuguesa*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1990, p. 139.

²²⁸ S. a. - *O Progresso da Foz*, nº 103, 13 de junho de 1909, p.3.

²²⁹ Apud PENTEADO - *Peregrinos da Memória...*, 1998, p.161.

²³⁰ REIS - *Apontamentos...*, 1984, p. 358.

²³¹ S. a. - *O Comércio do Porto*, ano XXXVI, nº230, 10 de setembro de 1889, p.2.

A festa popular, nos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, tinha os ingredientes característicos das romarias portuguesas: no sábado, véspera da festa religiosa, havia fogo de artifício, «Zés P'reiras», música e iluminação, na rua Senhora da Luz e Esplanada do Castello.²³² No domingo, após as celebrações religiosas, na parte da manhã, seguia-se o arraial, com a atuação de bandas de música, no coreto do Passeio Alegre, baile, «fogo no ar» e «fogo de bonecos». No início de setembro, a Foz achava-se «repleta de banhistas» que «a procuraram para residir na época balnear.»²³³ Em dia de romaria da Senhora da Luz, a beira-mar tornava-se ainda mais atrativa para as populações urbanas, pelo que se justificava que «a Companhia Carris de Ferro» estabelecesse, nesse dia «um serviço especial de carreiras entre Porto, Mattosinhos e Leça para esta praia [da Foz]».²³⁴

Assim se compreende que algumas atividades lúdicas, enquadradas nas festividades da Senhora da Luz ocorressem à beira-mar:

«Nas diferentes praias de banhos haverá, promovidos pelos respectivos banheiros, vários divertimentos, taes como: muzica, exercícios de natação, corridas de cântaros e de sacos, etc.»²³⁵

Não possuímos informação sobre a celebração do dia de Nossa Senhora da Luz a partir da década de 1920. Alguns paroquianos por nós contactados não se recordam, tão pouco, de qualquer cerimónia religiosa ou de outro tipo que assinalasse aquele dia.

Deve-se ao cônego Rui Osório, pároco de S. João da Foz entre 2006 e 2018, a reabilitação da imagem e do culto da Senhora da Luz. O dia 8 de setembro é hoje celebrado liturgicamente, sendo a imagem da Senhora da Luz colocada em local de destaque, próximo da capela-mor da igreja de S. João da Foz.

A prática de tocar a cabeça do querubim, aos pés da imagem da Virgem, ainda hoje se mantém, sinal de uma devoção viva, mais humana e próxima dos fiéis.

²³² Cf. *O Progresso da Foz*, 1907-1910.

²³³ S. a. - *O Progresso da Foz*, nº 168, 11 de setembro de 1910, p.1.

²³⁴ S. a. - *O Progresso da Foz*, nº 14, 8 de setembro de 1907, p.1.

²³⁵ S. a. - *O Progresso da Foz*, nº 66, 6 de setembro de 1908, p.1.



Figura 60- Pormenor da imagem de Nossa Senhora da Luz, 2017. São visíveis os sinais de desgaste na cabeça do querubim.



Figura 61- Imagem de Nossa Senhora da Luz, 5 de setembro de 2019. A imagem encontra-se destacada, próximo do altar-mor, assinalando o dia da sua festividade, 8 de setembro.

3.6. A capela de Gondarém e a «concorrência» do culto da Senhora da Luz

Durante o século XIX, a Foz do Douro expandiu-se para norte, ao longo da *Estrada de Carreiros*, que ligava a Foz a Leça. Uma nova área urbanizada foi crescendo, com características próprias: um reticulado perfeito, com quarteirões geométricos e longas avenidas paralelas, que acompanham a linha de costa. É a chamada Foz Nova.

Paralela à Avenida Brasil, nome da antiga estrada de Carreiros, abre-se a Rua de Gondarém. As tipologias habitacionais desta artéria caracterizavam-se por pequenas moradias, coexistindo com outras, de arquitetura mais cuidada, geralmente recolhidas atrás de um jardim.

Aí se ergueu uma capela, «a expensas d'alguns devotos» das imediações, «para nella se celebrar o santo sacrificio da missa, que tão útil é naquele lugar pela distancia que há da Matriz», conforme refere um grupo de fiéis, numa petição dirigida ao Bispo do Porto, em 9 de agosto de 1884, solicitando a bênção da capela e licença para aí se celebrar o culto religioso²³⁶

Parte da pedra para a sua construção, veio da destruída capela de Santo Elói, que se erguia junto à Igreja de S. Francisco, e foi necessário demolir quando se abriu a rua Nova da Alfândega. Em 23 de novembro de 1872, um «membro da comissão encarregada da Fabrica de uma capella em carreiros, concelho de Bouças» pedia autorização ao Bispo do Porto para «remover para ahi o material da extinta capella de Santo Eloy dos Ourives.»²³⁷

Pinho Brandão publicou dois documentos, um deles referente a uma verba paga, em 14 de janeiro de 1873, para «remoção da pedra da Capela de Santo Elói do Porto, para a Foz», e outro que alude à «remoção de alguma pedra, de Carreiros para a Rua de Gondarém», em 22 de dezembro de 1877.²³⁸

A capela recebeu a invocação de Nossa Senhora da Luz, e em 1884 achava-se já «organizada uma 'Meza de Devoção' para com aquella Sagrada imagem, a concorrer com suas esmolas para sustento do culto divino»²³⁹. Em 3 de Julho desse ano é pago a

²³⁶ Arquivo Episcopal do Porto- Autos de bênção de Capela de Nossa Senhora da Luz, 1884, fl.2.

²³⁷ A. E. P.- Autos de bênção..., fl.3.

²³⁸ BRANDÃO, Domingos de Pinho - *São Miguel de Nevogilde- A sua igreja. Breves apontamentos sobre a História da freguesia*. Porto: Igreja de São Miguel de Nevogilde, 1983, p. 147.

²³⁹ A. E. P. - Autos de bênção..., fl.2.

Francisco José da Silva «pela imagem de Nossa Senhora da Luz», entre outras despesas, 71\$500. Pela «condução da imagem para a Foz» foi paga a quantia de 800\$000.²⁴⁰ Não possuímos informações que nos permitam confirmar se essa imagem é a que atualmente se encontra exposta na capela.

Concedida a licença episcopal, em 13 de agosto de 1884,²⁴¹ a capela abriu ao culto. Era muito frequentada, até ter sido encerrada por ordem das autoridades republicanas, em 1912, e cedida à Junta de freguesia, apesar da reação negativa dos moradores.²⁴²



Figura 62 - Capela de Gondarém: saída da Missa, 1907.

Durante a 1ª República, a capela sofreu vicissitudes diversas. Foi devolvida ao culto, entre 1917 e 1919, durante a presidência de Sidónio Pais [27 de dezembro de 1917-14 de dezembro de 1918], voltando à posse da Junta de freguesia de Nevogilde, para aí instalar a sua sede e uma escola primária. A capela foi, então, alvo de uma profunda intervenção, que a desfigurou. Restituída à paróquia de Nevogilde, em 1944, foi destruída e, no mesmo local, se levantou a nova capela, atualmente existente.²⁴³

²⁴⁰ Cf. BRANDÃO - *São Miguel de Nevogilde...*, 1983, p. 148.

²⁴¹ A. E. P. - *Autos de bênção...*, fl.6.

²⁴² Cf. BRANDÃO - *São Miguel de Nevogilde...*, 1983, p. 148.

²⁴³ Cf. BRANDÃO - *São Miguel de Nevogilde...*, 1983, p. 149-152.

Desde que foi aberta ao culto, iniciaram-se as celebrações do dia de Nossa Senhora da Luz na nova capela com esta invocação, na Foz do Douro.

Em 1885, noticiava *O Comércio do Porto*:

«Por motivo da pomposa festividade que no proximo domingo, 13 do corrente mez, se verificará a Nossa Senhora da Luz, na capella de Gondarem, á Foz, haverá na véspera vistoso fogo de artificio, illuminação e musica, a qual tocará igualmente durante a tarde de domingo. O local achar-se-há convenientemente ornamentado.»²⁴⁴

Em 1888, o mesmo periódico refere que irá festejar-se «a imagem de Nossa Senhora da Luz em Gondarem (Carreiros), constando de missa solemne, sermão, arraial e musica.»²⁴⁵

O surgimento de um novo polo de atração dos fieis para o culto de Nossa Senhora da Luz, na Foz do Douro, alarmou a Confraria do Santíssimo Sacramento, da igreja matriz de S. João da Foz, que em reunião de 5 de agosto de 1886, decidiu o seguinte:

« [...] pelo Sr. Juiz foi dito que tendo de celebrar-se a festividade de Nossa Senhora da Luz a mesma festividade se fizesse em conformidade com a verva descripta no orçamento para d'alguma forma reavivar a veneração da mesma imagem visto que bem perto d'aqui foi instituída [uma capela] com a mesma invocação de Nossa Senhora da Luz, só com o fim de desviar os devotos, e era sua opinião de todos os anos se authorizar para a continuação da mesma festividade; e sendo esta a opinião de todos os membros da Meza foi aprovada e que por isso se oficiasse ao Rv.^{mo} parcho n'este sentido, p que ficasse encarregado o Snr. Tesoureiro de convidar o pregador, armador e musica.[...]»²⁴⁶

Não podemos deixar de salientar a opinião do Juiz da Confraria, ao considerar que a capela da Senhora da Luz, na rua de Gondarém, foi instituída «só com o fim de desviar os devotos», prenunciando um clima de rivalidade devocional entre a Senhora da Luz, na igreja de S. João da Foz, e a Senhora da Luz da capela de Gondarém. É ainda referida a necessidade de investir no seu culto, de «reavivar» a sua veneração, não por esta estar, eventualmente, a diminuir mas, di-lo expressamente o documento, «visto que bem perto» tinha sido criado um culto concorrente, com a mesma devoção.

²⁴⁴ S. a. - *O Comércio do Porto*, ano XXXII, nº218, 6 de setembro de 1885, p.2.

²⁴⁵ S. a. - *O Comércio do Porto*, ano XXXV, nº223, 9 de setembro de 1888, p.2.

²⁴⁶ A. P. F. - Livro 46: *Livro de Actas da Confraria do SS.mo Sacramento de 1886*, f.12vº e f.13.

A partir de então, a crer no documento, a Confraria do Santíssimo Sacramento empenhar-se-ia, como instituição promotora do culto da Senhora da Luz, na organização da sua festividade.

No período por nós compulsado, entre a década de 1890 e o final da década de 1920, são sempre referidas, como anteriormente descrevemos, as despesas com a festa de Nossa Senhora da Luz. Os periódicos a ela se referem, igualmente. No entanto, enquanto *O Comércio do Porto* alude às festividades tanto na capela de Gondarém como na igreja da Foz, *O Progresso da Foz* apenas refere, pormenorizadamente, até, as celebrações da igreja de S. João da Foz. Esta fidelização à igreja paroquial e à respetiva confraria é compreensível, tratando-se de um periódico da Foz, com prováveis ligações afetivas e familiares às entidades que, tradicionalmente, sempre organizaram a festa da Senhora da Luz.

Considerações finais

Foi nosso propósito compreender o Monte da Luz, numa dimensão abrangente, que incluía um lugar e as suas características naturais, os edifícios, os conhecimentos, práticas, devoções e rituais que, de alguma forma, lhe conferem um significado próprio.

Podemos afirmar que a localização privilegiada do Monte da Luz, erguendo-se, sobranceiro, próximo da barra do Porto, o tornou um ponto estratégico, ao longo dos séculos. Ponto de referência para a navegação e de vigilância da costa, documentado desde o século XVI, este monte poderá ter tido um papel relevante desde épocas mais remotas. Este papel prolongou-se no tempo graças à estação telegráfica que, até aos anos 70 do século XX, facilitava a comunicação entre os navios e a terra.

Se as características naturais favoreceram as suas potencialidades estratégicas, travaram, por outro lado, a ocupação humana do lugar. Este permaneceu isolado, alheio à expansão urbana da Foz do Douro, até meados do século XIX.

Relativamente às estruturas que se erguiam naquele Monte, não possuímos dados que nos permitam determinar, com rigor, a sua cronologia. As referências à *Senhora da Luz*, em fontes escritas do século XVI, levam-nos a crer que este culto estaria enraizado no local e que aí se erguia uma ermida com essa devoção, a que estava ligado um facho ou farol. Cartografia holandesa da primeira metade do século XVII comprova a existência de uma estrutura no Monte da Luz, não permitindo, porém, identificá-la.

O farol tem sido o edifício mais glosado do conjunto arquitetónico do Monte da Luz, embora, como vimos, as opiniões sobre ele sejam pouco fundamentadas. A escassez de fontes não permitiu esclarecer muitas das questões de início levantadas, nomeadamente quanto ao seu comitente.

Na presente dissertação foi possível apurar novos dados relativamente à pedra-de-armas da fachada sul, que até hoje nenhum autor conseguiu identificar. Trata-se de uma pedra-de-armas de finais do século XVII ou do século XVIII, desconhecida pelos armoriais portugueses, sendo, provavelmente, de origem estrangeira. A sua identificação completa poderá trazer novos dados sobre a história do farol e, eventualmente, da capela.

O farol da Senhora da Luz não sofreu alterações estruturais significativas até aos nossos dias, pelo que a análise de fontes diversificadas e a observação *in loco* permitiu uma leitura atenta das suas fachadas. A sua extinção e encerramento, há quase um século, conduziu à inexorável degradação do interior do edifício. Tal não sucedeu com o espaço contíguo, a casa do faroleiro, que permanece em uso, tendo sofrido, ao longo do século XX, diversas intervenções por forma a melhorar as suas condições de habitabilidade.

A investigação documental permitiu-nos reconstituir, em grande parte, a história do sistema de iluminação do farol desde o início do século XIX até ao seu encerramento.

Quanto à estação telegráfica do Monte da Luz, cremos ter efetuado um trabalho pioneiro, não só pela temática em si, mas também pela quantidade e variedade de fontes que pudemos compulsar sobre esta matéria. Acrescentaremos, apenas, a nossa reflexão pessoal, que nos fez perceber que *não podíamos deixar de estudar* este edifício. De facto, ele é um paradigma do espírito do lugar. Nele se conjugam elementos tangíveis, como o edifício, a paisagem ou os artefactos, com outros, intangíveis, como as memórias, as narrativas, ou os afetos.

A destruição da capela da Senhora da Luz, em 1833, e a escassez documental, a que já aludimos, dificultaram a caracterização deste edifício. A partir da descrição de Sousa Reis, e das parcas informações que as fontes visuais proporcionaram foi possível esboçar o que terá sido a sua fachada principal. No local, identificámos vestígios da capela, adossados às estruturas arquitetónicas existentes, que trouxeram novos dados sobre o edifício: a sua implantação no local e algumas características estruturais. Percebe-se que mais vestígios haverá, alguns reutilizados noutras construções adjacentes. Cremos que novas investigações, nomeadamente no campo da arqueologia, poderão trazer mais informação sobre a capela.

A imagem da Virgem, atribuída à Capela de Nossa Senhora da Luz, e o seu retábulo tiveram uma vida atribulada: resistiram às bombas miguelistas, estiveram, em diferentes espaços, na Igreja de S. João Batista da Foz do Douro, foram, finalmente, separados. Os episódios da iconografia mariana, referidos por Sousa Reis e Robert Smith, que, eventualmente, terão feito parte deste retábulo, carecem de uma investigação mais aturada, que não foi possível desenvolvermos. Relativamente às três imagens da Senhora

da Luz existentes na Igreja, como vimos, todas são referidas nos inventários da Confraria do Santíssimo Sacramento, desde os finais do século XIX. Não foi possível apurarmos informações sobre a sua autoria, datação ou proveniência, bem como os restauros a que foram submetidas. O estudo do acervo documental do arquivo da paróquia, na sua totalidade, poderá trazer novos dados sobre este património. A imagem da Senhora da Luz de marfim, em particular, pela sua qualidade estética e enquadramento artístico, merece uma visibilidade que, até hoje, não teve.

A partir de fontes inéditas, pudemos esboçar o que foi o culto da Senhora da Luz na Foz do Douro: a administração deste culto, as práticas religiosas, em particular a celebração do dia de Nossa Senhora da Luz, bem como a respetiva festa popular. Se as fontes escritas e orais, a que recorremos, foram fundamentais para enriquecermos o conhecimento sobre esta devoção, elas revelaram-se, porém, insuficientes para tecermos um fio condutor relativamente a este culto, na diacronia.

No decurso da nossa investigação surgiu um novo tema, que também abordámos: a edificação de uma nova capela com a invocação da Senhora da Luz, na rua de Gondarém, e a *concorrência devocional*, gerada, a partir de então, entre a Senhora da Luz, da igreja de S. João Baptista da Foz do Douro, e a da capela de Gondarém.

Dado o trabalho pioneiro que cremos ter realizado e o vazio documental com que, frequentemente, nos deparámos, várias questões levantadas ficaram por resolver, concretamente no que respeita às estruturas arquitetónicas mais antigas do Monte da Luz: a capela e a torre ou farol a ela adossada. Por outro lado, temas houve em que os resultados da investigação superaram as expectativas iniciais: é o caso do sistema de iluminação do farol, da estação telegráfica e, finalmente, da Senhora da Luz, na capela de Gondarém.

Não podemos deixar de referir alguns temas que nos interpelaram, ao longo da nossa investigação, mas que se afastavam do seu âmbito: testemunhos de naufrágios à entrada da barra, de pilotos, no seu trabalho, tão importante quanto perigoso, referências a pessoas e cargos relacionados com as comunicações entre os barcos e as estações semafóricas da Luz e da Cantareira. A memória das comunidades é, também, património.

Finalmente, queremos testemunhar a vontade de colaborar na nossa investigação, por parte de todos aqueles que contactámos, sem exceção, e que individualizámos nos

«Agradecimentos». Percebemos, no Farol, na Igreja matriz da Foz, ou na Capela de Gondarém, na Associação Comercial do Porto, ou nas conversas ou *e-mails* informais que trocámos, o mesmo sentimento: aquilo de que falávamos, *também lhes pertencia*, de algum modo.

De facto, percebemos como é verdadeira a asserção da *Declaração de Québec*²⁴⁷:

«8. Reconhecendo que o espírito do lugar é essencialmente transmitido por pessoas e que a transmissão é parte importante da sua conservação, declaramos que é por meio da comunicação interativa e da participação das comunidades envolvidas que o espírito do lugar é preservado e realçado da melhor forma possível. A comunicação é, de facto, a melhor ferramenta para manter vivo o espírito do lugar.»

²⁴⁷ [Em-linha] Disponível em: Declaração. (acedido em 28 de janeiro de 2019).

Fontes e Bibliografia

1. Fontes manuscritas e impressas

1.1. Arquivo da Associação Comercial do Porto

Relatório dos Trabalhos da Associação Comercial do Porto. Porto: Typographia Commercial, 1837 - 1934.

1. 2. Arquivo Distrital do Porto

Paróquia da Foz do Douro - Legados e obrigações de Missas (1695-1696).

1. 3. Arquivo Episcopal do Porto

Autos de bênção da capela de Nossa Senhora da Luz [freguesia de Nevogilde, rua de Gondarém] - 1884

1. 4. Arquivo Histórico Municipal do Porto

Autos de declaração e vistoria dos danos causados pelos projéteis dos rebeldes: Foz do Douro - 1833 -1834. (séries: A-PUB 6362, 6363).

Declarações dos lesados pela usurpação apresentadas à Comissão de Liquidação de Perdas e Danos de São João da Foz do Douro. (série: A-PUB-6332).

Câmara Municipal de São João da Foz: correspondência recebida (1835-1837) (série: A-PUB-6207).

1.5. Arquivo da Marinha

Direção de Faróis (Fundo 12) - 710.

1.6. Arquivo da Paróquia de S. João da Foz do Douro: livros 1 a 48.

2. Imprensa Periódica

O Comércio do Porto. Porto: Typographia do Commercio, 1880 - 1920.

O Progresso da Foz. Foz do Douro: Typographia Martins, 1907 - 1911

A Vedeta da Liberdade, nº 96. Porto: Imprensa de Coutinho, 21 de agosto de 1835.

3. Bibliografia

AFONSO, José Ferrão - *A Herança do Muratore*. Porto: Dafne Editora, 2018.

AGUILAR, José Teixeira de - *Faróis a terra ao mar se anuncia* - Lisboa : CTT- Correios de Portugal, 2008.

ALEGRIA, Maria Fernanda e GARCIA, João Carlos- *Imagens de Portugal na Cartografia dos séculos XVI e XVII: leituras de uma exposição*. In RESENDE, Maria Teresa- *Cartografia impressa dos séculos XVI e XVII- imagens de Portugal e Ilhas Atlânticas*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *O culto a Nossa Senhora, no Porto, na época moderna: perspetiva antropológica*. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. II, 1979.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Religiosidade popular e ermidas*. *Estudos Contemporâneos*, nº 6, Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984.

ALVES, Jorge Fernandes - *A. Galo, o fascínio do telégrafo elétrico*. *O Tripeiro*, Série VII, ano XIV, setembro de 1995, pp.261-267.

AMARO, Rui Picarote - *A barra da morte- a foz do rio Douro*, Porto: O Progresso da Foz, 2007.

ANDRADE, Monteiro de- Plantas Antigas da Cidade: século XVIII e primeira metade do XIX. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto: C.M.P., vol. 5, fasc.1, março de 1942, pp.68-102.

BARROCA, Mário- *As Fortificações do litoral portuense*. Lisboa: Edições Inapa, 2001.

BARROS, Amândio - *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*. Dissertação de Doutoramento em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: [edição do autor], 2004.

BASTO, Artur de Magalhães (prefácio e notas) - *Livro antigo de cartas e provisões dos senhores reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I do Arquivo Municipal do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto/Gabinete de História da Cidade, 1940.

BASTOS, Carlos - *Associação Comercial do Porto. Resumo histórico da sua atividade desde a fundação. 2ª edição revista e aumentada*. Porto: s.e., 1947.

BEIRANTE, Ângela- Eremitismo. In AZEVEDO, Carlos Moreira de- *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. C-I. [Em-linha]. Disponível em: [repositório u.c.p.](#) (acedido em 5 de junho de 2019).

BLUTEAU, Raphael - *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico,... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos*, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, 8 vols. [Em-linha] Disponível em: [dicionarios](#) (acedido em 3 de novembro de 2018).

BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira - *O Forte e Farol do Bugio. S. Lourenço da Cabeça Seca*. Lisboa: Fundação Marquês de Pombal, 2004.

BRANDÃO, Domingos de Pinho - *São Miguel de Nevogilde- A sua igreja. Breves apontamentos sobre a História da freguesia*. Porto: Igreja de São Miguel de Nevogilde, 1983.

CALLIXTO, Carlos Pereira - *Os primeiros 230 anos de História da Fortaleza de S.João da Foz do Douro*, Porto: Hotel Boa-Vista, 1991.

CARVALHO, Maria Filomena Barros de - *Arquitetura e vilegiatura na Foz do Douro 1850-1910*, Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: [edição do autor], 1997.

CLETO, Joel – Outeiro da Ervilha- um forte miguelista no cerco do Porto? *O Tripeiro*. Série Nova, Ano VI, Janeiro - Fevereiro de 1987, pp. 25-36.

CORTESÃO, Jaime- *Os Fatores Democráticos na formação de Portugal*, Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

COSTA, Manuela Pinto da- Ermidas e capelas. In AZEVEDO, Carlos Moreira de- *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. C-I. [Em-linha]. Disponível em: [repositório u.c.p.](#) (acedido em 5 de junho de 2019).

CRUZ, António- Da Cantareira a Carreiros. A «Póvoa Marítima» e o Couto de S. João da Foz do Douro. *O Tripeiro*. Série Nova, Vol. III, Ano III, Nº 2, 1984, pp. 40-42.

CRUZ, António - *O Porto nas navegações e na Expansão*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

CRUZ, Frederico - Pequena História dos Faróis Portugueses. Grémio dos armadores da pesca do arrasto - *Boletim da Pesca*. Ano V, nº18, março de 1948.

ELIADE, Mircea - *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Lisboa: Livros do Brasil, 1975.

FANGUEIRO, Óscar - Foz do Douro. Contribuição para o Estudo Evolutivo da População e suas Actividades. *Boletim Cultural da C.M.P.*, 2ª série, vol. 5/6, 1987/88, pp. 133 - 193.

FERNANDES, José Alberto Rio, *A Foz - Entre o rio, o mar e a cidade*. Porto: «O Progresso da Foz», 1989.

S. a. - *Fernando Lanhas*. Porto: Fundação de Serralves, 2007

FRANZINI, Marino Miguel - *Roteiro das costas de Portugal, ou instrucções nauticas para intelligencia e uso da carta reduzida da mesma costa, e dos planos particulares dos seus principaes portos [...]*. S.l.: Imprensa Régia, 1812. [Em-linha] Disponível em: [Roteiro](#) (acedido em 5 de maio de 2019).

LANHOSO, Coutinho - A desaparecida Capela de Nossa Senhora da Luz da Foz do Douro. *O Tripeiro*, Série VI, Ano IV, agosto de 1964, pp.240-242.

LANHOSO, Coutinho - Farol da Senhora da Luz...Um farol que já não há. *O Tripeiro*, Número especial, Ano XIV, 1974, pp. 33-36.

LANHOSO, Coutinho - Nossa Senhora Protetora dos Mareantes do Velho Burgo do Porto. *Boletim Cultural da C.M.P.* Porto: C.M.P., vol. 29, fascs.1-2, 1966, pp. 12- 135.

LEAL, Augusto S. B. Pinho - Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geográfico, Estatístico, Chorographico, Heráldico, Archeologico, Vol. 3. Lisboa: Livraria Editora de Mattos & Companhia, 1874. [Em-linha]. Disponível em: [archive](#) (acedido em 1 de abril de 2018).

LIMA, António Luís Pedroso - *Bicentenário do Corpo Telegráfico 1810-2010*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2010. [Em-linha]. Disponível em: [bicentenário](#) (acedido em 18 de fevereiro de 2019).

MATEUS, José Carlos Pereira - *VIRGO. Escultura de Invocação Mariana do Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Porto*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. II, 2013[Em linha]. Disponível em: [repositório aberto u.p.](#) (acedido em 18 de maio de 2019).

Memórias Paroquiais na divisão administrativa do Porto em 1758 - S. João da Foz. *O Tripeiro*, Série VI, Ano V, julho de 1965, pp. 193- 196.

MOREIRA, Jorge Manuel Dobrões - *Terra à vista. Os primeiros faróis estatais no século XVIII*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura.Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009 [Em-linha] Disponível em: [estudo geral](#) (acedido em 30 de novembro de 2018).

MOREIRA, Rafael- Arquitectura: Renascimento e Classicismo. In PEREIRA, Paulo (dir.) - *História da Arte em Portugal*, vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, pp. 303-375.

MOREIRA, Rafael- Um exemplo: São João da Foz, de Igreja a Fortaleza. In AA.VV.- *A arquitetura militar na expansão portuguesa*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, pp. 57-70.

MOTA, Rosa - *O uso do ouro popular no norte de Portugal*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Católica Portuguesa - Escola das Artes, 2014. [Em-linha] Disponível em: [repositório u.c.p](#) (acedido em 11 de julho de 2019).

OLIVEIRA, Marta - *Porto: S. Miguel o Anjo: uma torre, farol e capela - memória para uma intervenção na obra*. Porto, 2005 [Em-linha]. Disponível em: [repositório aberto u.p.](#) (acedido em 16 de novembro de 2018).

ORTIGÃO, Ramalho - *As praias de Portugal: guia do banhista e do viajante*. Porto: Livraria Universal de Magalhães e Moniz, 1876.

ORTIGÃO, Ramalho - *As Farpas*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1942.

OSÓRIO, Cónego Rui - *Foz do Douro de 1216 a 2016. 800 anos da Paróquia de S. João Batista*. Porto: Paróquia de S. João Batista da Foz do Douro, 2015.

OSÓRIO, Cónego Rui - *Tesouro Barroco da Foz do Douro*. Porto: Paróquia de S. João Batista da Foz do Douro, 2010.

PENTEADO, Pedro - Confrarias. In AZEVEDO, Carlos Moreira de- *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. A-C. [Em-linha]. Disponível em: [repositório u.c.p.](#) (acedido em 1 de junho de 2019).

PENTEADO, Pedro- *Peregrinos da Memória- O santuário de Nossa Senhora de Nazaré- 1600-1785*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa. U.C.P., 1998. [Em-linha]. Disponível em: [repositório u.c.p.](#) (acedido em 1 de junho de 2019).

PENTEADO, Pedro - Santuários. In AZEVEDO, Carlos Moreira de- *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. A-C. [Em-

linha].Vol.-P-V [Em-linha]. Disponível em: [repositório u.c.p.](#) (acedido em 1 de junho de 2019).

PEREIRA, Olegário Nelson Azevedo - *Em torno da pesca, na costa Norte de Portugal, nos séculos finais da Idade Média*. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: [edição do autor], 2012.

QUEIRÓS, Isabel -A reabilitação da barra do Douro no século XVI. *II Encontro CITECEM*, 2011. [Em-linha]. Disponível em: [CITECEM](#) (acedido em 8/10/18).

REIS, Henrique Duarte Souza - *Apontamentos para a verdadeira História Antiga e Moderna da Cidade do Porto*, 1984, vols. I e IV. Porto: B.P.M.P., 1984.

RESENDE, Nuno - *Fervor & Devoção: Património, culto e espiritualidade nas ermidas de Montemuro. Século XVI a XVIII*. Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. [Em-linha]. Disponível em: [repositório aberto u.p.](#) (acedido em 30 de maio de 2019).

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Espaços de culto público e privado nas margens do Douro: uma abordagem* - separata da revista «Poligrafia», nº 5, 1996. S.l.: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1996. [Em-linha]. Disponível em: [repositório aberto u.p.](#) (acedido em 22 de abril de 2019).

SANTA MARIA, Frei Agostinho de - *Santuário Mariano, E Historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora, E das milagrosamente aparecidas, em graça dos Prègadores, & dos devotos da mesma Senhora*, Lisboa: Oficina de António Pedrozo Galrao, 1707-1723, vol. 5. [Em linha]. Disponível em: [archive](#) (acedido em 15 de maio de 2019).

SANTO, Moisés Espírito- *A religião popular portuguesa*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1990, p. 139.

SANTOS, Inês Moreira dos; VALE, Clara Pimenta do - *A Primeira Idade de Ouro na Construção da Rede de Telecomunicações em Portugal. Da Regeneração à Implantação da República*. [Em linha] Disponível em: academia.edu (acedido em 20 de outubro de 2018).

SERRÃO, Vítor - *A Cripto-história de Arte: Análise de Obras de Arte Inexistentes*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SILVA, Antonio Delgado da - *Collecção da Legislação Portuguesa...*Lisboa: Typografia Maigrense, 1830. [Em-linha] Disponível em: [Collecção](#) (acedido em 10 de março de 2019).

SILVA, Francisco Maria Pereira da - Projecto de alumiamiento marítimo para a costa de Portugal: descrição de todos os pharoes ali existentes e melhoramentos de que careciam em 1865. *Revista de obras públicas e minas*. Lisboa. Tomo III, nºs 26 e 27, 1872, pp. 146-148.

SILVA, Francisco Ribeiro da - Tempos modernos. In RAMOS, Luís O. (dir.). *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1995, pp. 256 - 375.

SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder*. Porto: Arquivo Histórico, C.M.P., 1988.

SILVA, Francisco Ribeiro da - *Pirataria e corso sobre o Porto (aspectos seiscentistas)*. Separata da «Revista de História» da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. II. Porto: [s. n.], 1979.

SILVA, Jorge Henrique Pais e CALADO, Margarida – *Dicionário de termos de arte e arquitetura*. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

SMITH, Robert - *A talha em Portugal*, Lisboa: Livros Horizonte, 1962.

SOUSA, António Caetano de- *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, Tiradas dos Instrumentos dos Archivos da Torre do Tombo...*Lisboa: Regia Officina SYLVIANA, 1744, tomo III. [Em-linha]. Disponível em: [archive](#) (acedido em 3 de novembro de 2018).

TÁVORA, Bernardo Ferrão Tavares – *Imaginária luso-oriental*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983

VASCONCELOS, Flório- A Senhora da Luz na Foz do Douro. *O Tripeiro*, Série VII, Ano XV, 1996, pp. 258- 262.

VASCONCELOS, Flório, BRITO, Maria Fernanda de, REAL, Manuel Luís (org) - *O Porto e a Europa do Renascimento- Exposição paralela à XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura/ Realização dos Serviços Culturais da Câmara Municipal do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto - Casa do Infante, 1983.

VIEIRA, José Manuel de Oliveira - *O telégrafo de «Ciera». Ano 1810*. Post do Blog «Coisasd’Abrantes», fevereiro de 2009. [Em-linha] Disponível em: [coisas de abrantas](#) (acedido em 18 de fevereiro de 2019).

Índice de Imagens

Figura 1 - Perspetiva da entrada da barra da cidade do Porto, 1790. pág.28

Gravura de Joaquim Marques de Aguilár ?, 1790. [Em-linha] Disponível em: [gisaweb](#).

Figura 2 - Carta de Lucas Waghenaer, 1583. pág. 29

Lucas Janszoon Waghenaer - *Die Zee Carte van Portugal tusschen Camino en Montego...*, in «Spiegel der Zeevaerdt», 1584, p.93. [Em-linha] Disponível em: [bc.library.uu.nl](#).

Figura 3 - Carta de Lucas Waghenaer (pormenor). pág.29

Figura 4 - Carta de Willem Blaeu, 1638. pág.30

Willem Blaeu- *De Zeeussten van Portugal van Viana tot Avero, 1638*. B.P.M.P., Res. C (I)-2.

Figura 5 - Carta de Willem Blaeu (pormenor). pág.31

Figura 6 - Gravura rupestre no Monte da Luz, descoberta por Fernando Lanhas em 1972. pág.32

Fotografia de Fernando Lanhas, 1972, in s.a. - *Fernando Lanhas*. Porto: Fundação de Serralves, 2007, p.147.

Figura 7 - Gravuras rupestres junto ao Farol da Senhora da Luz. pág.32

Fotografia de Isabel Osório, 2017.

Figura 8 - Plano hydrographico da barra do Porto, 1871. **pág.36**

Filipe Sousa Folque- *Plano hydrographico da barra do Porto*, 1871. [Em-linha] Disponível em: [purl](#).

Figura 9 – Planta da Foz do Douro e dos Projectos de Fortificação para a defesa da mesma, 1793. **pág.37**

Reinaldo Oudinot- *Planta da Foz do Douro e dos Projectos de Fortificação para a defesa da mesma*, 1793. B.P.M.P., Res. C- M&A- Pasta 18 (13).

Figura 10 – Matosinhos visto de Leça, c. 1887. **pág.38**

Pintura de Francisco José Resende, Museu da Quinta de Santiago. [Em-linha] Disponível em: [cm-matosinhos](#) .

Figura 11 - Foz do Douro: zona da Esplanada do Castelo, s. d. **pág.39**

Fotografia do espólio da associação cultural «O Progresso da Foz».

Figura 12 - Vista da marginal da Foz do Douro, a partir do mar, 2016. **pág.39**

Fotografia de Joaquim Pinto da Silva.

Figura 13 - Vista da Foz do Douro a partir da Bateria miguelista de S. Paio, a sul do Douro, 1845. **pág.40**

Desenho de William Kingston, *in Lusitanian Sketches*. Londres: John W. Parker, 1845 [Em-linha]. Disponível em: [purl](#)

Figura 14 - Carta Topográfica das Linhas do Porto levantada pelo coronel Moreira, [1835?] (pormenor) **pág.41**

Coronel Moreira - *Carta Topographica das Linhas do Porto*. Lisboa: Lith. de A. C. Lemos, [1835?] [Em-linha]. Disponível em: [purl](#).

Figura 15 - Forte da Luz [1835?] (pormenor de uma planta da autoria do coronel Moreira). Assinalado, o Farol da Luz.

Coronel Moreira - *Collecção de Plantas e Perfis das Fortificaçoens referidas á Carta geral das Linhas dos Exercitos Libertador e Rebelde no sítio do Porto*. [Em-linha]. Disponível em: [gisaweb](#)

pág.43

Figura 16 - Farol da Sra. da Luz: fachadas oeste e sul, c. 1833.

Desenho de Joaquim Cardoso Vitória Vilanova, *in Edifícios do Porto em 1833* - edição fac-similada. Porto: B.P.M.P., 1987. [Em-linha]. Disponível em: [arquivodigital c.m.p.](#)

pág.44

Figura 17 - Planta geográfica da barra da cidade do Porto, 1789 (pormenor)

Desenho de Teodoro de Sousa Maldonado, *in Agostinho Rebelo da Costa - Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*, 1789. [Em-linha]. Disponível em: [gisaweb](#)

pág.51

Figura 18 - O Monte da Luz, na Planta geográfica da barra da cidade do Porto, 1789

[Pormenor da figura 17]

pág.51

- Figura 19- Farol da Sra. da Luz: fachadas oeste e sul, c. 1833.** **pág.53**
Desenho de Joaquim Cardoso Vitória Vilanova.
- Figura 20- Farol da Sra. da Luz: fachada sul [1849-1859].** **pág.54**
Fotografia de Frederick William Flower, *in s.a., Frederick William Flower um pioneiro da fotografia portuguesa*. Lisboa: Electa, 1994, p.103.
- Figura 21- Farol da Sra. da Luz: fachada oeste e sul [1849-1859].** **pág.55**
Fotografia de Frederick William Flower.
- Figura 22- Farol da Sra. da Luz: fachada sul, c. 1900** **pág.57**
Bilhete-postal ilustrado [c. 1900]. Fotografia de autor desconhecido. [Em-linha]. Disponível em [navios à vista](#).
- Figura 23- Farol da Senhora da Luz: fachadas oeste e sul, 2019.** **pág.58**
Fotografia da autora.
- Figura 24- Pedra-de-armas e lápide da fachada oeste do Farol, 2019.** **pág.59**
Fotografia da autora.
- Figura 25- Pedra-de-armas e parte da lápide da fachada sul do Farol, 2019.** **pág.59**
Fotografia da autora.
- Figura 26- Farol da Senhora da Luz: fachada norte, 2019.** **pág.60**
Fotografia da autora.

- Figura 27- Lanterna do Farol da Luz, c. 1833.** **pág.62**
Desenho de Joaquim Cardoso Vitória Vilanova.
- Figura 28- Lanterna do Farol da Luz, [1849- 1859].** **pág.62**
Fotografia de Frederick William Flower.
- Figura 29- Lanterna do Farol da Luz, c. de 1900.** **pág.64**
Fotografia de autor desconhecido. [Em-linha].
Disponível em: [digitarq](#).
- Figura 30- Casa do Faroleiro, fachada sul [1849-1859]** **pág.66**
Fotografia de Frederick William Flower.
- Figura 31- Casa do Faroleiro, fachada sul, 2008** **pág.66**
Fotografia do espólio da associação cultural «O Progresso da Foz».
- Figura 32- Telégrafo de palhetas, no Monte da Luz, c. 1833** **pág.68**
Desenho de Cardoso Vilanova (pormenor)
Desenho de Joaquim Cardoso Vitória Vilanova.
- Figura 33 - Foz do Douro: marginal, 1876** **pág.71**
Desenho de Emílio Pimentel; reprodução de gravura publicada em 1876, *in O Douro Ilustrado*. [Em-linha].
Disponível em: [gisaweb](#).
- Figura 34- Posto do telégrafo: fachada sul. Fotografia de William Flower (pormenor).** **pág.73**
- Figura 35- Posto do telégrafo: fachada norte** **pág.73**
Fotografia de William Flower (pormenor).

- Figura 36- Posto do telégrafo: fachada sul, c. 1900** **pág.75**
Bilhete-postal ilustrado [c. 1900]. Fotografia de autor desconhecido. [Em-linha]. Disponível em: [navios à vista](#).
- Figura 37- Posto do telégrafo: fachada.** **pág.75**
Fotografia do espólio da associação cultural «O Progresso da Foz».
- Figura 38 - Terraço do posto do telégrafo e perspetiva da barra, 2017.** **pág.75**
Fotografia da autora.
- Figura 39 - Interior do edifício do posto telegráfico, durante as obras de reabilitação realizadas em 2009.** **pág.76**
Fotografia de Joaquim Pinto da Silva.
- Figura 40 - Interior do edifício do posto telegráfico: escada em caracol de acesso ao terraço, 2009.** **pág.76**
Fotografia de Joaquim Pinto da Silva.
- Figura 41 - O telegrafista João Rosas, na Estação telegráfica da Senhora da Luz, 1954.** **pág.80**
Fotografia do espólio da associação cultural «O Progresso da Foz».
- Figura 42 - Ruínas da capela da Senhora da Luz, 1833. Pormenor de desenho de Vilanova.** **pág.86**
Desenho de Joaquim Cardoso Vitória Vilanova.
- Figura 43- Ruínas da capela da Senhora da Luz e fachada oeste do farol [1849-1859]. Pormenor de fotografia de William Flower.** **pág.86**

- Figura 44 - Fachada norte do farol e da casa do faroleiro, 2019.** pág.87
Fotografia da autora.
- Figura 45- Localização da capela da Senhora da Luz, com recurso ao *Google maps*, 2019.** pág.88
- Figura 46- Fachada norte da casa do faroleiro: vestígios da capela da Senhora da Luz, 2018.** pág.89
Fotografia da autora.
- Figura 47- Retábulo e imagem de Nossa Senhora da Luz, na Igreja de S. João da Foz, 1996. Note-se a presença de um ex-voto, sobre o altar.** pág.91
Digitalização de página de *O Tripeiro*, 7ª Série, Ano XV, setembro de 1996, p. 259.
- Figura 48- Retábulo de Nossa Senhora da Luz, na Igreja de Santa Anastácia, 2018.** pág.92
Fotografia da autora.
- Figura 49- Antigo retábulo de S. Bento, na Igreja de S. João da Foz, 2017.** pág.95
Fotografia da autora.
- Figura 50- Tela com a imagem da Senhora da Luz.** pág.95
Inventário *Online* da Diocese do Porto. [Em-linha]. Disponível em: [inventário](#).
- Figura 51 - Figura do jornal *O Progresso da Foz*, 1907** pág.96
Digitalização de página de *O Progresso da Foz*, nº14, 8 de setembro de 1907, p.1.

Figura 52 - Imagem de Nossa Senhora da Luz, na Igreja de S. João da Foz, 2017. **pág.97**

Fotografia da autora.

Figura 53 - Imagem de Nossa Senhora da Luz, na Igreja de S. João da Foz, 2017. **pág.99**

Fotografia da autora.

Figura 54- Imagem de Nossa Senhora da Luz com capa, na Igreja de S. João da Foz. **pág.101**

Digitalização de página de: Cónego Rui Osório - *Tesouro Barroco da Foz do Douro*. Porto: Paróquia de S. João Batista da Foz do Douro, 2010, p.66.

Figura 55- Imagem de Nossa Senhora da Luz de marfim, Igreja de S. João da Foz, 2019. **pág.103**

Fotografia da autora.

Figura 56- Imagem de Nossa Senhora da Luz de marfim, mostrando a pega com que o celebrante a segura. **pág.104**

Fotografia da autora.

Figura 57- Imagem de Nossa Senhora da Luz de marfim. Pormenor dos cabelos. **pág.104**

Fotografia da autora.

Figura 58- Imagem de Nossa Senhora da Luz de marfim. Pormenor do remate do manto. **pág.104**

Fotografia da autora.

Figura 59 - Imagem de Nossa Senhora da Luz com relicário, 2017. **pág.105**

Fotografia da autora.

Figura 60- Pormenor da imagem de Nossa Senhora da Luz, 2017. São visíveis os sinais de desgaste na cabeça do querubim. **pág.116**

Fotografia da autora.

Figura 61- Imagem de Nossa Senhora da Luz, 5 de setembro de 2019. A imagem encontra-se destacada, próximo do altar-mor, assinalando o dia da sua festividade, 8 de setembro. **pág.116**

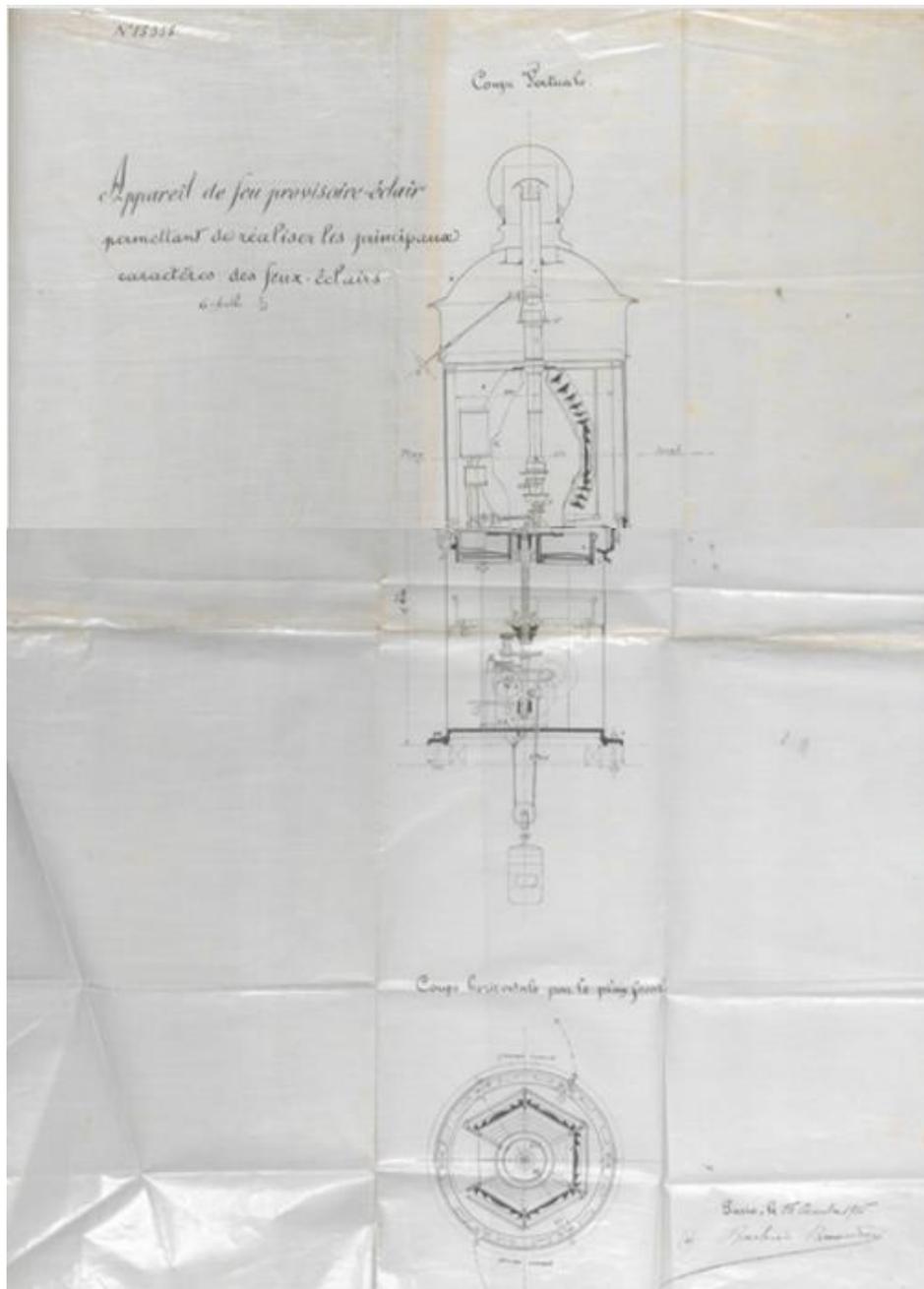
Fotografia da autora.

Figura 62 - Capela de Gondarém: saída da Missa, 1907. **pág.118**

Bilhete-postal ilustrado. Fotografia de autor desconhecido. Editor: *Le Temps Perdu*. [Em-linha]. Disponível em: gisaweb.

Anexos

Anexo 1



Tela com corte vertical e horizontal de aparelho óptico, 1905.

[Documento cedido pela Biblioteca Central da Marinha - Arquivo Histórico, Direção de Faróis
(Fundo 12), 710]